



**O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
PELO CAPITAL FINANCEIRO NOS ASSENTAMENTOS
RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM SAPÉ (PB)**



RÔMULO LUIZ SILVA PANTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

**O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
PELO CAPITAL FINANCEIRO NOS ASSENTAMENTOS
RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM SAPÉ-PB**

Rômulo Luiz Silva Panta
Orientador: Prof.º Dr. Ivan Targino Moreira

JOÃO PESSOA – PB
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

RÔMULO LUIZ SILVA PANTA

**O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL
FINANCEIRO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM
SAPÉ-PB**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do título de Mestre em Geografia pelo
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Paraíba, sob orientação
do Professor Dr. Ivan Targino Moreira.

João Pessoa – PB
2015

P197p Panta, Rômulo Luiz Silva.
 O processo de monopolização do território pelo capital
 financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em
 Sapé-PB / Rômulo Luiz Silva Panta.- João Pessoa, 2015.
 202f. : il.
 Orientador: Ivan Targino Moreira
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
 1. Geografia. 2. Assentamentos rurais. 3. Território -
 monopólio. 4. Capital financeiro.

UFPB/BC

CDU: 911(043)

“O Processo de Monopolização do Território pelo Capital Financeiro nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB)”

por

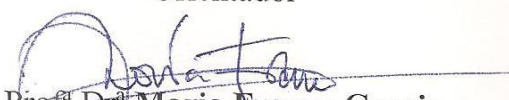
Rômulo Luiz Silva Panta

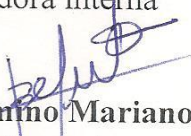
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**
Orientador


Prof.^a Dr.^a **Maria Franco Garcia**
Examinadora interna


Prof. Dr. **Belarmino Mariano Neto**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2015

À minha amada e querida Tia Maria do Carmo (*in memoriam*), filha de camponeses, pessoa de muita dignidade, e de uma doçura não mais encontrada nos dias de hoje. Mas infelizmente não está materialmente em nosso convívio. Trocaria toda a conquista e realização desse sonho, que foi sonhado por nós, por sua presença. Para tê-la entre nós novamente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha existência. Agradeço por tudo, mesmo quando não entendo seus planos para comigo, mesmo quando me questiono sobre os determinismos, e me perco na fé. Mesmo assim deposito minha vida em tuas mãos e agradeço pelas realizações. E a sua Mãe, Maria Santíssima, a quem sempre recorro. Agradeço sua intercessão.

À minha família, base do meu ser, em especial minha Mãe Maria das Graças, e meu Pai Lula Panta, pelo amor dedicado, e por serem responsáveis por minha formação. Professores que são, foram os exemplos por mim seguidos.

As minhas irmãs Cibelle e Cinthya, por compartilharem todos os momentos da minha vida ao meu lado. Ao meu sobrinho Luiz Ricardo, que vi nascer e hoje é a luz da minha vida, que me fez reacreditar nos recomeços, e me ajudou com sua pureza e fôlego de vida a continuar.

A minha Tia Mariinha, que sempre acreditou em mim, e ajudou no meu caminhar. E a minha inesquecível Tia Carmo (*in memoriam*), cuja dor da sua perda é muito presente. Em vida foi exemplo de mulher de fé, integra e de grande sabedoria. Nunca me abandonou, e por isso sua presença é tão viva dentro de mim. Jamais lhe esquecerei. A vocês todo meu amor incondicional.

Ao meu orientador Professor Ivan Targino, por sempre poder contar com seu apoio. Responsável por muito do que sou, e por muito do que sei. Pessoa exemplar por toda sua história de vida. Grande conhecedor, respeitado pesquisador e pessoa boa por excelência. Durante os dramas vividos por mim nesses últimos anos da minha vida, sempre se mostrou compreensivo e paciente, acreditando em mim e seguindo comigo o caminho do saber. Ao Professor, meus sinceros agradecimentos e reconhecimento.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, entre eles: Marcos, Emília, Maria, e aos Professores do Projeto Casadinho, Larissa Bombardi (USP) e Lima (UEPB), pelas suas grandiosas contribuições. Espero poder ainda viver muitos momentos de crescimento ao lado de vocês. Muito obrigado.

A Sônia, pela dedicação e atenção de sempre, pelo sorriso no dia a dia, pelo comprometimento e pela paciência. Em você sempre tive apoio e compreensão. Obrigado!

Aos meus examinadores os Professores Marco Mitidiero e Maria Franco pela receptividade e colaboração. Agradeço as valorosas contribuições. E ao Professor

Belarmino Mariano, pela atenção de sempre, sei que sempre torceu e torce por mim, se hoje estou aqui, agradeço o incentivo que recebi de você no licenciatura em Geografia. Minha gratidão.

Aos camponeses dos Assentamentos Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista, pela receptividade e pelo aprendizado. Com vocês compreendi o significado da luta e da importância que tem a terra e o que ela produz na condução da vida.

À CAPES, pela bolsa de estudos no período de agosto 2014 a março 2015.

Aos meus colegas de turma (2013), com quem dividi tantos momentos. Lembrarei de todos vocês, mesmo que sigamos caminhos diferentes: Sharlene, Rute, Jamerson, Jéssica, Djanní, Diego, Isabele, Adriano, Claudemir, Jyliane, David, Tamires, Cristiane, Marcela e Mônica. Obrigado pela convivência.

Aos meus colegas de trabalho, pelas constantes ausências e pela força.

À minha querida amiga e também colega de trabalho Tatiana, pelas correções do português, pelo incentivo, por acreditar em mim, ou pelo simples fato de me escutar. Com ela compartilhei vários momentos de alegria, frustrações, tristezas, angústias e realizações. Não terei como agradecer o que você fez por mim. Muitíssimo obrigado.

Enfim, a todos que contribuíram de uma forma ou de outra para minha conclusão do mestrado.

*“Por um mundo, onde sejamos
socialmente iguais, humanamente
diferentes e totalmente livres”.*

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Os debates sobre a necessidade de soluções para o problema agrário no Brasil não são recentes. Eles remontam ao século XIX, por ocasião da luta abolicionista (TARGINO, 2002). A partir das pressões dos movimentos sociais e da organização dos trabalhadores, surgem os Assentamentos rurais, que se constituem como experiências de luta, de resistência, que se posicionam contra o medo e contra o modelo capitalizado de tratar a terra como mercadoria. Entretanto, quando se investiga o processo contraditório que envolve as reais condições de sua infraestrutura, manutenção, desenvolvimento e reprodução, percebe-se a essência do problema da subordinação produtiva e territorial da agricultura camponesa ao capital. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa, verificando os processos de dependência e recriação da agricultura camponesa nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB, a partir do PRONAF, levando em consideração a ação territorial do capital financeiro. Do ponto de vista conceitual, esse trabalho privilegia os conceitos de território, espaço, capital financeiro e Assentamento Rural. No tocante à metodologia, a proposta se orientará pelo materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade que leve em consideração a interação entre os sujeitos e os objetos da análise. O recorte escalar compreende três assentamentos rurais da Reforma Agrária localizados em Sapé-PB (Santa Helena, Boa Vista e Rainha dos Anjos), sendo analisada a amostra de 30% do público assentado que corresponde a sessenta e oito famílias. Na pesquisa verificamos que a autonomia produtiva é sensivelmente comprometida face o direcionamento e a formatação na aplicação do crédito. Ou seja, o que plantar ainda é determinado, limitado e ofertado institucionalmente. Logo nem sempre o projeto implantado corresponde aos interesses e aprendizados acumulados dos camponeses, esse aspecto identificado dilui a proposta participativa do PRONAF, o que consequentemente gerou sérios problemas no que se refere ao inadimplemento e ao endividamento. Desse modo, na tentativa de reprodução material, os camponeses assentados fazem uso de um conjunto de estratégias, que vão desde resistir, desviar, avançar e recuar e se redesenhar como um mosaico social. Assim, apesar das limitações e das contradições verificadas, não podemos negar o sinal concreto que representam os Assentamentos na senda de uma perspectiva de esperança, onde é possível pensar a organização social e econômica para além dos ditames da organização capitalista.

Palavras Chaves: Território; Assentamento; Capital; Financeiro

RESUMEN

Las discusiones sobre la necesidad de soluciones a la problemática agraria en Brasil no es reciente. Su origen se remonta al siglo XIX, durante la lucha abolicionista (Targino, 2002). A partir de la presión de los movimientos sociales y la organización de los trabajadores, los asentamientos rurales surgen, para actuar como experiencias de lucha, de resistencia, que están contra el miedo y contra el modelo capitalizado para tratar la tierra como una mercancía. Sin embargo, al investigar el proceso contradictorio que implica las condiciones reales de su infraestructura, el mantenimiento, el desarrollo y la reproducción, vemos la esencia del problema de la subordinación productiva y territorial de la agricultura campesina al capital. En este sentido, la investigación tiene como objetivo analizar el proceso de monopolización del territorio por parte del capital en la agricultura campesina, los procesos de comprobación de dependencia y la recreación de la agricultura campesina en Asentamientos Rurales de la Reforma Agraria en la Sapé-PB, del PRONAF, teniendo en cuenta la acción el capital financiero territorial. Desde un punto de vista conceptual, este trabajo se centra en el territorio de los conceptos, el espacio, el capital financiero y Asentamiento Rural. En cuanto a la metodología, la propuesta es guiado por el materialismo histórico y dialéctico como método de interpretación de la realidad que tiene en cuenta la interacción entre sujetos y objetos de análisis. La escala de recorte comprende tres asentamientos de reforma agraria rurales ubicadas en Sapé-PB (Santa Helena, Boa Vista y la Rainha dos Anjos), y se analizó una muestra de 30% del público de acuerdo en que corresponde a sesenta y ocho familias. En la encuesta se encontró que la autonomía productiva se ve comprometida significativamente cara la dirección y el formato de la solicitud de crédito. Es decir, qué planta está aún determinado, limitado y ofreció institucionalmente. Logo no siempre implementado proyecto corresponde a los intereses y el aprendizaje de los campesinos acumulados, este aspecto identificado diluye la propuesta participativa PRONAF, que consecuentemente llevó a graves problemas en lo que respecta a los valores predeterminados y el endeudamiento. Por lo tanto, al tratar de reproducir el material, los colonos campesinos hacen uso de un conjunto de estrategias, que van desde la resistencia, desviar, hacia adelante y hacia atrás y rediseñar como un mosaico social. Por lo tanto, a pesar de las limitaciones y contradicciones verificados, no podemos negar el signo concreto que representa los Asentamientos en el camino desde una perspectiva de esperanza donde es posible pensar en la organización social y económica más allá de los dictados de la organización capitalista.

Palabras clave: Territorio ; Asentamiento; de Capital financiero.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNB- Banco do Nordeste do Brasil

CADIN - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor Público Federal

CAIENA- Companhia Agroindustrial Santa Helena

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG- Confederação Nacional dos Agricultores

CMN - Conselho Monetário Nacional

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF

DIT- Divisão Internacional do Trabalho

DNTR-CUT- Departamento Nacional dos Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores

ECOVARZEA - Associação dos Agricultores/as Agroecológicos da Várzea Paraibana

EMEPA- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNE - Fundo Constitucional do Nordeste

FNO - Fundo Constitucional do Norte

GPS- Global Positioning System

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPi - Imposto sobre produtos industrializados

INCRA- Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

IOF - Imposto sobre operações financeiras

IR - Imposto de Renda

MB-OC - Manual Básico- Operações de Crédito

MCR - Manual de Crédito Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terras

NCR - Nota de Crédito Rural

PBF - Programa Bolsa Família

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCA- Paradigma do Capitalismo Agrário

PIS - Programa de Integração Social

PNAE- Programa Nacional de Aquisição de Alimentos

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PQA- Paradigma da Questão Agrária

PROALCOOL- Programa Nacional do Alcool

PROCERA - Programa de Crédito Espacial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMB - Renda Monetária Bruta

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

STRS- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé

LISTA DE MAPA

Mapa 1	Localização do município de Sapé PB.....	63
---------------	--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Carta imagem do Uso do solo – Sapé (PB) (1970-1985).....	76
Figura 2	Carta Imagem do uso do solo Sapé/PB	85
Figura 3	Carta Imagem Assentamento Boa Vista- Sapé (PB)	91
Figura 4	Carta Imagem Assentamento Santa Helena- Sapé (PB)	92
Figura 5	Carta Imagem Assentamento Rainha dos Anjos- Sapé (PB)	93
Figura 6	Folder do PRONAF- Crédito do Banco do Nordeste	114
Figura 7	Cópia do orçamento do custeio do PRONAF	124

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Plantio de cana de açúcar e abacaxi em áreas de Assentamento Rural da Reforma Agrária- Assentamento Boa Vista- Sapé (PB)	98
Foto 2	Galinheiro desativado construído com recursos do PRONAF-A – Investimento	119
Foto 3	Equipamentos de irrigação adquirido com recursos redirecionados do PRONAF	144
Foto 4	Motocicleta adquirida com desvios dos recursos do PRONAF	147
Foto 5	Pequena mercearia existente na agrovila do Assentamento Boa Vista.....	153
Foto 6	Assentada pertencente aos grupo de mulheres do Assentamento Rainha dos Anjos com sua produção semanal de bolos	154
Foto 7	Bolo de mandioca produzido pelas mulheres da Reforma Agrária	154
Foto 8	Transporte rural circulando no interior do Assentamento Santa Helena, para conduzir os agricultores ao trabalho na safra de cana de açúcar.....	160
Foto 9	Assentado chegando após o dia de trabalho na safra de cana	

	de açúcar	160
Foto 10	Produção agroecologia – Assentamento Rainha dos Anjos	167
Foto 11	Preparo da terra pelo arado de tração animal	168
Foto 12	Feira agroecológica da ECOVARZEA realizada na praça da Matriz em Sapé	169
Foto 13	Momento da comercialização realizada diretamente entre o produtor e a consumidora	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Área plantada em Sapé PB (1997-2012).....	88
Gráfico 2	Sapé: Composição dos rendimentos das famílias camponesas.....	152
Gráfico 3	Sapé: Percentual dos assentados que se assalariam temporariamente.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dinâmica da população do município de Sapé entre os anos de 1970 a 2010.....	78
Tabela 2	Sapé: Produção das principais lavouras temporárias (em toneladas) 1997-2012.....	82
Tabela 3	Percentual das culturas agrícolas financiadas pelo PRONAF ...	117
Tabela 4	Condições dos assentados em relação ao crédito do PRONAF	141
Tabela 5	Sapé: Razões dos desvios dos créditos do PRONAF	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais linhas de crédito e ação do PRONAF	112
Quadro 2	Indagação sobre quem tomou a decisão do que iria financiar	115
Quadro 3	Indagação sobre destino da produção	128
Quadro 4	Instrumentos de liquidação e renegociação de dívidas	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÍCOLA E FINANCIAMENTO: ELEMENTOS TEÓRICOS	26
1.1 A questão agrária e o campesinato	26
1.2 PRONAF como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro ...	40
1.3 O processo de monopolização do território ao capital financeiro	48
2. O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL, ECONÔMICA E SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS: SANTA HELENA, RAINHA DOS ANJOS E BOA VISTA- SAPÉ-PB	56
2.1 A organização do espaço agrário paraibano e formação territorial do município de Sapé PB	57
2.2 As transformações no território e o uso do solo no município de Sapé	70
2.3 O processo histórico de formação territorial e a organização interna dos Assentamentos Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista- Sapé PB	89
3. O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO E CONFORMAÇÃO DO PRONAF NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DE DO MUNICÍPIO DE SAPÉ	102
3.1 A formalização do PRONAF como instrumento de Crédito	102
3.1.1 A conformação do crédito do PRONAF e o processo de subordinação produtiva e subordinação territorial	110
3.2 Os processos de desembolso e reembolso dos recursos e a subordinação do território e do trabalho ao capital	120
3.3 Os níveis de endividamento e o processo de renegociação de dívidas	132
4. O PROCESSO DE RECRIAÇÃO CAMPONESA: CONTRADIZENDO AS REPRESENTAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO PRONAF	140
4.1 Compreendendo o uso que fazem os camponeses dos recursos do PRONAF e seu processo de recriação	140
4.2 O processo de recriação camponesa nos assentamentos.....	148
4.2.1 O processo de recriação camponesa a partir da mobilidade do trabalho.....	156
4.3 A reconstrução do controle social	162

CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
ANEXOS	189

INTRODUÇÃO

Os debates sobre a necessidade de soluções para o problema agrário no Brasil não são recentes. Eles remontam ao século XIX por ocasião da luta abolicionista (TARGINO, 2002). No entanto, a intensificação desse debate é relativamente recente. Durante os quatro primeiros séculos de sua história (XVI-XIX), a sociedade brasileira viveu sob a égide socioeconômica do modelo agroexportador colonial que se caracterizou pelas grandes extensões de terras nas mãos dos latifundiários, sob o conceito de produto capitalizado o qual devia gerar receitas e obedecer aos regulamentos capitalistas da produção e acumulação.

Durante o século XX, “foi preciso que o campesinato se consolidasse como classe social e se proliferasse enquanto um contingente social expressivo, para que suas demandas aparecessem elaboradas em forma de teses políticas” e se iniciassem os debates sobre as condições conjunturais e estruturais de sua reprodução material e de sua ação política. Neste sentido, “suruiu o embrião dos movimentos sociais que se consolidaram com o Cangaço, as Ligas Camponesas, e posteriormente, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terras)” (STEDILE, 2005, p.13).

A partir das pressões dos movimentos sociais e da organização dos trabalhadores, surgem os Assentamentos rurais, que se constituem como experiências de luta e de resistência que se posicionam contra o medo e contra o modelo de tratar a terra como mercadoria. Estas experiências, que antes eram embriões, hoje são espaços com identidade, conteúdo estrutural e material, bem como, imaterial e simbólico, que produzem alimentos, esperanças e vidas.

Entretanto, quando se investiga o processo contraditório que envolve as reais condições de sua infraestrutura, manutenção, desenvolvimento e reprodução, percebe-se a essência do problema da subordinação produtiva e territorial da agricultura camponesa ao capital. Capital este que consegue manter, articuladamente, os elementos opressores e o lastro dominante em todas as frações do território, continuando a extrair a renda da terra e limitando assim, os Assentamentos enquanto unidades de manutenção e reprodução social.

O interesse em estudar o campesinato, especialmente o processo de subordinação ao capital financeiro, intercorreu há mais de 15 anos, no início da década dos anos 2000, época que trabalhava no BNB (Banco do Nordeste do Brasil) que é um banco oficial de

desenvolvimento regional, responsável pela execução dos programas de crédito ao público dos agricultores de base familiar.

Naquele tempo, foi observado que a injeção dos recursos no setor produtivo da agricultura de base familiar, geralmente resultava em grandes dificuldades para o público beneficiado. Dificuldades estas que apareciam em dois momentos subsequentes: um quando se referia à formatação dos programas e na aplicação dos recursos e o outro no que se referia a gerência dos recursos por parte dos agricultores.

Nesse sentido, verificamos que a grande maioria dos “empreendimentos” financiados primeiramente pelo PROCERA (Programa de Crédito Espacial para a Reforma Agrária) e de forma consecutiva pelo PRONAF não vertiam resultados positivos no que refere à reprodução material e o protagonismo da agricultura camponesa de base familiar, pelo contrário, na perspectiva financeira, os camponeses, em especial os Assentados, que eram os sujeitos com maiores dificuldades na execução dos programas, sempre apresentavam altos níveis de inadimplência, endividamento e consequentemente respondiam pelas ações coercitivas do banco aos sujeitos e aos territórios. Desse modo, propomo-nos a procurar compreender como o processo de capitalização resultava no processo de subordinação.

Já no curso de graduação em geografia procuramos compreender a dinâmica da subordinação e da exploração produtiva ocorrida no Assentamento Santa Helena em Sapé. O Assentamento Santa Helena, bem como, os outros criados a partir do processo da ampliação da fronteira agrícola no município derivada do fechamento da usina Santa Helena, representavam uma conquista camponesa e o processo de redimensão fundiária. Portanto, quando passávamos a investigar as formas de recriação dos Assentados nos deparávamos com problemas de ordem material, conjuntural e estrutural que limitam os novos Assentamentos.

Desse modo, a pesquisa se justifica no intuito de procurar compreender a dialética que envolve os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária. Esses Assentamentos que, após o processo de luta, apropriação e controle territorial, deveriam prover melhores condições e qualidade de vida para os camponeses, e, também, prover a justiça social, dadas as condições estruturais e a conjuntura socioeconômica se mostram contraditoriamente limitados.

A partir da acepção supracitada, e na tentativa de dirimir as tensões socioeconômicas existentes no campo, o Estado passa a intervir nos Assentamentos através

de seus programas e políticas, direcionados a produção agrícola de base familiar e assim promover sua recriação. Contudo, o Estado, (Estado este que representa a hegemonia capitalista), através de seus programas, a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), “não possui ações que visam romper como o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico produtivista vigente” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2005, p.6).

O PRONAF continua a financiar o processo de aquisição de tecnologias, insumos e produtos que foram, em grande parte, responsáveis pelo processo de fragilização da agricultura familiar camponesa. A sua instrumentalização está voltada ao processo de mercantilização, não deixando explícito o tipo de fortalecimento que ele quer gerar na agricultura. Seu pacote de estímulos conduz ao processo de subordinação dos territórios à ação monopolista do capital, sem haver necessariamente sua territorialização apropriando-se, todavia, da renda da terra.

Desse modo, objetivamos, nesta pesquisa, analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa, verificando os processos de dependência e recriação da agricultura camponesa nos Assentamentos rurais da Reforma Agrária em Sapé, Paraíba, a partir da ação territorial do PRONAF, levando em consideração a ação territorial do capital financeiro.

Assim, é propósito desta pesquisa procurar compreender os processos dialéticos e as transformações que ocorrem no interior dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé, Paraíba, analisando as contradições existentes entre capital-trabalho que subordina e monopoliza as estruturas produtivas e o território a sua lógica de dominação, mediadas pelo Estado a partir dos seus programas de estímulo à produção agrícola.

A referida pesquisa buscou atender aos seguintes objetivos específicos: a) Analisar o processo de monopólio e dependência do território dos assentamentos ao capital financeiro através da formatação das políticas de crédito que subordinam e integram os lotes dos assentamentos ao circuito mercantil, subjugando a renda da terra ao capital; b) Compreender a ação territorial do PRONAF seus impactos (resultados e implicações-autonomia e dependência) no processo de produção e recriação camponesa; c) Analisar o processo de endividamento dos assentamentos, procurando identificar as causas do endividamento sobre a produtividade ocorrida a partir da aplicação dos créditos de custeio e investimento do PRONAF; e d) Identificar e caracterizar as formas de recriação e

reprodução camponesa a partir da organização da produção e do trabalho nos lotes dos Assentamentos.

No que se refere aos aspectos conceituais, amparamos nossa pesquisa nos seguintes conceitos: campesinato, assentamento, espaço e território (estes dois últimos se apresentam para a ciência geografia também como categoria de análise), monopólio do território; bem como o conceito de capital financeiro.

Sobre o conceito de campesinato, fizemos uso das diferentes apreciações as quais envolvem este conceito. Seguindo essa direção, e em observância aos paradigmas que envolvem a questão agrária e o modo de produção capitalista, a análise conceitual do campesinato partiu da perspectiva marxista, a qual se orienta por duas concepções diferentes quanto ao seu futuro com desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Na concepção ortodoxa, o campesinato está em processo de aniquilamento, o que preconiza o desaparecimento do camponês em detrimento da consolidação de duas classes sociais no campo: os proprietários e o proletariado. Contudo, na concepção heterodoxa, enfatiza-se a resistência do campesinato ao modo de produção capitalista, tendo em vista seu desenvolvimento se estruturar de maneira desigual e contraditória, permitindo a essa classe social se reproduzir a partir de uma lógica diferenciada, e ao mesmo tempo, subordinada ao modo de produção dominante.

Sobre assentamento, tivemos uma difícil missão quanto sua conceituação dada sua natureza diversa que permeia desde o processo de luta pela terra passando pelo acampamento e os diversos processos de luta que envolve tal experiência, bem como pela intervenção do Estado no território. Nesse sentido, os assentamentos se constituem como novas unidades agrícolas visando o reordenamento do uso da terra, por meio de políticas governamentais, ou seja, é um território produto do Estado, diferentemente de seu aspecto inicial de acampamento.

Desse modo, optamos pelo conceito estabelecido a partir de Moreira e Targino (2013), que compreendem assentamento como uma “nova territorialidade, onde se estabelecem novas relações espaciais”, contudo, é “um território dentro de um território maior dominado pelo capital”, fruto do conflito estabelecido entre classes no espaço agrário. Os autores ainda acrescentam este território como “lugar de morada, de produção de base familiar, da policultura”, porém não deixando de haver uma subordinação, como diz Mitidieiro Jr. (2011): um território de “resistência subordinada”.

No que se refere ao conceito de espaço, nos amparamos nos referenciais conceituais a partir de Lefèbvre e Ruy Moreira. O primeiro compreende o espaço como um “produto do trabalho e da divisão do trabalho, a esse título, ele é o lugar geral dos objetivos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional” (LEFEBVRE, 2008). O segundo, compreende o espaço como um campo de saber que “está assim numa relação orgânica constante com o processo de trabalho, enquanto essência dessa relação de troca” (MOREIRA, RUY, 2014).

Apesar das diferentes leituras, os dois autores compreendem a categoria espaço como uma estrutura produzida a partir das relações de produção compreendendo o espaço como um produto do trabalho, constituindo assim, um elemento basilar para o estudo da Geografia.

Para o conceito de território, partimos da construção de Raffestin e Quani. Esses autores fazem a compreensão do conceito de território a partir da ação contraditória de forças, emanadas pelas relações de poder.

No que se refere ao monopólio do território, buscamos em Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2000) o referencial necessário para sua compreensão. A conceituação desse referencial se faz sob a perspectiva do monopólio do território pelo capital. Nessa concepção, “o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se”. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Ainda sobre os aspectos conceituais, apresentamos o referencial de capital financeiro, tendo em vista a necessidade de compreensão desse conceito para elucidação da problemática estudada. Nesse sentido, amparamo-nos em Chesnais, (2006) para construirmos o referencial necessário à compreensão do conceito de capital financeiro. Cabe aqui registrarmos que o autor para compreensão do conceito de capital financeiro, subsidia-se em Hilferding (1985), por considerá-lo o primeiro teórico depois de Marx, a se debruçar sobre a questão da finança e dos mercados financeiros.

Chesnais, baseando-se nos elementos estabelecidos por Marx e nas contribuições de Hilferding, compreende o capital financeiro a partir da centralização dos capitais parciais sob a dominância da forma de valorização D-D’. Isso diz respeito à associação dos diferentes setores dos capitais industrial, comercial e bancário, e também à da reunião das pequenas somas de capital-dinheiro (CHESNAIS, 2006). Desse modo, o capital financeiro figura-se como grandes somas de capital-dinheiro que buscam a valorização pelo circuito abreviado da fórmula D-D’, transformando o processo geral de acumulação do capital.

Sobre a perspectiva metodológica optamos pelo método materialista histórico-dialético, tendo em vista a capacidade de interpretação da realidade que ele nos propicia. A nossa escolha pode ser fundamentada a partir dos princípios da Geografia de posição crítica. O materialismo histórico-dialético como método corresponde ao fruto da associação de concepções filosóficas à ciência. Nesse prisma, o método é a lente de percepção e investigação adotada pelo pesquisador para ler e compreender seu objeto em análise.

Este método foi por nós eleito tendo em vista que seus recursos e concepções de análise, que puderam prover uma melhor explicação sobre a problemática envolvendo sujeitos, objetos e fenômenos verificados. Nessa perspectiva, o materialismo histórico dialético tem como um princípio básico “a ideia materialista do mundo, reconhecendo que a realidade existe independentemente da consciência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 50), sendo o estudo da realidade a priori como matéria em si, para depois desenvolver a consciência do que é vivido.

No que se refere à metodologia de pesquisa adotada para levar a termo a proposta de trabalho, esta compreendeu: a) ampla pesquisa bibliografia e documental; b) levantamento de dados secundários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária), bem como do BNB; e c) pesquisa de campo realizada no interior dos lotes dos Assentamentos da Reforma Agrária no município de Sapé, na Paraíba.

O trabalho de campo, como procedimento metodológico se constitui como ferramenta que “aproxima o objeto da teoria, pois essa experiência permite compreender as inter-relações existentes no espaço e no território, enquanto conceitos chaves da Geografia” (LIMA, 2008, p. 5). Tal instrumento orientou o andamento da pesquisa e propiciou a leitura concreta material do objeto analisado, ultrapassando assim, os referencias conceituais, a partir da práxis que é estabelecida em decorrência da realização da pesquisa de campo.

Isto posto, salientamos que a pesquisa de campo é fruto da relação dialética entre o sujeito e o objeto. Assim, o campo é pensado como ação de explicação das transformações ocorridas nos espaços e nos territórios que ultrapassam os limites da descrição, da classificação e da enumeração dos fenômenos. No método de pesquisa escolhido, que é o materialismo já mencionado, a empiria dos fenômenos é o ponto de partida, ou melhor, a prática impulsionará e as relações estabelecidas entre sujeito e objeto.

Portanto, a prática é o vetor que condicionará as reflexões que resultarão no conhecimento. “Esta compreensão é apontada por Caio Prado Júnior em seu livro *“Dialética do Conhecimento”*, baseada no pensamento de Mao Tsé- Tung¹” (OLIVEIRA, 1985, p. 41). Dessa maneira, o trabalho de campo se torna um procedimento de pesquisa imprescindível, principalmente do ponto de vista da ciência geográfica e das relações que esta ciência mantém com seu vasto universo de pesquisa.

Ainda na compreensão sobre o entendimento do trabalho de campo, Alentejano diz que:

O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambiguidades, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos (ou “antrópicos”). O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, (...) uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado (ALENTEJANO, 2006, p. 10).

Seguindo essa percepção, o trabalho de campo é utilizado na Geografia como uma metodologia de apreensão teórico-conceitual em relação à realidade observada. Logo, trata-se de um trajeto metodológico organizado e objetivo, que tem como proposta inicial, conciliar os conceitos e teorias que envolvem o objeto de pesquisa com o real concreto. A partir desta interlocução, os arranjos (teoria e realidade) são refeitos e conduzidos ao processo de apreensão do conhecimento.

No que concerne ao recorte territorial analisado no trabalho de campo, o mesmo compreende três assentamentos rurais da Reforma Agrária localizados em Sapé PB (Santa Helena, Boa Vista e Rainha dos Anjos). Os três Assentamentos derivam do mesmo processo de histórico no que se refere a sua formação territorial, ou seja, são resultados da luta de homens e mulheres do campo “por um pedaço de chão” parafraseando a pesquisadora Emília Moreira (1997) em detrimento do fechamento da usina Santa Helena e do processo decorrido da expropriação dos trabalhadores de suas terras.

A amostra analisada compreendeu 30% do público assentado que corresponde a 68 (sessenta e oito) das 227 (duzentas e vinte e sete) famílias Assentadas e distribuídas nos três Assentamentos. Conforme Krejcie e Morgan (1970), apud Gerardi e Silva, (1981, p.

¹ Ver- “Sobre a Prática- Mao-Tsé-Tung

20), tal referencial amostral conformará certo de grau de confiabilidade que atenderá os objetivos da pesquisa.

Utilizamos como instrumentos de pesquisa os questionários pré-estruturados, e as entrevistas que foram realizadas com o mesmo público selecionado para responder o questionário. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de maio a dezembro de 2014 e retomada e finalizada em março de 2015. O questionário foi construído apresentando questões que visam levar a compreensão sobre o processo de caracterização da unidade familiar, da organização do processo produtivo e do trabalho, verificando também o processo de comercialização, o cálculo da renda por despesas e finalizando com a investigação sobre os programas e políticas de crédito e financiamento.

Resaltamos que durante o período de pesquisa entrevistamos também os gerentes do BNB e do Banco do Brasil e o coordenador da EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba). A pesquisa foi efetivamente realizada sobre os dados colhidos no BNB, por ser o banco que concentra as operações de crédito do PRONAF, um dos objetos de investigação dessa pesquisa.

No tocante a estruturação da dissertação, a mesma foi dividida em quatro capítulos pelos quais tentamos compreender as contradições que existem nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em seu processo de reprodução material a partir da compreensão dialética espaço-temporal que existe entre as propostas de autonomia produtiva proposta pelo PRONAF através da integração dependente com o mercado e o processo de subordinação camponesa ao capital, onde a recriação se dá a partir das estratégias do próprio *habitus* camponês.

No primeiro capítulo discorremos sobre o processo de monopolização do território agrícola a partir do capital buscando compreender as transformações territoriais a partir da ação do PRONAF na agricultura camponesa de base familiar realizada nos Assentamentos investigados.

Já no segundo capítulo, fizemos menções a um resgate da formação socioeconômica do espaço agrário do município Sapé a partir de leituras efetuadas e da análise das transformações ocorridas neste espaço, compreendendo uma escala temporal que vai desde a formação territorial no período colonial até o período de redefinição fundiária com o surgimento dos Assentamentos.

No que compreende ao terceiro capítulo, analisamos os processos de formalização e conformação do PRONAF como um instrumento de crédito e a ação deste no território e no processo produtivo nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé, Paraíba.

O último capítulo recai nas evidências da recriação camponesa, que é entendida como uma expressão do desenvolvimento contraditório do capital nos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Primeiramente analisaremos as contradições existentes entre as finalidades e o uso que os camponeses fazem dos recursos do PRONAF, em continuidade investigamos o processo de recriação camponesa a partir das estratégias de produção e da sobrevivência a fim de compreender que a recriação camponesa não pode ser reduzida apenas à dimensão econômica, uma vez que também estão vinculadas às dimensões culturais, sociais, políticas e ideológicas. Por último, estão expostas as considerações finais do trabalho.

1- MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÍCOLA E FINANCIAMENTO: ELEMENTOS TEÓRICOS

Nesse primeiro capítulo, faremos uma breve discussão acerca da dinâmica que envolve o campesinato no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para isso, buscamos o entendimento teórico a partir dos paradigmas que se referem à questão agrária. Essa corrente teórica nos deu o embasamento necessário para o entendimento das contradições e transformações ocorridas no campo com a finalidade de compreender o processo de transformação do território na fase atual do capitalismo.

Nesse sentido, buscaremos compreender as transformações territoriais a partir do processo de monopolização do território pelo capital financeiro na agricultura camponesa, tendo por base a ação territorial do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que, na teoria, funciona como estratégia de “desenvolvimento”, nos assentamentos rurais da Reforma Agrária: Santa Helena, Boa Vista e Rainha dos Anjos, localizados em Sapé, município da mesorregião da Mata Paraibana, como objeto de pesquisa.

1.1 A questão agrária e o campesinato

O processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, sendo aqui abordado o caso específico do Brasil, dá-se pelo conflito entre o capital, a terra e o trabalho, tripé do desenvolvimento capitalista no campo, capitaneado pelas ações aparelhadas do Estado. Essas ações, em sua grande maioria, preservam os interesses agrários patronais, reservando para a maioria da população rural políticas públicas de alcance limitado, atreladas a paradoxos que atravessam os aspectos teóricos e os conflitos territoriais e atingem, ainda, as relações sociais de produção e de trabalho, gerando assim a problemática da questão agrária.

Nesse contexto, compreendemos a questão agrária como o conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Temática que passou a ser estudada na Geografia Agrária a partir da década de 1960, época que se procurou “avançar em direção de uma posição mais crítica frente à questão agrária”. (OLIVEIRA, 2001, p,10).

Para compreendermos melhor a questão agrária nacional, faz-se necessário contextualizar as diferentes correntes de interpretação das transformações ocorridas no campo com o desenvolvimento do capitalismo que derivam em paradigmas. Paradigmas que trazem em seu bojo teórico as contradições próprias que possui a questão agrária nacional. Esses são divididos em dois: o PQA (Paradigma da Questão Agrária) e o PCA (Paradigma do Capitalismo Agrário).

O PQA analisa o campo a partir da teoria marxista que tem como eixo central as discussões sobre a renda da terra; o processo de diferenciação e de recriação do campesinato; o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Nesse paradigma as análises são feitas a partir dos conflitos e das desigualdades geradas pelo capitalismo no campo, enfatizando a luta contra o capital como forma de sobrevivência e desenvolvimento do campesinato. “Para esse paradigma os problemas no campo são estruturais e inerentes ao capitalismo. A única forma de resolvê-los é com a superação do próprio sistema capitalista” (GIRARD, 2008, p. 92).

O tronco teórico desse paradigma é desenvolvido a partir de duas vertentes internas. Uma que se orienta nas obras seminais acerca da questão agrária, escritas pelos autores Kautsky e Lênin. Tais estudiosos preconizam que o desenvolvimento do capitalismo levará à inevitável pulverização do campesinato via territorialização do capital. Para essa “vertente o campesinato é considerado um resíduo social” (OLIVEIRA, 2004), ainda não eliminado, mas em processo de transformação em proletariado. Os autores como Kautsky e Lênin, fundamentaram seus estudos a partir da perspectiva marxista.

A fundamentação marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo parte do capítulo XXIV de O Capital, “A Chamada Acumulação Primitiva”, em que Marx (1968) afirma que na origem do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo está a separação entre o trabalhador e os meios de produção”. Ele diz que:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1968, p. 830).

E completa que:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1968, p. 830).

Dessa maneira, à medida que a produção capitalista torna-se independente, a tendência não é somente produzir, mas também reproduzir essa separação em escala cada vez maior. Nessa concepção, o desenvolvimento do capitalismo no campo levaria ao desaparecimento do campesinato como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva fundamentado na Lei de Cercamentos das Terras Comunais. De acordo com essa lei os camponeses foram expropriados das terras a favor da burguesia através do argumento de que o campesinato foi destruído para atender ao desenvolvimento da indústria de lã, que exigia grandes lotes de terras para aumentar a criação de ovelhas para o seu abastecimento. Nessa compreensão, o cercamento se constituiu como instrumento de roubo para favorecer a burguesia no processo de acumulação de capital. (MARX, 1968).

A partir desse prius os autores constituíram suas obras preconizando a desintegração do campesinato em detrimento ao desenvolvimento do capitalismo, constituindo assim, um importante referencial sobre os estudos ortodoxos da questão agrária no âmbito do marxismo.

Em *A questão Agrária*, publicada em 1898, de autoria de Kautsky, a primeira obra que versa sobre a questão agrária, o autor discorre sobre as transformações ocorridas em favor do avanço do capitalismo no campo no final do século XIX, mais especificamente na Alemanha. Na obra supracitada, o autor analisa como o capital se apropria da agricultura, evidenciando a superioridade técnica da grande propriedade em detrimento da pequena propriedade, onde a segunda é absorvida no processo de desenvolvimento capitalista pela primeira.

No tocante a essa questão, quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente às diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos. Nesse caso, “a pequena unidade de produção por não ter condições para se fortalecer tecnicamente para desenvolver as atividades capitalistas tenderia a desaparecer” (KAUTSKY, 1986).

Na compreensão de Kautsky, a superioridade técnica do grande estabelecimento em relação ao pequeno, associada às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, à pobreza e à exclusão. Visto que,

os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado acabariam inda à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários.

Ainda na compreensão do autor, o processo de desenvolvimento capitalista foi alargado pela integração indústria-agricultura, uma vez que, o camponês passou a depender cada vez mais do capital, essa dependência se lastreava nas etapas da produção e até na comercialização. Diante dessa conjuntura Kautsky comenta:

Quanto mais este processo avança, mais se desenvolve a indústria doméstica a que, primitivamente, o camponês se dedicava, e mais aumenta a necessidade de dinheiro não só para comprar coisas que não são indispensáveis, ou que são até supérfluas, mas também para comprar coisas necessárias. Já não pode continuar a explorar a sua terra nem prover ao seu sustento sem dinheiro (1986, p. 26).

Assim, podemos perceber a subordinação da agricultura camponesa, que, cada vez mais, orientava-se subsumida ao capital, fato que se ampliava pelo processo de endividamento ao capital usurário. A partir dos empréstimos concedidos a títulos de hipoteca, o capital usurário apropriou-se das terras camponesas, onde os mesmos, os camponeses, se proletarizaram nas cidades ou no próprio campo. Por esse prisma, o campesinato convergia consequentemente para a proletarianização, para a pobreza e para ao inevitável desaparecimento (KAUTSKY, 1986).

Em Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, obra publicada em 1899, no seu capítulo II, inicia-se a discussão sobre o processo de desintegração do campesinato. Neste capítulo, o autor constrói suas teses sobre o processo desintegração do campesinato compreendido como consequência de sua inserção na economia de mercado capitalista.

Lênin compreende que o desenrolar da desintegração do campesinato na Rússia teve consequência no interior do processo de desenvolvimento da economia capitalista que resultou no empobrecimento do camponês, motivado por uma série de fatores, tais como: o arrendamento e/ou a compra de terras, as atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, os implementos agrícolas aprimorados e o trabalho assalariado. Variáveis contidas na interpretação do autor que ocasionaram mudanças nas classes sociais rurais onde “o campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é completamente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de

uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista”. (LÊNIN, 1982, p. 114)

Para consubstanciar essas ideias, no sentido de justificar o processo de desintegração do campesinato, Lênin constrói teses sobre as quais nos debruçamos a seguir. Para tanto, partimos para a análise da situação econômica de inserção do campesinato russo na economia mercantil como situação de novidade que “está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade”, mostrando o estado de dependência camponesa ao capital (ibidem, 1982, p.113).

Sobre as relações econômicas e sociais do campesinato Lênin:

(...) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra, (comprada ou arrendada), a concentração da produção po uma minoria, a proletarianização da maioria e sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista (...) essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a “produção popular” etc.), mas um habitual sistema pequeno-burguês (LÊNIN, 1982, p. 113).

Em continuidade a esse pensamento, o autor interpreta o conjunto dessas contradições no interior do campesinato como o processo de desintegração. Nesse sentido, a partir da ação transformadora do capitalismo, o campesinato antigo de regime patriarcal seria destruído pelas transformações das relações sociais e pelo desenvolvimento das novas forças produtivas, dando origem a um novo tipo de população rural. Para Lênin:

O campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural- a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1982, p. 114).

Por esse prisma, a desintegração do campesinato faria surgir dois grupos extremos, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia, “a burguesia rural

ou o campesinato rico”. São eles os pequenos proprietários agrícolas que se associam à agricultura comercial nas empresas industriais e comerciais; e o “proletário rural”, classe assalariada que compreende um campesinato pobre, possuidora de uma pequena extensão de terra. Cabe incluir aqui também os que não possuem terras cujo nível de vida é consideravelmente baixo, e “não podem viver sem vender sua força de trabalho”. São seus representantes: “o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário de um lote de terra” (LÊNIN, 1982, p. 116).

Outra perspectiva quanto à desintegração do campesinato na concepção leninista surge do processo de criação de um mercado interno para o capitalismo no seio da nova burguesia rural que se “esforça por converter em capital os meios de produção que acumula em detrimento dos proprietários fundiários empobrecidos e dos camponeses arruinados” (ibidem, p. 118).

Nestas perspectivas, o conjunto dos elementos que se estruturavam na economia de mercado e que se ampliavam através das transformações vindas com o desenvolvimento do capitalismo no campo, resultava no abandono ou arrendamento das terras e no êxodo do camponês para as cidades. Tais elementos serviram de alguns dos subsídios que Lênin elegeu para corroborar sua tese da desintegração camponesa face ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Em suma, tanto Lênin como Kautsky seguiram a leitura unilinear de Marx sobre a desintegração do campesinato em consonância com a corrente de pensamento marxista ortodoxo que era o pensamento dominante no período histórico em que as obras foram escritas. Eles consideram o campesinato como um resíduo social em processo de desintegração, relacionado ao avanço do modo de produção capitalista, que no seu desenrolar produzia de forma linear somente duas classes sociais: a classe do proletariado e a classe da burguesia.

Esses autores em suas obras ressaltam o mais importante elemento da questão agrária: “o problema da pobreza e da desigualdade social gerado pela desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo no campo” (GIRARD, 2008, p. 97). Problema que, ainda hoje, elege-se como centro dos demais, e que, juntamente com o processo conflitivo da propriedade da terra, constituem a questão agrária.

Partindo para a segunda vertente do PQA, vejamos que ela se orienta a partir das análises de Chaynov, visto que, segundo Camacho (2011, p. 22), podemos considerar Chaynov como o primeiro representante da segunda vertente desse paradigma, pois vai ser

o “primeiro a se contrapor às teses que consideravam o campesinato como uma classe social reacionária e em vias de extinção”.

Chaynov, em sua obra *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*, publicada em 1924, rejeitou as teses do fim do campesinato com desenvolvimento do capitalismo. A partir da sua teoria do equilíbrio trabalho-consumo a qual foi construída sobre estudos da racionalidade interna da economia camponesa, o autor expõe de forma analítica a diferenciação da organização econômica do campesinato à agricultura capitalista. Vale ressaltar que, essa concepção “sofreu pesadas críticas dos intelectuais marxistas e leninistas” (CORREIA, 2011, p. 75).

Diferentemente de Lênin e Kautsky, Chaynov não analisou os camponeses a partir de sua inserção na dinâmica capitalista. Ao contrário, ele fez uma avaliação particular sobre o caráter da produção camponesa e a compreendeu como um modo de produção inserido no capitalismo, porém distinto.

Para Paulino e Almeida (2010), Chaynov constrói suas análises a partir do:

(...) conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que partia da família para a terra, portanto, da avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar. Assim sendo, a diferenciação não resultaria na proletarianização (futuro operário) ou na acumulação (pequeno patrão) como lógica capitalista. Na verdade, era expressão de mecanismos internos relativos ao (des)equilíbrio da família, em que o padrão de vida e amplitude das exigências de consumo também figuravam como fatores decisivos para a estrutura da unidade produtiva camponesa (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 33).

Chaynov fundamenta sua construção teórica a partir de uma análise singular do campesinato. Nessa análise, o autor se distingue das posições anteriores a partir de sua tese sobre a diferenciação econômica e social do campesinato em relação à exploração econômica capitalista. Nesse caso, para a realização da economia capitalista, diferentemente da economia natural, o lucro é resultado de um investimento de capital e, se objetiva como produto final a ser alcançado, como podemos perceber nas palavras do autor:

Sabemos que a chave para entender a vida econômica na sociedade capitalista é a seguinte fórmula, para calcular a lucratividade econômica: uma empresa é considerada lucrativa se sua receita bruta (RB), após deduzir-se o capital circulante adiantado (ou seja, as despesas anuais com materiais (DM), e as despesas com salários (DS)), proporciona uma soma

(S), igual ou maior que todo o capital (C) (constante e circulante) da empresa, a juros, calculada segundo a taxa (a), predominante no país nesse momento. (...). Todos os cálculos da economia teórica partem, explícita ou tacitamente, dessa fórmula. Os elementos dessa fórmula – o valor de troca (preço de mercado) da receita bruta e da despesa material, os salários e os juros sobre o capital- não são neste caso quaisquer magnitudes acidentais de uma economia privada, mas fenômenos fundamentais de uma ordem social e econômica (CHAYNOV, 1981, p. 136).

Faz-se necessário colocar que na economia capitalista elementos como preço, capital, salários, juros e renda; estão engrenados funcionando de maneira interdependente. Contudo, a ausência de uma destes elementos quantitativos significa a não realização da economia capitalista, um esquema diferente da produção na economia natural. A respeito, Chaynov (1981, p. 136) afirma que:

Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto in natura qualitativamente correspondente.

Por esta compreensão, diversamente da economia capitalista, no campesinato, o “produto de seu trabalho”, ou seja, o resultado da aplicação das forças de trabalho de uma família sobre a terra “é a única categoria de renda possível, para uma unidade familiar camponesa, não existindo condições de decompô-lo objetivamente”. Nesse contexto, a produção camponesa busca eminentemente equilibrar a relação entre o trabalho e o consumo familiar. Equilíbrio que serve como maneira de estabelecer um limite natural na produção, “que é o da satisfação das necessidades da família, sendo desinteressante qualquer esforço maior” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 34).

Observa-se, de fato, que as teses da subordinação e da inevitável desintegração do campesinato não tiveram lugar nas análises de Chaynov. Ao contrário, o autor fundamenta suas análises sobre o funcionamento econômico das unidades camponesas russas afirmando que a lógica da organização das unidades camponesas de produção, fomentada pelo equilíbrio interno entre trabalho e consumo, não pode ser entendida a partir do cálculo capitalista do lucro porque Chaynov considera que o campesinato desenvolve uma “forma de produzir” de maneira distinta, tipicamente não capitalista. Deve-se, portanto, considerar que é exatamente pela busca do equilíbrio entre trabalho e consumo no seio da unidade

camponesa através das relações de produção e de trabalho que o campesinato consegue coexistir e se recriar no capitalismo (CHAYANOV, 1981).

Essa vertente contesta a visão linear do desenvolvimento do capitalismo e desintegração do campesinato por meio de sua proletarianização, contrariamente compreende essa questão como parte inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no campo, e dedica-se a compreender o processo de recriação do campesinato, sendo aqui analisado especificamente o campesinato brasileiro, onde este “por meio do processo de resistência e de luta por terra, estão conseguindo retornar ao campo” (CAMACHO, 2011, p. 23-24).

Sobre esse processo de recriação do campesinato pelo capital, trazemos o referencial de Rosa Luxemburgo (1985) que, em sua obra *A Acumulação do Capital*, também se opõe à interpretação da linearidade do pensamento marxista ortodoxo no que se refere à pulverização do campesinato frente o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Luxemburgo concentra seus estudos nos espaços vazios do capitalismo, no que se refere ao processo da reprodução do capital. Ao analisar o processo de realização da mais valia, Rosa de Luxemburgo mostra que ela não pode ser realizada levando-se em consideração apenas a comercialização realizada nos espaços capitalista. A realização da mais-valia necessita também do circuito da comercialização existentes nas sociedades não capitalistas, dentre elas nos espaços onde o campesinato é dominante. Assim, as sociedades camponesas não só podem subsistir como se constituem polos garantidores da reprodução do capital. Nesse sentido:

É possível atribuir a Rosa Luxemburgo o estabelecimento de um marco teórico sobre “espaços vazios do capitalismo”, segundo o qual em toda sociedade se produz a coexistência de regimes de produção diferentes assim como um forte intercâmbio entre eles. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio como a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p.48-49).

Tal enfoque permite-nos compreender como se desenvolve o mecanismo de reprodução do capital quando Luxemburgo (1985) apresenta a seguinte fórmula: “ $c + v + m$ ”, onde “ c ” refere-se ao capital constante que corresponde aos meios de produção que retornam ao processo produtivo; “ v ”- corresponde ao capital variável, compreendido como

trabalhadores que adquirem seus meios de consumo e “m” - refere-se a mais-valia realizada pelas formas de produção não capitalistas.

Nessa compreensão a autora expõe como se realiza o processo da reprodução do capital na economia capitalista, que para completar seu ciclo e obter a mais-valia, necessita se correlacionar com as economias não capitalistas. Por esse entendimento, “a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais que por si não produzem pelo modo capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 241).

Nesse sentido, a partir do movimento contraditório do modo de produção capitalista, compreendemos como ocorre sua reprodução. Ele não aniquila as formas e sociedades econômicas não capitalistas, ao contrário ele permite a recriação dessas economias, para realizar a reprodução ampliada do capital, contrariando assim as perspectivas da ortodoxia marxista. Sobre isso, Luxemburgo (1985) expõe:

(...) a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem estes modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob este prisma, ela consiste na multiplicação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançando o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica -, a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Na análise desta questão, será possível considerar que na interpretação de Rosa Luxemburgo (1985), o desenvolvimento do capitalismo no campo não preconiza necessariamente a aniquilação do campesinato, visto que já estamos no século XXI e o

campesinato ainda não se desintegrou, mas se reproduziu, transformou-se e se recriou, mesmo que de forma subordinada, produzindo assim um movimento contraditório dentro do próprio modo de produção capitalista.

O outro Paradigma que discute as contradições no âmbito agrário é o PCA. Esse tem como expoente Ricardo Abramovay, que propõe uma ruptura com a compreensão marxista citada anteriormente e afirma que a importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos é resultado da metamorfose dos camponeses em agricultor familiar². Nesse sentido, o campesinato tem que buscar integrar-se a uma economia de mercado, o que o conduziria ao seu desaparecimento. Na compreensão de Abramovay:

(...) não faz sentido para o marxismo a ideia de uma economia camponesa. Se (...) o mundo das mercadorias se define por sua sociabilidade contraditória onde a ação de cada um é determinada de maneira não planejada pelo outro- é nesta alteridade que a vida social, e portanto as categorias econômicas centrais que lhe dão sentido, se constituem. Cada segmento e cada classe da sociedade serão conhecidos, em última análise pela maneira como se inserem na divisão do trabalho. Qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas, só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira. A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia do seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção (ABRAMOVAY, 1992, p. 52).

Nessa compreensão Abramovay pontua que a racionalidade econômica do camponês é essencialmente incompleta, pois o camponês não é um tipo econômico, e sim um modo de vida no qual ocorre a personalização dos vínculos sociais. É por esse prisma que o PCA se instrumentaliza teoricamente e se distancia da compreensão do PQA.

² A agricultura familiar nesse paradigma ganha um significado teórico, político e ideológico distinto, referindo-se aos camponeses como um novo sujeito totalmente integrado ao capitalismo. Nesse sentido, não estariam condenados ao desaparecimento, ao contrário do campesinato tradicional. A construção e a utilização do conceito de agricultor familiar estão inseridas na elaboração de uma base de sustentação para políticas de desenvolvimento rural baseadas na disponibilização de crédito e assistência técnica, de modo geral para dar suporte à opção de reforma agrária de mercado assumida no Brasil. A construção desse conceito teve forte incentivo de instituições internacionais, mais especificamente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado (NEVES, 2007).

Entendemos que o campesinato é caracterizado, por Abramovay, como atrasado, dependente e pobre e que representa o que há de mais arcaico e periférico no campo. Assim, segundo o autor, os camponeses estariam fadados a desaparecer. Contudo, ao:

(...) se integrarem plenamente a estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era um antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condições básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normais e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127).

Por esse prisma, o dinamismo econômico, a capacidade de inovação e a completa integração aos mercados seriam características essenciais para a transmutação do camponês em agricultor profissional, ou como coloca Abramovay em agricultor familiar, sendo esse o caminho encontrado pelo autor para sua continuidade. Contudo, não podemos deslocar dessa compreensão a forte intervenção do Estado nesse processo de metamorfose socioeconômica.

No julgamento do autor, a intervenção seria condicional para a mudança de base técnica da agricultura. Abramovay se subsidia para a construção desse entendimento observando os países desenvolvidos na esfera capitalista, entre eles, os do oeste europeu e os Estados Unidos, o autor percebe que o Estado foi o elemento decisivo para que os agricultores familiares atingissem um elevado grau em sua capacidade produtiva. Nessa situação, não é o mercado o elemento decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade, mas sim o Estado. “O mercado está longe de ser o fator decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade. A renda agrícola é um tema decisivo de discussão pública e responde a critérios institucionalmente estabelecidos” (ABRAMOVAY, 1992, p. 202).

A percepção de Abramovay (1992) identifica que o “PCA busca entender as melhores formas dos agricultores familiares se integrarem ao sistema capitalista, sendo inútil a luta contra ele”. Os problemas do campo são conjunturais, solucionáveis pelo

próprio desenvolvimento do capitalismo. Este “desenvolvimento prevê a internação massiva do Estado na agricultura para anular os efeitos negativos do capitalismo no setor e contribuir para o desenvolvimento capitalista em outros setores” (GIRARD, 2008, p. 92).

Tecemos aqui algumas críticas sobre a formatação do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Compreendemos que o Estado atua no alinhamento dos problemas causados pelo capitalismo na agricultura, contudo, não impondo nenhum obstáculo para o capital. Desta maneira, quem paga este ônus é a sociedade, a partir da mais valia sorvida dos trabalhos na sociedade realizados. Sobre isso comenta Girard:

Seria então a proposta deixar o capital se desenvolver livremente e atribuir ao estado, com ônus à sociedade, o papel de correção dos problemas resultantes? (...) A sociedade não pode financiar os ganhos do capital, de forma que suas ações negativas devem ser impedidas. A necessidade de intervenção do Estado não ocorre pela deficiência da agricultura camponesa, mas pela imposição das regras da agricultura capitalista à agricultura camponesa (GIRARD, 2008, p. 102).

No caso brasileiro, a intervenção do Estado nesse setor da economia dá-se em menores proporções na agricultura de base familiar se comparada aos investimentos concedidos à agricultura patronal, ela não prioriza a proteção da agricultura de pequeno porte, pelo contrário, pactua com a agricultura capitalista, que não encontra barreiras para se desenvolver.

No Brasil, as políticas e programas de crédito destinados a agricultores de base familiar, entre eles o PRONAF, despontam como principal condutor das ações de Estado nessa esfera produtiva e se constituem como uma ação de importante função intervencionista do Estado nesse setor.

Contudo, o programa apesar de alicerçado nas políticas de base do PCA, que traz em seu bojo a reprodução dos agricultores a partir de ações capitaneadas pelo Estado, funciona como um intermediador dos agricultores ao livre mercado, sendo, portanto insuficiente para proporcionar o estágio alcançado nos países desenvolvidos dada sua diferenciação de reprodução e social. Isso porque, no Brasil, existem diferentes camponeses e agricultores familiares, em diferentes espaços que lhes propiciam diferentes situações para além da diferenciação social e econômica, não podendo colocar tudo em um mesmo patamar de compreensão.

Dessa maneira, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, “para garantir sua expansão” dá-se de modo contraditório, mantendo alguns traços “produtivos não

capitalistas particularmente em sua etapa monopolista, onde ele cria, recria e domina essas relações não capitalistas de produção” (OLIVEIRA, 1987, p.12).

Na atualidade, dessas contradições resultam os arquétipos teóricos que procuram compreender a partir do movimento desigual e contraditório³ do capitalismo, como o campesinato, que, a partir de suas ações, coloca-se à frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista de Estado⁴. Sob essa perspectiva, Oliveira (1981) comenta:

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista: neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e esses desequilíbrios não aparecem como incapacidade históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 1981, p. 08).

Nesse sentido, faz-se necessário investigar os processos de transformação, de subordinação, de resistências e de recriação do campesinato; sobre os quais iremos nos dedicar no tópico a seguir, concentrando-nos objetivamente nas ações e conduções da recriação da agricultura a partir das políticas e programas de crédito destinados à produção de base familiar, sendo observado especificamente o PRONAF, como conteúdo condutor do modelo de desenvolvimento da agricultura no âmbito familiar adotado pelo Estado brasileiro.

³ Corrente teórica que se fundamenta no PQA, estruturada a partir de um movimento desigual e contraditório. Isso quer dizer que com o avanço do capitalismo ele produz e reproduz relações tipicamente capitalistas, ou seja, proletarizando os camponeses, no caso do agronegócio, ou em empregados dos capitalistas urbanos, industriais, comerciais ou financeiros.

⁴ O capitalismo monopolista de Estado surge quando a concentração da produção e a monopolização atingiram elevado nível. Nesse sentido, a primeira premissa do capitalismo monopolista de Estado, isto é, da submissão absoluta do Estado burguês ao capitalismo, é o domínio econômico dos monopólios no interior do país. (KOUZMINOV, 2007).

1.2 PRONAF como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro

O ordenamento político e econômico imposto pelo capitalismo a partir da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) colocou o Brasil como um país periférico, ou seja, economicamente frágil no desenho do capitalismo global, e, portanto, passível de ajuda financeira do capital internacional dos países centrais. Esse foi o fio condutor para introjetar as políticas de dependência e subordinação ao capital internacional. Nesse sentido, Santos (1979) comenta:

Era preciso demonstrar que os países subdesenvolvidos eram incapazes de acumular internamente o capital para seus investimentos modernizantes e, portanto, provar a necessidade de lhes fornecer ajuda ou de lhes emprestar dinheiro, ou ainda de encorajar a entrada de capital privado (SANTOS, 1979, p.8).

O PRONAF é um programa oriundo das políticas de desenvolvimento no campo brasileiro que objetiva “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda” (PRONAF, 1996, p.01). Sua regulamentação se deu a partir do decreto nº 1946/96 de 28 de junho de 1996, durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que redimensionou as políticas voltadas para espaço agrário brasileiro.

É necessário colocarmos que o PRONAF não teve ineditismo nas agendas públicas no que se refere aos programas de crédito. O PRONAF veio em “substituição ao PROCERA (Programa de Crédito Espacial para a Reforma Agrária), instituído em 1986, como um instrumento creditício e de assistência técnica”. (ALMEIDA, 2000, p. 83) Tal substituição partiu da objetividade de superar as dificuldades do setor agrícola de pequeno porte que se constituía um entreve ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para compreendermos tal contexto, é necessário levantarmos a conjuntura histórica do momento de sua criação e as intencionalidades do Estado brasileiro no que se refere ao segmento da pequena produção agrícola. Voltemos à década de 1990, remetendo-nos à espacialização dos movimentos sociais e dos conflitos existentes no campo brasileiro. Segundo Tolentino (2013):

Naquele momento, o campo brasileiro encontrava-se em um período de grande efervescência, os movimentos sociais por diferentes vias desafiavam, com maior força que hoje, o latifúndio e toda a estrutura política e econômica que o sustentava. Principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ainda jovem, porém maduro, dava demonstrações bastante aguerridas, realizando ocupações em grandes propriedades e exigindo Reforma Agrária (TOLENTINO, 2013, p. 23).

As pressões dos movimentos sociais por Reforma Agrária, aliadas às ações da Confederação Nacional dos Agricultores (CONTAG), bem como do Departamento Nacional dos Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT) acompanhadas pelas notícias de ocupações do MST (Movimento Sem-Terra); faziam reivindicações não somente por Reforma Agrária, mas também reivindicavam infraestrutura, meio-ambiente e assistência técnica, o que provocaram atitudes no âmbito do governo federal.

Diante das pressões e como forma de postergar atitudes mais consolidadas no sentido de promover a Reforma Agrária, o crédito foi uma das respostas do governo FHC (1994-1998) aos pedidos reivindicados pelos agricultores e movimentos sociais. Contudo, temos que reconhecer que o PRONAF foi construído como uma linha de crédito direcionada a esse extrato da sociedade brasileira que, historicamente, não era reconhecido pelos agentes e pelas instituições financeiras públicas e privadas.

O importante a ressaltar é que o Estado brasileiro buscou a solução para as desigualdades existente no campo brasileiro “via redistribuição de ativos em detrimento de políticas agrárias e agrícolas, que pudessem alterar as estruturas produtivas, contudo, mantendo a propriedade privada, nem transformar a realidade social” (LUSTOSA, 2012, p. 255).

Até então, as discussões no âmbito do governo se estabeleciam em torno das seguintes decisões: dever-se-ia investir mais em infraestrutura e apoiar mais o grande proprietário da terra ou o maior número de pequenos produtores rurais. “Esse debate teve a ver diretamente com a política econômica adotada pelo governo federal, isto é, se vai priorizar o mercado externo, através dos incentivos para os produtos exportáveis ou se vai incentivar o mercado doméstico”, a partir de políticas que valorizassem a produção de produtos de subsistência (COUTO, 2006, p. 34).

Com isso o PRONAF surge como um programa de crédito por especialização. Falamos especialização tendo em vista a formatação desse programa, que se estrutura por linhas de crédito diferenciadas pelo grau de exploração, inserção ao mercado e especialização do produtor rural.

As linhas de crédito do PRONAF vão de A a E. Cada uma possui o seu enquadramento fundamentado em critérios pré-estabelecidos, pelas instituições sindicais e pelos escritórios de assistência técnica credenciados, que são os responsáveis pelo enquadramento e reconhecimento dos produtores aptos a receber os recursos do programa.

Vale aqui frisar que o PRONAF-A, que é a linha de crédito correspondente o grupo ao qual esta pesquisa se direciona, é composto por produtores rurais sem terra ou assentados pela Reforma Agrária. São grupos economicamente frágeis do ponto de vista do capital financeiro, por terem produção quase inteiramente destinada ao consumo familiar e não oferecerem garantias reais aos financiamentos contraídos.

Ainda na compreensão do programa como política de crédito por especialização, não poderíamos deixar de mencionar que as ações do programa se dirigem a um determinado sujeito específico, o agricultor familiar. Sobre este sujeito, como já vimos anteriormente, existe uma enorme discussão nos meios acadêmico, político e institucional; quanto ao seu papel, função e representatividade no contexto atual das políticas e programas destinados ao desenvolvimento do rural no Brasil.

O Estado lança mão do conceito de agricultor familiar e dos “fundamentos teóricos próprios do pensamento conservador como a categoria “família” eleita como um parâmetro social destinado a consolidar esse novo padrão de sociabilidade”. (LUSTOSA, 2012, p. 255)

Sobre o agricultor familiar, Neves (2007) comenta:

(...) produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho, pressupostos concebidos segundo a lógica da produção industrial (...). Para o positivo reconhecimento social pressuposto pela designação agricultor familiar, foram construídos quadros institucionais, cujas operações básicas orientavam outras formas de intervenção social, sob a modalidade assistência técnica e creditícia. E foram recrutados (através de constituição própria) agentes intermediários para alcançar a objetivação projetada pelos que se empenharam na produção de significados sociais e de práticas sob modalidades diversas: programas públicos, cursos de formação profissional, recursos financeiros redistribuídos entre governos municipais e créditos de custeio e investimento econômico para agricultores. (...), então o entendimento do processo político de

construção da categoria socioprofissional agricultor familiar e de respectivos quadros institucionais, cujos agentes foram dotados de legitimidade para redefinir significados assim marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associados ao termo agricultor familiar (NEVES, 2007, p. 212-213).

Contudo, apesar de toda intencionalidade política existente no conceito da categoria agricultor familiar, que em muitas das vezes é concebida de forma desassociada ao conceito de camponês, entendemos que essas diferenças só se dão essencialmente no campo acadêmico e no referencial teórico trazido pelos programas e políticas de Estado, pois na prática a agricultura camponesa é eminentemente familiar. Por isso, estamos optando pelo conceito de agricultura camponesa de base familiar partindo do entendimento de que todo camponês organiza sua produção para e sobre sua unidade família, agricultor que ao mesmo tempo é proprietário dos meios de produção e executor das atividades produtivas em sua unidade familiar.

Para tanto, os debates sobre a tentativa de afirmação da categoria agricultor familiar e seu enquadramento político e jurídico, desvia o foco das atenções aos reais objetivos a serem alcançados, segundo jogo de forças estabelecidas pelo Banco Mundial (BM) para este setor da agricultura, que tem como propósito transformar o rural brasileiro sob a perspectiva da economia de mercado mundial, onde tais transformações tão somente atendem aos interesses hegemônicos que correspondem à classe minoritária do capitalismo.

Na Dissertação de Mestrado de Michel Tolentino (2013) intitulada como *O (Des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses*, o autor comenta sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro sob a perceptiva do desenvolvimento do capitalismo, entendendo a criação do PRONAF a partir do conjunto de políticas aliadas aos interesses hegemônicos do capital:

(...) o PRONAF se constitui em uma resposta do governo (...) aos movimentos sociais. No entanto, a nosso ver essa resposta foi dada de duas maneiras. Por um lado, é dada à CONTAG e ao DNTR-CUT quando, de fato, o governo negocia e elabora a nova linha especial de crédito, embora seguindo os preceitos do Banco Mundial (BM). Por outro lado, a resposta (ou seria a reação?) também é dada a outros movimentos com ações mais radicais, hoje ligados à Via Campesina, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para estes últimos, a resposta é até certo ponto contrária às suas reivindicações. Isso ocorre porque o PRONAF, apesar de trazer para o centro de suas preocupações a agora “badalada” “agricultura familiar”, é uma política que não trata de

questões essenciais, como a profunda desigualdade no campo brasileiro. Fazendo isso, o PRONAF não se propõe a contribuir para o enfrentamento dessa contradição, essencial para a superação da problemática agrária. A questão agrária passa a ser entendida como simplesmente um problema de desenvolvimento (TOLENTINO, 2013, p. 26).

Embora o PRONAF tenha sido instituído em correspondências aos pedidos dos movimentos sociais, dada a carência e o desprezo que existiam no setor da pequena produção agrícola desse país em detrimento ao setor agrícola patronal, o programa se desenvolve no interior do conjunto de políticas de Estado para o “novo rural”⁵ brasileiro.

Vale a pena ressaltar que, como estamos inseridos em um Estado capitalista, todas as contradições inerentes a este modo de produção estão consequentemente presentes nas ações políticas e institucionais que originaram o programa. Ou seja, as intencionalidades políticas do programa se apresentam implícitas e veladas desde sua formatação, gestão e execução, se dão atreladas às instituições do capital financeiro internacional, que por sua vez necessita superar antigas estruturas do rural em favorecimento da “nova agricultura”.

Nessa perspectiva, a questão agrária brasileira se apresenta como um obstáculo a ser superado pelas ações do Estado a partir do conjunto de programas e políticas, cuja “intenção” reproduz o modo de produção no qual ele é concebido. Inseridos nesse contexto, importantes intelectuais como Ricardo Abramovay, Maria de Nazareth Vanderlei e Eli da Veiga, intensificaram seus esforços no sentido de atribuir como solução para a agricultura de pequena produção, a sua inserção ao mercado, ou seja, integração ao capital para assim continuar produzindo e existindo.

Por conseguinte, a intervenção do Estado na correção dos problemas existente e causados pelo capitalismo no campo “é a possibilidade mais imediata e permitida pelo sistema capitalista, já que não vai contra suas regras e corrobora para o seu desenvolvimento em outros setores” (GIRARD, 2008, p. 106).

Na atualidade, não podemos compreender e ler um rural brasileiro, bem como as políticas e programas existentes na esfera agrária sem efetuarmos a análise inerente ao processo de articulação que existe entre capital- estado- sociedade. Contudo, a discussão sobre a questão agrária atual considera novos elementos que contribuem para a estruturação do debate, de forma que destacamos o neoliberalismo e a globalização, como

⁵ Compreendemos o novo rural a partir do conjunto de ações políticas que transformam o espaço agrário a partir de uma modelagem da técnica e de investimentos públicos no sentido de direcionar o setor agrícola da pequena produção a uma agricultura de mercado, dependente, engessada e articulada ao Estado.

as estruturas desenvolvimentistas que direcionam as ações do Estado direcionadas à agricultura brasileira.

Neste sentido, afirma Gómez (2006, p. 192-193), que foi necessário “realizar uma releitura do desenvolvimento do capitalismo. Releitura esta, iniciada pelo modelo de desenvolvimento imposto pela política neoliberal”. Que no seu discurso de desenvolvimento traz implicitamente os mecanismos de dominação, de poder do capital sobre o espaço e a sociedade.

Faz-se necessário explicar que estamos trazendo tal abordagem por compreender que foi neste contexto teórico que o PRONAF se institui como programa de grande respaldo na agenda política do governo federal, tendo sua origem a partir das políticas de desenvolvimento dependente de cunho neoliberal. Nesse contexto do neoliberalismo, contraditoriamente, o Estado não deixa de participar do jogo de interesses, nem se torna parcial, pelo contrário, ele pactua uma robusta aliança com o mercado, e executa seus direcionamentos e intencionalidades a partir dessa perspectiva, se caracterizado assim um Estado Máximo, pois interfere não só nas políticas, mas também nas relações estabelecidas entre o mercado e o produtor, aumentando o grau de dependência.

Sobre esse contexto Gómez (2006) afirma que esse modelo de desenvolvimento, baseado em um discurso que opera como controle social foi o modelo que originou as políticas de Estado para os setores da economia até então desprezados. É um discurso que tem como principal objetivo reconhecer a afirmação e repetição até sua aceitação de que as políticas neoliberais para o desenvolvimento funcionam. Sobre isso Girard (2008, p. 109) comenta:

A afirmação da eficiência dessas políticas é o principal instrumento para a aceitação deste modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento imposto pelo Banco Mundial tem como função tentar solucionar os problemas causados pelo capitalismo por meio das próprias regras capitalistas, o que na realidade é impossível. (grifo nosso).

Outro autor que também realiza estudos e efetua a crítica sobre a política neoliberal é MacMichael (2006). Ele afirma que, historicamente, o desenvolvimento tem sido usado como pretexto para intervenção internacional e imposição do modelo neoliberal, tendo como objetivo diminuir a pobreza, o que não acontece na prática.

Na atualidade, o neoliberalismo é caracterizado pela formação de mercados desiguais, concentração econômica e predominância de grandes empresas transnacionais.

Por isso, em relação ao desenvolvimento rural, as políticas neoliberais estimuladas pelo Banco Mundial para Reforma Agrária “têm sido elaboradas no sentido de solucionar a questão da terra através da propriedade privada, da reforma agrária de Estado e para o mercado” sendo o principal vetor condutor dessas políticas, a concessão do crédito (GIRARD, 2008, p. 110).

Podemos perceber que há um jogo de interesses que configura a afirmação que o Estado tem um papel decisivo e um poder simbólico para direcionar os caminhos do desenvolvimento político e econômico da sociedade na contemporaneidade. Percepção definida por Bourdieu (2011): o “Estado tem um poder quase criador”. Afinal, é ele quem define o que é oficial ou não. E, no caso do Brasil, é dele que partem as políticas de crédito e a gestão as quais configuram os espaços urbano e rural. Deste modo o PRONAF se institucionaliza, sob um modelo de desenvolvimento político e econômico de Estado, reproduzindo no espaço rural brasileiro o impositivo do modelo de desenvolvimento capitalista como Tolentino (2013) comenta:

O modelo de desenvolvimento, tal como proposto sob o capitalismo, pressupõe uma estrutura originada nos países dominantes que pode ser compreendida como veiculadora de representações que pressupõem uma dominação. Foram esses modelos, que para continuar a reproduzir o capital, tiveram de “ir ao mundo”, como uma norma que, ao mesmo tempo em que é impositiva, só se faz a partir do convencimento. Modelos de desenvolvimento são, na nossa compreensão, não apenas a forma como o capitalismo opera estruturalmente nos níveis econômicos e político, mas portam também representações que o justificam. Enfim, os modelos de desenvolvimento hegemônicos guardam as formas ideológicas pelas quais o capital tenta nos convencer que é o melhor caminho (TOLENTINO, 2013, p. 57).

Contudo, na tentativa de compreender o modelo de desenvolvimento que fundamentou as políticas governamentais que deram origem aos programas de reestruturação rural (como o PRONAF), face às novas exigências de mercado, observa-se que no último quarto do século XX, passamos de uma ordem internacional do Estado-providência e da emergência do neoliberalismo para uma reestruturação em nível global. (BENKO, 2001).

Assim, efetuamos aqui o registro das transformações que ocorreram no modelo de desenvolvimento dos países centrais, modelo este exportado para os países periféricos, que resultou na mudança de direcionamento político e no modelo de desenvolvimento que estruturam as políticas no rural brasileiro.

A partir daí, é possível identificar que as políticas já não respondiam às crises estabelecidas entre capital e Estado, pois o capital se inseria, por meio de suas estratégias, na tentativa de reduzir o papel do Estado frente aos novos períodos de maior participação do mercado de forma flexível. É nesse momento que “o mercado volta a querer coordenar tudo, segundo os neoliberais, ao Estado resta utilizar o monopólio da violência para que tudo ocorra num ambiente ideal para o mercado” (TOLENTINO, 2013, p. 69).

Momento, também, caracterizado pela destruição das barreiras pelo capital, quando o neoliberalismo emerge como protótipo, de modo que o capital tenta criar fluxos que considerem cada vez mais somente a acumulação. Assim, “as instituições que passam a nos governar se tornam cada vez mais supranacionais. O Estado nesse contexto, não seria mais rígido, pois se assim fosse acabaria atrapalhando a aceleração do tempo de giro do capital” (ibidem, p. 72).

Esse novo período produz e é produzido por um aprofundamento da globalização, e é caracterizado por novas conformações espaciais que pressupõem também novas conformações econômicas, políticas e culturais. Uma nova redefinição compreendida como as respostas encontradas pelo capitalismo para continuar a dar conta do processo de acumulação. De modo que esse período pode ser denominado como desenvolvimento de acumulação flexível.

Segundo Havery (2005), a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital corresponde a um novo ciclo de compreensão do tempo-espço na organização do capitalismo. O modelo de desenvolvimento flexível trouxe em sua essência uma redefinição das escalas espaciais de operação do capital.

Foi nessa perspectiva que o PRONAF se redesenhou e se estabeleceu como um programa de crédito para o setor da economia que necessitava, à luz do capitalismo, de uma redefinição e inserção na lógica produtivista. Nessa lógica, o eixo político-econômico se direciona a escalas espaciais globais que garantem, no seu conjunto de estratégias, a reprodução do modelo de acumulação do capital em detrimento da subordinação dos processos produtivos e de circulação de parcelas da classe trabalhadora, sendo aqui abordados especificamente, os camponeses.

Sobre isso diz Antunes (2003) que a incorporação desses novos contingentes – a classe trabalhadora, “classe que vive do trabalho” – segundo ele –, ao modelo de acumulação flexível se deu pelas vias da precarização. Esta que ocorre a partir da adoção

da terceirização, da subcontratação, do *part-time* e até mesmo por meio da supressão dos salários.

A partir desse enfoque reparamos que o capital, em sua dinâmica global e sob o modelo de acumulação flexível, não destrói todas as estruturas produtivas, pois essas estruturas também se apresentam como grandeza, para o desespero dos que sonham com a homogeneização do mundo. Pelo contrário, ele potencializa o que já existe e, ainda, subordina os territórios e a sociedade aos seus interesses.

É a partir do contexto político-econômico, marcado pela hegemonia da dupla neoliberalismo e acumulação flexível, que o PRONAF se consolida como um programa de financiamentos que emerge das políticas públicas de desenvolvimento rural lançadas pelo Governo Federal. Políticas estas que ofertam as transformações, o controle e a subordinação territorial; todos em favor da consolidação do projeto hegemônico do capital, que redefine as instancias espaciais e os territórios aos seus interesses monopolizadores sem, necessariamente, ocorrer sua territorialização. Essas contradições serão abordadas no tópico a seguir de maneira mais detalhada.

1.3 O processo de monopolização do território pelo capital financeiro

Na ciência geográfica, o estudo da agricultura leva necessariamente ao processo de transformação do campo em benefício ao desenvolvimento do capitalismo. Processo melhor compreendido a partir das transformações no espaço e no território, uma vez que se constituem como categorias de análises geográficas capazes de ler e de compreender os problemas inerentes às transformações derivadas do desenvolvimento do capitalismo. Para tanto, revisitamos os conceitos de espaço e território, haja vista a necessidade de consolidar o referencial teórico necessário para compreensão do objeto dessa pesquisa.

No que se refere à questão de “espaço”, estabelecemos as definições elaboradas por Ruy Moreia e Lefebvre. Os dois autores compreendem a categoria espaço como uma estrutura produzida a partir das relações de produção, ou seja, compreendem o espaço como um produto do trabalho, constituindo assim, um elemento basilar para o estudo da Geografia.

Em Ruy Moreira (2014, p. 7), o espaço é compreendido a partir das “relações de troca metabólicas que o homem e a natureza estabelecem entre si no curso da história”. É

um campo de saber que “está assim numa relação orgânica constante com o processo de trabalho, enquanto essência dessa relação de troca”.

Lefebvre (1991, p.102) compreende o espaço como uma “instância social, resultado da materialização da existência humana que dimensiona a realidade”. Nesse caso, o espaço geográfico é compreendido como um espaço social, por ser um “produto do trabalho e da divisão do trabalho, a esse título, ele é o lugar geral dos objetivos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional” (LEFEBVRE, 2008).

Para evitarmos maus entendimentos, precisamos elucidar que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e modificado continuamente pelas relações sociais, e quando as relações sociais em sua intencionalidade criam uma determinada leitura objetiva do espaço, e essa leitura se estabelece entre os campos de forças e disputa de poder, o espaço social produzido, torna-se um espaço específico: o território.

Sobre a compreensão de “território”, amparamo-nos em Raffestin, Quani, Moraes e Oliveira. Esses autores trabalham a categoria em análise a partir do processo contraditório, das relações de poder, uso e dominação de uma porção apropriada do espaço geográfico. Nessa perspectiva, o território possui funções políticas, econômicas e culturais; e carregam em si identidade e experiência.

A categoria território está inserida na perspectiva histórica da relação entre sociedade e espaço, sendo ele, o território, o elemento de análise que permite a compreensão de uma totalidade geográfica. Um exemplo da aceitação do conceito de território está em Moraes (2000):

(...) o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de historicidade própria que corresponderia à espacialidade de uma dada “formação econômica social”. (MORAES, 2000, p. 21).

Em Oliveira (1999), o território deve ser compreendido como um processo dialético da totalidade no que se refere às transformações das relações de produção social. Ele defende que:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza. (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Com base nas perspectivas mencionadas, podemos compreender o território como um elemento chave para apreensão da totalidade dos estudos em geografia agrária, dado seu princípio elementar de que todas as relações humanas (construção- desconstrução, seja nas instâncias políticas, ideológicas, sociais ou econômicas) se processam sobre uma base territorial. Essas relações estão imbuídas de concepções e significados que carregam a multidimensionalidade do poder⁶, que é a característica inerente da categoria território.

Como bem coloca Paulino (2007) a Geografia agrária brasileira necessita fundamentar-se no aspecto teórico-conceitual, que inclua a terra entre as análises das contradições do modo de produção capitalista. A autora comenta que é a partir de Ariovaldo Umbelino de Oliveira que essa compreensão se inicia, pois ele parte da própria estrutura capitalista para compreender os hiatos existentes no desenvolvimento do capitalismo.

Oliveira (2000) buscou em Marx os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo de produção capitalista, o que significa incluir o território entre as estruturas basilares do capitalismo, tendo em vista que “a relação direta com o trabalhador, com vistas à extração da mais-valia, ou trabalho não pago”, é apenas uma das fisionomias do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da produção não tipicamente capitalista, como a camponesa. Nessa configuração do processo produtivo, vale afirmar que, para Oliveira (2000) “não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas”.

Nessa perspectiva, Oliveira (*ibidem*) traz dois conceitos que julgamos essenciais para o entendimento das transformações ocorridas no campo brasileiro: a territorialização do capital e o monopólio do território pelo capital. Aquele refere-se à ação territorial do

⁶ O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas relações humanas e das instituições, nas empresas, enfim nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação. É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade. (SAQUET, 2007).

capital na agricultura e este compreende o processo do monopólio do território pelo capital monopolista. Nesta compreensão teórica “o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra⁷ ao capital. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Oliveira (2000) para fundamentar esta teoria baseia-se na acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, entendendo que no processo produtivo, “os capitais estão envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar camponês” (CORREIA, 2011, p. 98).

Na materialidade, podemos compreender o processo de monopolização do território pelo capital nos Assentamentos pesquisados acerca das relações de subordinação estabelecidas entre os camponeses e o capital em suas feições comercial, industrial e financeiro. Logo, e não contraditoriamente, faz-se necessário colocar que, o território em evidência, referindo-se especificamente aos Assentamentos, é um território capitalista, ou seja, onde permanecem as relações de dominação, subordinação e espoliação. Neste sentido, os Assentamentos em discussão se constituem como uma fração deste território apropriada e controlada pelos camponeses, porém, permanecem subordinados e dominados à lógica capitalista. Podemos citar como exemplo as relações produção presenciadas durante pesquisa de campo.

Nas áreas pesquisadas, o processo de monopolização do território pelo capital decorre inicialmente a partir da subordinação da produção ao capital comercial através da figura do atravessador, e do lastro do capital industrial a partir da penetração do cultivo das monoculturas da cana de açúcar, e em menor proporção do abacaxi realizadas nas parcelas dos Assentamentos.

Nesse sentido, o capital não se territorializa, entretanto, apropria-se primeiramente da renda da terra gerada, e posteriormente da renda trabalho, onde o trabalho não pago da unidade familiar é sorvido, e subordinado às necessidades e aos interesses do capital, que neste contexto se reproduz de forma ampliada.

⁷ Este conceito se dá a partir de Ricardo que define renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, de qualquer tipo, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado. A renda da terra é o excedente do preço sobre o que é necessário para pagar os salários do trabalho e os lucros do capital empregados no cultivo da terra. Sobre este referencial nos debruçaremos nos capítulos a seguir.

Por este prisma, procuramos compreender a problemática da ação monopolista do capital financeiro no território a partir da instituição e implementação do PRONAF-A, que se apropria da fragilidade estrutural dos Assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, subordinando-os aos interesses e à lógica de dominação capitalista.

Nesse sentido, trazemos o referencial da monopolização do territorial pelo capital, por entendermos que este tronco teórico explica em boa parte a problemática analisada, que compreende o processo de monopolização e subordinação do território da agricultura camponesa ao capital financeiro, a partir da ação territorial do PRONAF, nos Assentamentos rurais da Reforma Agrária, Santa Helena, Boa Vista e Rainha dos Anjos, todos localizados em Sapé-PB.

É um processo que o capital monopoliza o território através do financiamento contraído pelos assentados nos Assentamento em análise. Tendo em vista que na conjuntura política, econômica e institucional, o programa a partir de suas ações subordina o território aos interesses do capital a qual se faz através da imposição fechada do pacote de financiamentos que, através de políticas institucionalizadas ao capital financeiro, determinam o tempo, a época, os valores e, os tipos de culturas a serem financiadas e geridas pelos agentes de Estado (bancos oficiais) repassadores do crédito; como iremos observar a seguir.

Primeiramente devemos ter a compreensão que distorções do PRONAF, transversam desde a sua estrutura político-institucional até a sua efetivação territorial material. O programa foi criado tomando por base as condições, as bases técnicas e de produção dos agricultores da região Sudeste e Sul do Brasil, que possuem um diferente grau de capitalização e de integração ao mercado e ao setor industrial. Esse processo é ratificado por Abramovay e Veiga, (1999) quando explicam que:

Não era difícil prever que os créditos do PRONAF se concentrassem fundamentalmente nos estados e nos municípios em que a agricultura familiar tem maior força econômica. Oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, e Sul de Minas são as regiões onde mais a agricultura familiar conseguiu ligar-se a mercados dinâmicos (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 31).

Situação muito distante das unidades de pequena produção camponesa de base familiar das regiões depauperadas como o Norte e o Nordeste, onde a maioria das unidades produz quase que exclusivamente para o próprio consumo, como observamos na pesquisa de campo. Essas distorções nos relevam o caráter regional, seletivo e direcionado do programa, visto o processo combinado e atrelado entre as atividades capitalizadas da indústria e do mercado nos espaços mais dinâmicos da econômica.

Esse processo de subordinação ao capital financeiro é melhor compreendido quando observado o trâmite das operações de crédito desde o início, no período de pactuação da proposta. Neste momento, “a subordinação decorre do papel do Estado, pelo capital financeiro aos oligopólios” do ramo de sementes e dos intensivos agrícolas, que são entre outras, as inversões financiadas e exigidas nos trâmites para a execução do projeto de crédito (OLIVEIRA, 1987, p.12).

Referente aos recursos contratados, os mesmos são cálculos pelo valor-produto estabelecido em período de plantio - entressafra, ou seja, o período que medeia uma safra a outra, onde o valor calculado corresponde a um valor menor se comparado ao período da próxima safra dada à conjuntura de mercado. Contudo, na época do reembolso o valor a ser exigido para reembolso corresponde ao valor-produto no período de safra, onde pelas leis do mercado, são positivamente superiores aos valores contratados, havendo assim um hiato entre os dois valores, sendo a diferenciação sorvida da renda da terra pelo capital financeiro. Trata-se de um processo potencializado pela inoperância estrutural dos agentes de crédito, que em sua grande maioria, conforme observado em 98% do público pesquisado, não contrata os financiamentos no tempo hábil do calendário agrícola, estando estes fadados à insolvência.

Nesse contexto, a precarização das relações entre o produtor e o acesso ao crédito, dá-se em continuidade com o processo de liberação e pagamento do financiamento, onde através do pacote tarifário (subsumido no ato das liberações), da cobrança de juros e da exigência formal de reembolso, a renda da terra e a renda trabalho são apropriadas pelo capital financeiro.

No tocante ao reembolso das operações de crédito para a agricultura camponesa de base familiar, temos que observar a tríade: natureza, mercado e Estado que são elementos muitos pesados se confrontados com a fragilidade econômica do camponês em conseguir suportar os liames do capital. Esse aspecto é percebido por Shanin (1980), quando o

mesmo afirma que os camponeses não estão apenas sujeitos às condições da natureza, mas também às determinações do mercado e o apoio ou não do Estado.

Com ênfase no que foi dito é possível perceber que quando um desses elementos não corresponde às prospecções, inevitavelmente ocorre endividamento, e é nesse momento que o capital se expande e passa a dominar e subordinar o território no presente, e no futuro, tendo em vista a não concessão de futuros instrumentos creditícios.

Dessa forma, é possível entendermos que o processo de subordinação e monopolização do território pelo capital acontece de maneira exponencial, visto que os financiamentos públicos representam para o agricultor camponês uma apropriação da mais-valia sob uma perspectiva dupla. Assim, os recursos que compõem os programas de crédito, a exemplo do PRONAF, “são resultado da exploração direta de milhões de trabalhadores, que contribuem com a arrecadação ao Estado para a composição da fonte de recurso” (LAPYDA, 2011, p. 71), exploração esta continuada quando se efetua o pagamento dos dividendos desse erário através dos juros pactuados no financiamento.

Nessa perspectiva, o capital tanto se reproduz a partir da apropriação dos valores pagos, ou seja, do capital portador de juros ($D - D'$) do crédito financiado, como também a partir da apropriação da renda da terra e da renda trabalho gerada no processo produtivo das culturas financiadas aos camponeses. Podemos compreender o lastro e o controle do capital que subordina as atividades produtivas e monopoliza o território aos interesses capitalistas sem necessariamente se territorializar.

Esses elementos nos revelam que no desenvolvimento do modo capitalista de produção, todas as ações convergem para a reprodução ampliada do capital, visto que, na reprodução capitalista, as relações de produção não tipicamente capitalistas também são absorvidas pelo capital, a partir das ações do Estado (que se apresenta com agente patrocinador da acumulação) e de seus programas de crédito.

Contudo, é necessário compreender que o referencial conceitual do processo de monopolização do território pelo capital, expõe também toda a fragilidade teórico-metodológica da sentença de desaparecimento do campesinato. Visto que o capitalismo não transforma, necessariamente, todas as relações sociais em relações capitalistas de produção, por isso, não irá transformar todos os camponeses em pequenos capitalistas, agricultores profissionais, que adquirem a fisionomia impessoal de agente de mercado.

Para tanto, o capital se reproduz e se espacializa a partir dos processos conflituosos e se apropria de frações do território e de sua funcionalidade, sem, contudo territorializar-

se. É nessa perspectiva que passaremos a estudar os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária no município de Sapé-PB, objetos dessa pesquisa, conforme veremos no próximo capítulo.

2- O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL, ECONÔMICA E SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS: SANTA HELENA, RAINHA DOS ANJOS E BOA VISTA- SAPÉ-PB

Neste capítulo, realizaremos um resgate da formação socioeconômica do espaço agrário do município Sapé a partir de leituras efetuadas e da análise das transformações ocorridas neste espaço, compreendendo a escola de tempo do período colonial ao período atual, caracterizado pela reforma do território a partir do surgimento dos Assentamentos e suas contradições. Como forma de organizarmos nosso pensamento quanto ao processo de produção e organização do espaço agrário paraibano, estabelecemos a partir dos referências propostos por Moreira e Targino (2001), seis importantes momentos: a) a criação dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); b) a efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX, cabe colocar que estas experiências não lograram êxito, só havendo um em toda Paraíba); c) o surgimento da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século); d) a expansão e crise do Proálcool (1975 a 1999); e) a criação e instalação dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária (a partir de 1999), que se compreende como o período de rebatimento da classe trabalhadora à subordinação da agricultura ao capital e, na atualidade, o processo de recuperação da atividade sucroalcooleira, no bojo do aumento do preço do açúcar no mercado internacional e do programa de produção de bioenergia (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 149).

Posteriormente, nos debruçaremos a compreender como se dá a formação territorial e o uso do solo, por se comporem como elementos chave no processo de compreensão das transformações vindas com o processo de modernização da agricultura que conforma o território na atualidade. Em seguida, nos deteremos na formação histórica econômica e social e a organização interna dos Assentamentos Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista, localizados em Sapé-PB, no sentido de apreender como estas experiências se desenvolvem e se recriam no contexto atual de subordinação da agricultura camponesa ao capital.

2.1.A organização do espaço agrário paraibano e formação territorial do município de Sapé PB

A organização do espaço agrário nordestino, bem como do espaço agrário paraibano não se deu forma homogênea, pelo contrário, se estabeleceu gradualmente a partir do conflito entre capital e trabalho. A estrutura agrária paraibana, desde o período colonial, esteve inserida no processo de ocupação para implantação, de um espaço alienado (ISNARD, 1982) com o objetivo de produzir um excedente colonial a ser apropriado pela coroa portuguesa. O processo de ocupação colonial do espaço agrário trouxe, em seu bojo, profundas transformações na estrutura socioespacial, a partir da implantação e expansão da cultura de cana-de-açúcar nas áreas do litoral paraibano. De início, a estrutura colonial estabelecida nesse espaço alicerçou-se a partir da apropriação territorial e da expropriação das nações indígenas Tabajaras e Potiguaras que habitavam neste espaço.

Essas nações viviam em comunidades onde se desenvolviam as atividades de coleta e pesca, e secundariamente, uma atividade agrícola incipiente para o autoconsumo. “A organização do espaço se dava em função das necessidades da população local, cujo objetivo era a luta pela sobrevivência” (MOREIRA, 1990, p.1). Organização esta desmantelada a partir das transformações ocorridas com a conquista e ocupação do território pelo colonizador⁸.

O processo de ocupação território do litoral paraibano se consolidou “semelhante a toda fachada oriental nordestina: baseava-se na exploração da cultura da cana-de-açúcar em grandes unidades produtivas, os engenhos⁹”. O processo de implantação dos engenhos decorre da territorialização do capital no espaço. Como a territorialização do capital, também vieram os conflitos. Nesse período, os “índios passaram a lutar contra a expropriação de suas terras e a dominação de seu povo, dificultando a subordinação do

⁸ Para Moreira e Targino, a conquista do território paraibano só ocorreu quase um século após o descobrimento do Brasil. “O fato considerado como marco inicial desse processo seria a fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves⁸, atual João Pessoa, daí teve início a apropriação do espaço pelo elemento colonizador” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 26).

⁹ Estabelecimento produtor de açúcar com caráter mercantil à sua natureza agroindustrial. Trata-se de uma unidade de economia de mercado - o mercado internacional para onde se voltavam todos os interesses em função dos quais se foi criando e ampliando toda uma estrutura de produção. Esses fatores somados ao fato de ser absorvente de capital de força-de-trabalho no processo produtivo de açúcar, explicam o caráter monocultor do estabelecimento rural canavieiro (LACERDA, apud MOREIRA, 1990, p. 3).

espaço” às leis coloniais, que se fundamentavam na exploração da terra e na escravidão. (MOREIRA, 1990, p.1). A reação indígena foi a primeira forma de luta pela terra e em defesa do seu povo contra a subordinação ao colonizador.

O primeiro engenho da Paraíba - o Engenho D'E-Reino Tibiri (1587)- apelou para o trabalho do índio manso (...). Isto porque “o escravo africano, nos primeiros tempos, por sua diminuta proporção, não bastava para todas as necessidades de um Engenho corrente a moente” (ALMEIDA apud MOREIRA e TARGINO, 1997, p.36).

Com a implantação dos engenhos de cana-de-açúcar, que data do final do século XVI, o espaço agrário paraibano foi organizado sob o sistema de “plantation”. Sistema de exploração capitalista que se estruturava com base na grande propriedade, na monocultura da cana-de-açúcar e na exploração da força de trabalho escrava, com produção voltada para o mercado externo. Nessa organização, o trabalho indígena era utilizado sob forma escrava para produção de alimentos e em tarefas não-especializadas das obras de instalação.

Sobre isto Furtado (1969) comenta; “a escravidão demonstrou ser desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra e a mão de obra indígena constituiu-se na primeira atividade de exploração econômica” (FURTADO, 1969, p.45-52).

Posteriormente, os indígenas foram substituídos por escravos trazidos da África. A eles cabia trabalhar nos canaviais e cultivar lavouras para alimentação das famílias e principalmente dos senhores de Engenho. Segundo Furtado, (1969) “foi quando a rentabilidade do negócio estava assegurada que entraram em cena, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e contraditoriamente capitalizado” (ibidem, 1969, p. 46-53).

A mão de obra escrava africana foi trazida para a expansão da empresa açucareira que já estava instalada para assegurar-lhes um maior retorno econômico. Nesse sentido:

“a escravidão se constituiu como um elemento fundamental nas relações de produção da colônia, na medida em que é sobre a base do trabalho escravo que se funda o próprio processo de exploração colonial. No sistema de escravidão, a mercadoria é a própria pessoa do escravo, cujo preço equivale ao preço do escravo” (WANDERLEY, 1979, p. 22).

Nessa conjuntura, tanto a propriedade do escravo, como a propriedade da terra, estavam subordinadas aos interesses do capital mercantil, que tinha como objetivo a implantação territorial das sesmarias para ampliação da exploração de cana-de-açúcar no litoral e da atividade pecuária no sertão.

Segundo Moreira, (1990), a distribuição das terras em sesmarias foi responsável tanto pelo “caráter privado da terra, quanto pela criação dos alicerces da grande propriedade do sistema açucareiro”. Sistema este, que detinha “o controle político e o poder econômico, tornando-se assim, um privilégio da aristocracia rural”, que por sua vez era representada pelos proprietários de terra, que além de deter o poder sobre a terra, também controlavam a força de trabalho rural (MOREIRA, 1990, p. 4).

Na segunda metade do século XVII, a expansão dessa estrutura econômica foi contida, dada a crise de acumulação provocada pela exploração açucareira nas Antilhas e pela reestruturação do mercado internacional. Fatores estes que foram responsáveis por profundas modificações no espaço e nas relações de trabalho da economia açucareira do Nordeste (FURTADO, 1969), bem como da Paraíba. De acordo com Targino:

No final do século XVIII, o número de engenhos existentes na província situava-se entre 32 e 37 (LEAL, 1989, p. 100 e 108). Só em meados do século XIX é que se verifica um novo surto de crescimento da atividade açucareira. Em 1857, “safrejavam 200 engenhos de açúcar.” (LEAL, 1989, p. 173). Data dessa época a introdução das primeiras rodas d’água “que representavam notável progresso no método de acionamento das moendas” (LEAL, 1989, p. 167), bem como do arado de ferro (PINTO, 1977, p.222). (TARGINO, 2014, p.5)

Essa recuperação do sistema açucareiro em meados do século XIX, no entanto, coincide com o problema da disponibilidade de mão de obra escrava. Com efeito, a lei Eusébio de Queirós extinguiu o tráfico escravo no Brasil, o que encareceu o preço do escravo. Diante dessa escassez, os senhores de engenho “passaram a facilitar o estabelecimento de camponeses no interior de suas terras” concomitante com o trabalho escravo (MOREIRA, 1990, p. 5).

Nessa conjuntura surge a figura do morador que iria substituir o trabalho escravo. Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam concessão para ocupar as terras do engenho e, nelas, desenvolver uma agricultura de autoconsumo e a criação de pequenos animais. Em troca, seriam obrigados a trabalhar alguns dias da semana gratuitamente para

o proprietário da terra, o que se configurava como prática do cambão¹⁰, ou pagavam a renda fundiária em dinheiro.

Em continuidade ao processo de modificação das relações de trabalho, surge a expansão do sistema de lavradores. “Os lavradores constituíam uma categoria de pequenos produtores que forneciam cana para os engenhos trabalhando seja em terra própria, seja em terras dos engenhos que eles alugavam” (MOREIRA, 1990, p. 5). Neste sentido, já se percebia o processo de recriação camponesa a partir do capital, que disporia dessa força de trabalho a partir de um sistema de parceria atrelado e submetido ao latifúndio canavieiro, que garantissem a ampliação da acumulação.

É necessário frisar que a reorganização das relações de trabalho e a ocupação do espaço foram os dispositivos necessários para a sustentação do sistema açucareiro. Sobre isso Moreira (1990), comenta:

Essas modificações na organização interna do trabalho permitiram a sobrevivência do sistema açucareiro. Isto porque, no caso dos lavradores, por exemplo, o senhor de Engenho, mantendo o controle dos meios de produção (terras e Engenhos), lhes transferia os custos de produção da cana e ainda apropriava-se de certa margem de benefício. Isto sem falar da renda fundiária (paga em trabalho ou dinheiro) que recebia daqueles que alugavam suas terras (MOREIRA, 1990, p. 06).

Essa nova estruturação do trabalho e das formas de ocupação da terra se estenderam em regime e coexistência com a escravidão até o final do século XIX, quando a partir da abolição dos escravos, outras feições tiveram que ser inseridas, tendo em vista a crise pela qual atravessam as estruturas dos engenhos com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no espaço agrário.

Nesse sentido, o atraso tecnológico e social da economia açucareira nordestina, a insuficiência de capitais que pudessem dar incremento ao setor e fazê-lo competitivo com o mercado internacional, foram os fatores geradores para substituição dos engenhos pelas usinas, que se apresentavam como unidades mais robustas e avançadas para as exigências de mercado.

Cabe relatar que no meio desse processo, ocorreu a tentativa de implantar o sistema de Engenhos Centrais, que não obteve êxito. Essas experiências tiveram sua estrutura precarizada, “dado o sistema de garantia de juros a eles aplicados, a conjuntura econômica

¹⁰ Nessa estrutura de trabalho o proprietário fundiário controla os meios de produção bem como a força de trabalho.

interna, centrada na produção aurífera e, a concorrência com o algodão que chegou a ser produzido em zona canavieira” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.53).

Nesse sentido, as usinas foram implantadas no sentido de ampliar a base produtiva, tornando o açúcar do Nordeste competitivo no mercado internacional, podendo concorrer com o açúcar produzido na Europa a partir da beterraba.

Segundo Moreira e Targino (1997):

A Usina é um estabelecimento voltado para a produção de açúcar. Trata-se de uma empresa fabril que exerce também a atividade agrícola. Ela surgiu apoiada pelo poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ele encontrada para garantir sua sobrevivência (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 58).

Com as usinas, ocorreram inúmeras modificações na organização interna do sistema de produção açucareira, entre elas, podemos citar: a concentração da propriedade da terra e dos meios de produção; a ampliação da monocultura da cana; a diminuição das formas tradicionais de trabalho em detrimento da intensificação do trabalho assalariado; o incremento do uso de intensivos agrícolas; e o progresso técnico vindo com a mecanização do processo de produção.

As usinas reconfiguraram toda estrutura espacial do litoral paraibano, implantaram a lógica produtivista inerente à modernidade de uma empresa agroindustrial, contudo mantiveram todas as relações de poder e formas de exploração do espaço e da espoliação humana na busca de acumulação de capital.

Na Paraíba, as primeiras usinas surgiram no baixo-Paraíba, no início do século XX. “A mais antiga é a Usina Santa Rita, fundada em 1910, no município de Santa Rita-PB”. A Usina Santa Helena, que se localizava em Sapé-PB, município objeto desta pesquisa, “suruiu em 1917, como o nome de Usina Bonfim, de propriedade de Gentil Lins”, que se tornou, nos anos seguintes, o primeiro prefeito da cidade. Posteriormente, na década de 1930, a usina foi vendida a Renato Ribeiro Coutinho, membro da aristocracia rural paraibana que detinha o poder econômico e político da região da várzea do Rio Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 59).

Nesse caso, podemos compreender a estruturação da aliança histórica entre o poder econômico com o Estado, que legitimava a favor da classe dominante privilegiando os interesses de uma classe minoritária em detrimento da exploração da classe majoritária.

Nesse sentido, a formação socioeconômica do Município de Sapé esteve diretamente relacionada com a expansão da atividade canavieira no Estado da Paraíba. Foi a partir dessas contradições que se estruturou a organização do espaço agrário paraibano, espaço fruto dos conflitos entre classes, conflitos estabelecidos pela dialética capital versus trabalho.

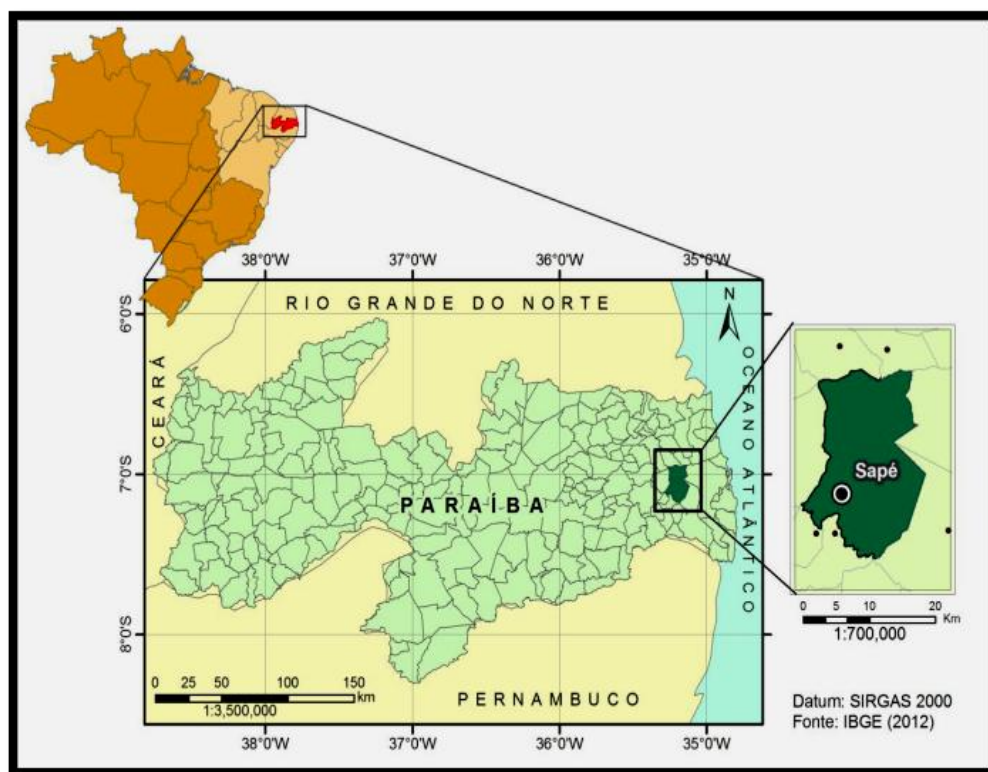
Neste contexto, compreendemos que as transformações socioeconômicas, que deram origem ao município de Sapé, sempre estiveram subordinadas ao desenvolvimento e expansão das atividades agropecuárias do litoral que estavam atreladas aos interesses da aristocracia rural, que detinha poder político e administrativo no estado da Paraíba. Foram estes elementos as bases estruturais que dinamizaram o surgimento do núcleo de povoamento da cidade de Sapé. Surgimento este que se deu em promoção e atrelado ao desenvolvimento do setor primário exportador do açúcar.

Sua criação do município de Sapé se deu com o surgimento do “povoamento em 1883 a partir da construção da estrada de ferro Great – Western”, administrada pela companhia inglesa “The Conde d’Eu Railway Company Limited”, que lançou seus trilhos na região com o propósito de ligar a cidade de Paraíba do Norte, atual João Pessoa, ao interior do Estado (MAIA, 1985, p. 36). Sua ocupação se consolidou com a construção da estação de trens de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. Ao local onde se situava a estação foi dado nome de Sapé, que viria a ser uma vila e posteriormente se constituir em sede municipal.

No que se refere à construção da linha férrea, esta se deu em cumprimento aos projetos governamentais de facilitar a circulação de mercadorias produzidas pelos Engenhos de açúcar e pelas fazendas cotonicultoras até a capital do Estado para serem exportadas para o mercado internacional e para outras regiões do Brasil.

No decorrer do século XX, o povoamento foi aumentando, e as figuras que representavam o poder político e econômico da região, moveram pedido de transformação da vila em município, que por sua vez seria controlado e administrado segundo aos interesses da classe econômica dominante. Nesse sentido, “em 1925, o Presidente do Estado da Paraíba do Norte, João Suassuna, sancionou a Lei nº 627 de 1º de dezembro do mesmo ano, criando o município de Sapé”, que pertencia ao Município de Cruz do Espírito Santo, sendo por esta Lei desmembrado (MAIA, 1985, p. 42).

No que se refere a sua localização, o município de Sapé está inserido no litoral, mais especificamente na mesorregião da Zona Mata Paraibana. Limita-se ao Norte com os municípios de Cuité de Mamanguape, e Capim; ao Sul com Sobrado e Riachão do Poço; a Leste com Cruz do Espírito Santo e Santa Rita; e a Oeste com Marí (ver mapa 1).



Mapa 01: Localização do município de Sapé PB

Fonte: IBGE- 2013

Atualmente o município possui uma área de 315,532 km², com população absoluta de 50.143 habitantes, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colhidos pelo censo demográfico de 2010. (<http://www.cidades.ibge.gov.br/>).

Seu relevo é levemente ondulado, se enquadrado em “áreas dos tabuleiros costeiros de solo podzólico vermelho amarelo e solo podzólico amarelo eutrófico (www.ibge.gov.br)..

Historicamente, ponderando elementos administrativamente constituídos, a formação territorial do município se deu inicialmente em dois distritos: Sapé, pertencente ao seu núcleo central e Araçá. “Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o distrito de Araçá passou a denominar-se Mari. Em divisão territorial datada de 01.07.1950, o

município é constituído de dois distritos: Sapé e Mari, ex-Araçá”. Em 19.09.1958, pela lei Estadual nº 1862, é desmembrado do município de Sapé, o distrito de Mari, que passa à categoria de município (<http://www.cidades.ibge.gov.br/>).

Essa configuração territorial permaneceu até 1966, quando pela Lei municipal nº 3438 de 07.10.1966, foi criado o distrito de Sobrado e, em 1978, cria-se o distrito de Riachão do Poço, pela Lei estadual nº 3972 de 13.03.1978, assim permanecendo até o ano de 1989, quando pelo Ato de Disposições Transitórias do Estado, no seu artigo nº 5, cria-se o distrito de Renascença. Essa estrutura permaneceu inalterada até o ano de 1994, quando são desmembrados os dois primeiros distritos do município de Sapé, passando a serem municípios, respectivamente, Sobrado (Lei Estadual nº 5927/94) e Riachão do Poço (Lei Estadual nº 5892/94). (<http://www.cidades.ibge.gov.br/>). Na atualidade o município de Sapé é constituído de sua sede urbana e do distrito de Renascença.

A fragmentação político-administrativa dos municípios, corresponde a um fenômeno ocorrido na Paraíba entre os anos de 1994 – 1996. Visto que, nesse intervalo de tempo, foram criados 52 (cinquenta e dois) novos municípios, somente no litoral foram criados 8 (oito). Neste sentido, “nenhum fato parece justificar tal fragmentação, a não ser interesses político-partidários bem localizados”, pois do ponto de vista econômico, “esse período marca uma forte crise no setor primário em torno do qual gira a organização dos novos municípios” (MOREIRA, 2003, p. 91).

No que se refere à organização do espaço agrário, bem como da formação territorial do município de Sapé, este, não diferentemente dos outros municípios do litoral paraibano, fundamentou-se a partir das transformações decorrentes da apropriação territorial capitalista, que se alimentou da exploração do ambiente natural e da espoliação do ser humano, em favor dos interesses das classes patronais, representadas pela aristocracia rural e pela classe política, que muitas das vezes convergiam em uma só.

Em Sapé, o sistema açucareiro, foi o grande absorvedor de terras e de trabalho, que monopolizou o uso do solo até quase o final do século XX. Ao lado da cana, outros produtos também tiveram importância na organização agrária do município, a exemplo do abacaxi. Com efeito, “em 1930 o abacaxi passou a ser produzido, no município, mas, somente a partir da década de 1960”, foi que a produção do abacaxi teve nítidos objetivos comerciais e “passou a ser vendido para o mercado interno (Rio de Janeiro e São Paulo) e para o exterior com importação para a Argentina e posteriormente para Europa”, dando ao município o título de maior produtor e exportador estadual e um dos maiores no âmbito

nacional dessa cultura (CARVALHO, 1985, p. 74). Contudo a grande absorvedora territorial continuava a ser a cana-de-açúcar.

Essas culturas alcançaram grande expansão a partir das modificações ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, quando a dinamização do processo produtivo, decorrente do processo de integração entre agricultura e indústria, ocasionou profundas transformações no espaço agrário e na formação territorial da Paraíba. Essas transformações referem-se ao processo de modernização da agricultura. Processo este que se ampliou à custa da subordinação do trabalho e da produção às necessidades de acumulação capitalista implantas.

Para Moreira e Targino (1997):

Ao subordinar-se as leis do lucro, a agricultura necessita aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, ele necessita que cada trabalhador produza mais em menos tempo. Isso só é possível de obter-se aumentando a jornada e/ou intensificando o ritmo de trabalho das pessoas. Para tal, se faz necessário uma mudança nas relações técnicas de produção, o que leva a uma integração maior da agricultura com a indústria (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.197-198).

Esse processo é tipificado como “modernização conservadora”. No caso “brasileiro essa via de desenvolvimento guarda semelhanças com a avaliação de Lênin em duas de suas importantes obras: Desenvolvimento do capitalismo na Rússia e no Programa Agrário” (LUSTOSA, 2014, p. 181). Nessas duas obras o autor analisa que o desenvolvimento do capitalismo no campo se dá resguardando as condições históricas nacionais.

No Brasil, um dos estudiosos que analisa o desenvolvimento do capitalismo no campo sob a perspectiva da modernização conservadora é José de Souza Martins. O autor em sua obra *O poder do atraso. Ensaio da sociologia da história lenta* (1995) coloca que o desenvolvimento ocorrido no campo brasileiro não superou seus problemas estruturais, pelo contrário, se deu alinhado com as antigas estruturas conservadoras de poder e subordinação.

Nessa perspectiva, compreendermos que a modernização por qual passou o rural brasileiro a partir do avanço no aporte tecnológico e científico, não resolveu os problemas estruturais existentes na agricultura, como exploração do trabalho, a concentração de renda

e a concentração de terras, pelo contrário, ela ergueu-se sobre esses elementos, ampliando-os. Sobre isso comenta Guimarães (1977):

(...) a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

Ainda sobre esse período comenta Silva (1981),

“No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente, a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderúrgica; e assim por diante. O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses “novos” meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa” (SILVA, 1981: p. 27).

Essa nova etapa trouxe em seu bojo um conjunto de transformações no espaço e no território, que resultaram em um maior uso da mecanização; uma maior absorção na extensão de terras; o maior uso de fertilizantes e insumos agrícolas; a precarização do trabalho; a retração das culturas alimentares em detrimento da expansão de culturas de exportação; a violência e; a espoliação do trabalhador do campo.

Essas transformações recaíram eminentemente na conformação territorial, pois coexistiam com a grande exploração os pequenos sítios de produção camponesa de culturas alimentares. Essas pequenas unidades foram sensivelmente atingidas, bem como as relações de trabalho e de uso da terra, que foram drasticamente suprimidas pelo processo de modernização da base técnica de produção da cana-de-açúcar e do abacaxi.

Diante do contexto do domínio das monoculturas, e do aumento do grau de espoliação da força de trabalho surgiram as Ligas Camponesas em Sapé, baseadas nas experiências do Engenho Galiléia no Estado de Pernambuco. “A Liga de Sapé foi fundada em 1958, por João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé” (LEMOS, 1996, p. 31). As Ligas de Sapé foram a primeira em todo o Estado da Paraíba.

“A Liga de Sapé contava com cerca de mais de 7.000 associados”. Seu objetivo inicial era lutar contra o pagamento da renda-trabalho, subtraída através aumento do preço do foro e da quantidade abusiva dos dias de cambão pagos aos latifundiários (Ibdem, 1996, p.32).

Esse movimento se espalhou no território a partir de ações diretas, que aos poucos foram se tornando cada vez mais frequentes e envolvendo um maior o número de trabalhadores, que se organizavam em mutirões “para arrancar cercas, plantar onde os patrões tinham destruído lavouras, reparar casas, exigir indenização e o fim do cambão” (PEREIRA, 2005, p.70-71). Com seu crescimento melhoram sua forma de organização e sua espacialização em outras áreas do Estado.

Nesse sentido, a classe patronal, incomodada com as denúncias do crescente “sucesso das Ligas, começou a usar da violência como forma de coibir os camponeses. Derrubavam suas casas, expulsavam de suas fazendas e usavam a política para intimidá-los”. Desse modo, muitos camponeses foram torturados, espancados e até mesmo assassinados. Entre as vítimas da perseguição às Ligas podemos citar “João Pedro Teixeira, assassinado no dia 2 de abril de 1962 com dois tiros de fuzil disparados por Alexandre e Chiquinho, que eram na época policiais militares e capangas de Agnaldo Veloso Borges”, que foi um dos mandantes do assassinato. (ibdem, 2005, p.71-72).

Contudo, a morte de João Pedro Teixeira não silenciou a luta, ao contrário, incitou ainda mais a revolta e adesão dos camponeses na Paraíba, chegando a possuir em janeiro de 1964, 16 mil trabalhadores associados na Liga de Sapé, o que representou o maior contingente em todo o Brasil.

Segundo Mitidiero (2008, p. 287), é nesse período que se consolida a “segunda fase da organização” das Ligas, fase esta que é caracterizada a partir da “emersão do advogado Francisco Julião e de Elizabeth Teixeira”, viúva de João Pedro Teixeira. Nesse período as Ligas de Sapé passaram a utilizar “um discurso mais radical e em prol da Reforma Agrária” (MITIDIERO, 2008, p. 287).

Entretanto, com o Golpe Militar¹¹ instaurado no Brasil em 31 de março de 1964, houve cassação de direitos políticos, violação dos direitos fundamentais e coibiu violentamente todas as ações dos movimentos sociais existentes, já que os movimentos se colocavam como ameaças a grande exploração capitalista, o que colocaria em risco interesses da burguesia nacional e internacional. Dessa maneira, as alianças estabelecidas entre o governo de ideais progressistas e o capital internacional, foram os fatores condicionantes para a efetivação do golpe político de direita que tomou o poder e decretou o fim de todos os movimentos, inclusive as Ligas Camponesas¹².

Durante o governo militar, o rural paraibano foi sensivelmente metamorfoseado pelos avanços propiciados com o pacote de modernização agrícola instituído por esse governo. Sobre isso Moreira e Targino (1997), afirmam que:

O processo de modernização da agricultura, levado a efeito na Paraíba a partir de 1970, foi responsável por profundas alterações nessa dinâmica da organização da produção. Isso porque ele promoveu a substituição tanto de culturas alimentares e de matérias-primas destinadas ao abastecimento do mercado interno, quanto da vegetação natural de mata, cerrado e caatinga, seja pela cana-de-açúcar, seja pelo pasto plantado (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 104).

Nesse sentido, compreendermos que elemento instigador de processo de modernização e lastro da economia agrária patronal na Zona da Mata durante as décadas de 1970 e 1980, foi a parceria estabelecida entre Capital-Estado, que se efetivou a partir do

¹¹ As causas do golpe militar foram as mais diversas, entre elas podemos colocar: “as ações e manifestações sociais que estavam confrontando a estrutura da grande propriedade rural, no contexto nacional e internacional indicava de certa forma, uma possível expansão do socialismo na América Latina” (LEMONS, 1996, p.193).

¹² Sobre a repressão às Ligas camponesas após o golpe de 1964 veja Lemos (1996), Benevides (1985) e Targino, Moreira e Menezes (2011)

Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL)¹³. O programa corresponde a um conjunto de políticas de Estado para o desenvolvimento da economia brasileira, “apoiado numa forte política de incentivos fiscais e creditícios, destinados tanto à produção industrial quanto agrícola” (MOREIRA e ATRGINO, 1997, p. 105).

O PROALCOOL surgiu no contexto nacional como uma política de Estado revestida pelo discurso, forçado, da crise do petróleo, ocultando suas reais pretensões que eram de corrigir o passivo existente do setor açucareiro. Suas propostas direcionavam-se para socorrer o setor do latifúndio canavieiro através de subsídios, taxas de juros especiais, isonomia tarifária para exportação e mercado regulamentado.

Esse processo conformou o território do município de Sapé, que se estruturava a partir da dinâmica monopolista das culturas da cana, e em menor proporção do abacaxi, trazendo em seu bojo todas as contradições inerentes a um espaço produzido pelo capital. Nesse sentido, podemos chegar à compreensão, que o espaço agrário, como resultado da ação humana estabelecida a partir do conflito entre classes frente às novas feições do capitalismo em sua fase monopolista, se constitui como um território construído e transformado a partir das necessidades e da lógica capitalista.

No entanto, este território também sofre fissuras, contradições e resistências. A crise instaurada a partir da década de 1980, bem como a redemocratização do país, com o fim dos governos militares, aliada à extrema desigualdade existente no campo, resultou na espacialização dos movimentos sociais que fundaram novas estruturas de poder que se colocam em confronto a teia monopolista do capital.

Esse aspecto é vislumbrado por Oliveira (2001), quando afirma que, no caso brasileiro, “o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão sobre o rural se faz de forma heterogênea, complexa e plural”, ou seja, a partir do movimento desigual e contraditório, movimento este onde o capital não se expande de forma a aniquilar todas as estruturas

¹³ O PROALCOOL foi criado em novembro de 1975, através do Decreto Lei nº 76.793/75, no contexto de um esquema alternativo proposto pelo governo brasileiro para enfrentar a crise energética decorrente da alta dos preços internacionais do petróleo e, recuperação do setor açucareiro, que vinha enfrentando séria crise no mercado internacional, bem como estimular o setor automobilístico, o qual, por redução de demanda e de queda de lucratividade, sentia-se ameaçado (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 105).

necessariamente não capitalistas, pelo contrário, ele as conversa de forma articulada para se reproduzir de forma ampliada.

Sobre essa tônica seguem as discussões dos tópicos a seguir, onde efetuiremos uma análise sobre o uso do solo do município de Sapé e as transformações no território, decorrentes do movimento desigual e contraditório do capital.

2.2. As transformações no território e o uso do solo no município de Sapé

Na geografia, os estudos espaciais e territoriais são elementos-chave para o entendimento das transformações decorrentes da estruturação do modo de produção capitalista no campo. A partir dessas categorias compreendemos que a produção do espaço e a formação do território não ocorrem em um processo de neutralidade, pelo contrário, acontecem e são estruturados pelas ações políticas e pelas intencionalidades dos sujeitos.

A leitura que nos propomos aqui tem como intenção compreender a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, bem como as transformações e o uso do solo, decorridas das contradições estabelecidas entre classes que estão em permanente conflitualidade. Nesse sentido, a relação classe-território é indissociável. Nessa relação, o território não se restringe apenas à noção escalar de espaço, ou de espaço governança do Estado, porque o território, compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territoriais de dominantes e dominados.

Nessa compreensão, “o território aparece como processo histórico e social, isto é dotado de sentido pela ação dos homens, o que não pode ser confundido com qualquer acepção naturalista dos processos sociais” (LIMA, 2013, p. 59). É por este prisma que procuraremos compreender o território do município de Sapé (objeto dessa pesquisa), como uma estrutura das conflitualidades estabelecidas entre capital e trabalho.

Nesse sentido, partimos da investigação do uso do solo como suporte metodológico, por entendermos que é a partir da funcionalidade e do uso da terra, que é

base das contradições e manifestações da divisão do trabalho, que podemos compreender as desigualdades e os mecanismos de organização do capitalismo no campo, e sua conformação no território.

O território do município de Sapé, historicamente, esteve no bojo das ações de dominação do capital, pautado nas transformações de base técnica da produção, na espoliação do trabalho humano e no monopólio da terra. Sua exploração iniciou-se no período colonial, período caracterizado pela territorialização do capital com base na implantação do sistema açucareiro para a produção de açúcar destinado ao mercado externo.

Em Sapé, o latifúndio monopolista da cana-de-açúcar, esteve sempre atrelado ao poder político local, ou mesmo o representava, por exemplo a Usina Santa Helena, que era detentora de mais de 22.000 (vinte e dois mil) hectares de terras, localizados entre os municípios de Sapé e Espírito Santo, pertencia a Renato Ribeiro Coutinho, que também representava o poder político da Várzea do Rio Paraíba (deputado estadual em 1946 e deputado federal em 1966) (MAIA, 1985).

Nesse sentido, o poder econômico e político se fundiam em um só, o que ampliava assim seu lastro de dominação e controle do território. Nesse ínterim, grandes levas de recursos foram injetadas no setor açucareiro, ampliando o monopólio da cana na região. Compreendemos que a ampliação do setor canavieiro se deu a partir do processo de modernização conservadora na agricultura, tendo mais vigor a partir da implementação do PROALCOOL¹⁴.

Vale a pena frisar que as discussões aqui propostas tomam como base o período da modernização conservadora, como o escala de tempo em que às transformações decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista se tornaram ainda mais dominantes e destruidoras, tanto no meio físico, quanto no contexto social. É a partir desse período que a dominação do capital sobre a agricultura é impulsionada pelas políticas de desenvolvimento econômico, implantadas pelo regime militar.

Por este prisma, o PROALCOOL não só aumentou a capacidade produtiva e expandiu a fronteira agrícola do setor canavieiro, mas, concomitantemente reforçou o

¹⁴ Um suporte estatal anterior à produção canavieira se deu com a criação do IAA em 1933, que passou a contralar a produção de açúcar bem como a definir as cotas regionais de exportação (MELO, 1975).

poder político já estabelecido na região com uma política de patrocínio e manutenção da classe patronal.

(...) os incentivos do Proálcool destinavam-se tanto à produção industrial quanto à agrícola. Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do valor do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e de 3% para as autônomas na área da SUDENE/SUDAM e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia os financiamentos de investimento para fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio e tratamentos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para despesas relativas às socas ou às ressocas. O programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para o pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agroindústria (MOREIRA e TARGINO, 1997: p.105-106).

No que se refere à exploração e uso do solo para cultivo da cana-de-açúcar, já na década de 1980 cinco anos após a implantação do PROACOL percebeu-se o processo de expansão da cana subsumindo as parcelas das áreas destinadas às culturas de base alimentar, e de outros tipos de culturas como o abacaxi. Desta forma, à medida que a modernização trouxe maior vigor ao setor canavieiro, ampliava-se, proporcionalmente, o conflito estabelecido entre capital e trabalho, a partir das expropriações camponesas das terras absorvidas pela cana, bem como do processo de precarização de vida e trabalho.

O livro intitulado Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba (1997) de autoria dos professores Emília Moreira e Ivan Targino, traz um grande suporte teórico e de levantamento de dados que conduzem a nossa análise. Os dados a seguir partem das pesquisas elaboradas pelos autores na região da Zona da Mata Paraibana, área onde se localiza o município pesquisado.

No que se refere à produção de cana-de-açúcar, o Estado da Paraíba, no período de 1970 a 1985, teve um acréscimo na ordem de 113,3% em toneladas, passando de 1.433.245, em 1970, para 3.057.112, em 1980. O crescimento anual estava estimado proporcionalmente em 10% ao ano, a área plantada passou de 40.007 hectares para 85.455 hectares entre o período de 1970-1980.

É preciso colocar também que a expansão da cana também estava atrelada ao comportamento da produção do álcool, que passou de 806 mil litros, em 1975, para 229,3 milhões de litros, em 1985, período este em que ocorreu a instalação da destilaria Una em Sapé e da destilaria anexa na usina Santa Helena. Contudo, durante este período de forte expansão da cana de açúcar, sérias transformações podem ser percebidas no território.

No bojo das transformações que vieram com o pacote da modernização agrícola, e suas ações diretivas no solo vindas com o avanço dos canaviais podemos ressaltar: a destruição da Mata Atlântica e de manchas de cerrado, que passaram de 83.415 hectares para 54.838 hectares entre 1975 e 1985; a destruição das nascentes e de outras fontes de água potável, pelo desmatamento da mata ciliar, bem como pelo uso irracional da irrigação; a utilização indiscriminada de agrotóxicos, fertilizantes químicos e corretivos que se acumulam no solo o esterilizando e atingindo os lençóis freáticos, causando também inúmeras doenças aos trabalhadores, não evitadas ou reconhecidas pelo sistema público de saúde.

No âmbito social, a espoliação dos agricultores de seus terrenos causou uma diminuição da produção de culturas alimentares e consequentemente, elevação dos preços dos alimentos refletindo no crescimento da fome e na crescente precarização das relações de trabalho. Tais transformações trouxeram complicações para o mercado interno agrícola do município, chegando o ponto de no ano de 1993, haver importação de alimentos dos Estados vizinhos para suprir as necessidades do município.

Além da cana, o espaço agrícola municipal era também dominado pela cultura do abacaxi, que se destinava tanto ao mercado interno quanto externo. O abacaxi teve grande expressividade na economia município de Sapé, entre as décadas de 1960-1970. Nesse período, sua produção “passou de 21,1 milhões de frutos em 1960 para 51,1 milhões em 1970, sendo responsável por mais de 50,0% da produção estadual”, ganhando notoriedade nacional dada à qualidade do fruto produzido no município (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 148).

Nas décadas seguintes (1980 e 1990), a partir de estímulos creditícios, a produção de abacaxi se ampliou para a cifra de “82,3 milhões de frutos, tendo 7.438 hectares de área ocupada nos tabuleiros costeiros” da Paraíba. O município de Sapé representava quase 50,0

% desse total (ibidem, 1997, p. 148). Cabe colocar que a expressividade do abacaxi também se deu atrelada ao pacote de modernização agrícola patrocinado pelo Estado.

As ações do Estado de incentivo a essa cultura, verteram a partir das instalações dos equipamentos públicos a exemplo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que garantia a oferta de crédito direcionado, bem como das instituições de pesquisas como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A (EMEPA) que desenvolviam estudos sobre o melhoramento produtivo da cultura do abacaxi, de forma a aperfeiçoá-lo e colocá-lo no padrão produtivista exigido pelo mercado internacional.

Cabe aqui colocarmos que esse processo se deu de forma conjugada entre o Estado e a oligarquia política, visto que nessa fase, as ações e intenções do grupo de latifundiários desse setor, além de absorver grande aporte de recursos públicos de financiamentos, conseguiram eleger para Prefeito de Sapé, o senhor Abel Cunha, um dos grandes produtores do fruto no município, consolidando assim a dominação de uma classe sobre o território.

Contudo, apesar da expressividade que assumiu o abacaxi no município de Sapé, esta se deu forma pontual, se comparada à cana-de-açúcar que se configurava como grande monopolizadora do solo em todos os municípios da Zona da Mata, inclusive aqueles que antes do processo de lastro da cultura pela ação das políticas de Estados, não conformavam-se como áreas de canaviais a exemplo de “Mataraca, Rio Tinto, Lucena, entre outros, bem como os municípios da região do Brejo” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 108).

Nesse sentido, durante a escala de tempo estabelecida entre 1975 até a primeira metade da década de 1980, período do apogeu do PROALCOOL, e das modificações recentes na organização da produção agropecuária, percebe-se expressivamente o lastro destruidor provocado pela expansão da cana-de-açúcar em áreas ocupadas por culturas alimentares, matas residuais, resíduos do cerrado, bem como áreas destinadas a outros tipos de culturas como o próprio abacaxi que perdia espaço para cana.

Sobre isso Moreira e Targino (1997) comentam:

Observando mais em detalhes o caso específico do município de Sapé, constata-se que a cana-de-açúcar, entre 1974 e 1985 tanto substituiu grande parte da vegetação de cerrado e mata ali encontrada, como culturas alimentares e o abacaxi, produto comercial de grande peso na economia municipal. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 109-110).

Para compreendermos o avanço da cana-de-açúcar e seu reflexo no uso do solo, partimos de análise aerofotográfica do município das décadas de 1970-1980, elaborada por Emília Moreira em sua tese de doutorado intitulada: *Evolution et transformations recentes de l'organisation agraire de la Paraíba* (1988). Pelas imagens, podemos identificar o percurso seguido pela cana, a qual, em sua passagem substituiu grande parte da vegetação natural e tradicionais trechos de culturas alimentares, inclusive de abacaxi (ver Figura 1).¹⁵

¹⁵ Cabe aqui registrar que na época das fotografias aéreas que compuseram a imagem, o município de Sapé ainda não tinha passado pelo desmembramento dos antigos distritos, hoje municípios de Sobrado e Riachão do Poço, processo que ocorreu em 1994, conforme já informado no tópico anterior.

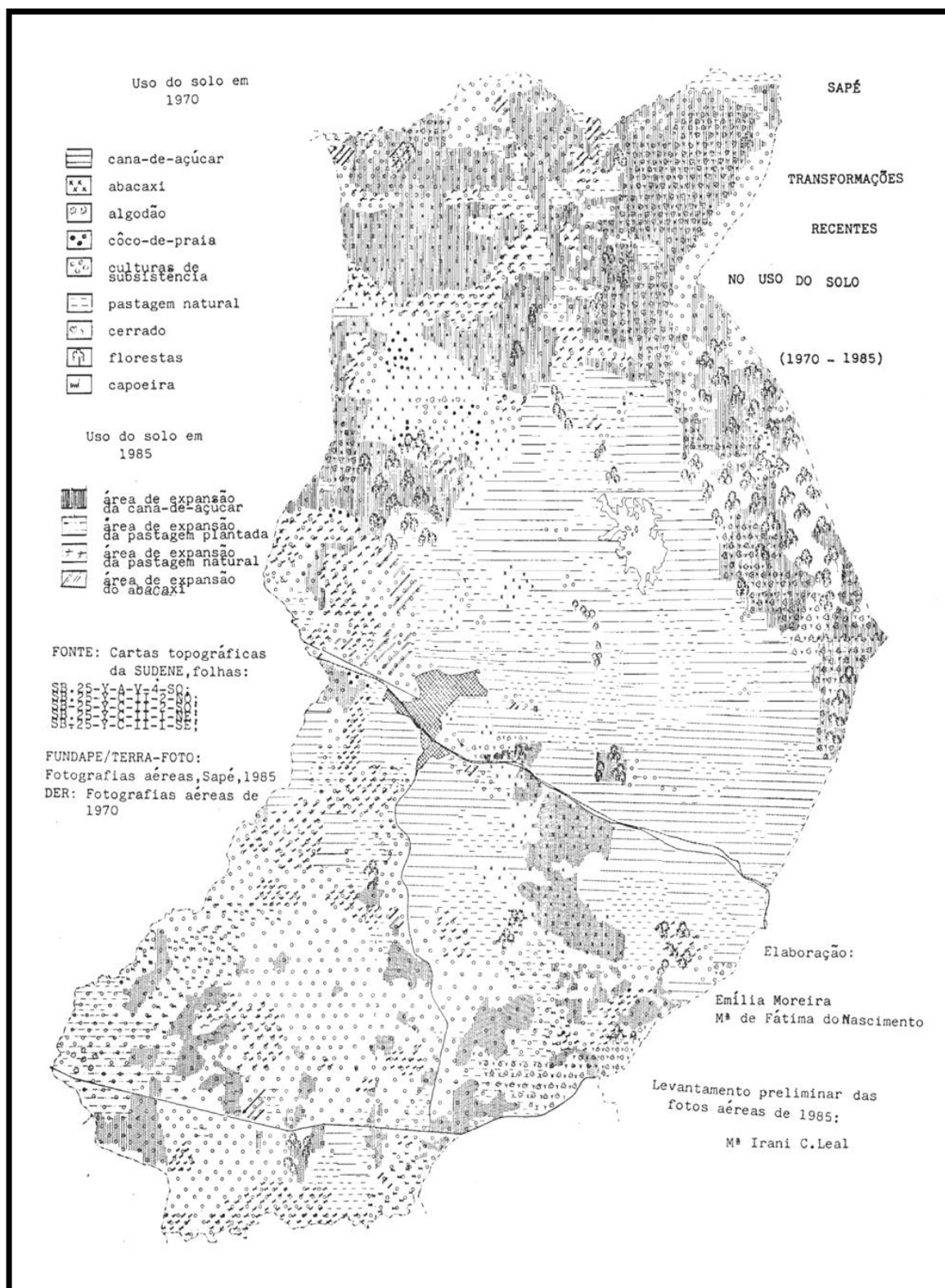


Figura 01-Carta imagem do Uso do solo – Sapé (PB) (1970-1985)

Fontes: FUNAPE/TERRA-FOTO: Fotografias aéreas, Sapé, 1985

DER: Fotografias aéreas de 1970

Elaboração: Emília Moreira; Maria de Fátima do Nascimento, 1988.

A imagem ressalta a significativa expansão da cana-de-açúcar em áreas antes destinadas ao abacaxi e à agricultura alimentar do município. Esse processo veio carregado de transformações de ordem estrutural na economia agrária do municipal, onde culturas já instaladas perderam espaço para cana, em virtude dos maciços incentivos à modernização das técnicas de cultivos advindos de políticas creditícias que expandiram as fronteiras da cana, rompendo os obstáculos naturais. Nessa época, a cana avança sobre as áreas de tabuleiro, quando anteriormente estava restrita às áreas de várzea.

O resultado dessa expansão refletiu-se na acentuação dos processos de precarização das condições de vida e trabalho dos moradores e posseiros que cultivavam a policultura alimentar, assim como numa maior concentração de rendas e de terras. Analisando o Índice de Gini¹⁶ da distribuição da terra em Sapé, no período de 1970, onde o mesmo atingiu a fração de 0,879, percebemos a caracterização de um alto grau de concentração fundiária o que proporcionalmente gerou um alto grau de exploração e expropriação dos agricultores do campo, consequentemente um maior nível de fome, pobreza e miséria (<http://www.ibge.gov.br>).

Outro aspecto percebido a partir da imagem é a expansão das áreas de pastagens para bovinos, principalmente nas áreas antes ocupadas por culturas alimentares, dando novas feições à paisagem, bem como reconfigurando a estrutura do espaço. Sobre estes aspectos Moreira e Targino (1997) comentam:

Esse movimento não constitui apenas uma mera mudança no uso do solo. Ele é bem mais significativo na medida em que se considera que as explorações da cana e da pecuária constituem as duas formas concretas assumidas pelo capital no processo recente de sua dominação sobre a agricultura paraibana (MOREIRA, 1988, p. 269, apud MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 104).

No bojo das transformações, ocorridas com a expansão da atividade canavieira, podemos mencionar entre outros fatores a ampliação da indústria a partir da instalação das destilarias de álcool do Grupo Una S/A, e da destilaria anexa na Usina Santa Helena. Esse

¹⁶ Medida do grau de desigualdade da distribuição de renda ou de um recurso. O índice varia de um mínimo de zero a um máximo de um. "Zero" representa nenhuma desigualdade e "um" representa grau máximo de desigualdade.

processo trouxe mudanças estruturais na organização do trabalho e na dinâmica populacional.

Nesse sentido, as relações de uso e ocupação do solo pela cana-de-açúcar tiveram rebatimento direto no contingente populacional. No que se refere às mudanças nas relações de trabalho, as transformações decorreram do processo de expropriação de suas terras, o que resultou em um forte decréscimo da população rural e a expansão da população urbana (ver Tabela 01).

Tabela 01
Dinâmica da população do município de Sapé entre os anos de 1970 a 2010

População	Urbana	Rural	Total
1970	15.779	29.566	45.345
1980	23.372	27.534	50.906
1991	34.231	24.284	58.515
2000	35.516	11.837	47.353
2010	38.141	12.002	50.143

Fonte: IBGE (2013)

Podemos observar neste contexto, que entre os anos de 1970-1991, a população urbana duplicou, enquanto a população rural sofria reduções sucessivas¹⁷. É necessário frisar dois pontos nesse processo. Primeiramente, o aumento substancial da população urbana se deu pelo processo de expropriação do camponês, decorrente do aumento da fronteira agrícola da cana; em segundo lugar pela migração de retorno do Sudeste. Estes foram os fatores que mais se destacaram como responsáveis pela ampliação da malha populacional urbana.

¹⁷ Aponta-se como um dos fatores para a redução da população rural, principalmente entre as décadas de 1990 – 2000, o desmembramento dos distritos de Sobrado e Riachão do Poço do município de Sapé em 1994. Distritos estes que se caracterizavam eminentemente rurais.

Nesse sentido, é necessário colocar que, o fato da expropriar a população do campo, não significou o seu desligamento do trabalho de atividades agropecuárias, visto que grande parcela da população expropriada continuou a trabalhar na produção da cana, agora sob a condição de assalariados e de subcontratados em regime sazonal. Ou seja, foi mais uma forma encontrada pelo capital para ampliar sua acumulação, visto que agora, a terra estava totalmente disponível ao capital e se mantiveram e ampliaram as relações de subordinação e precarização do trabalho.

Esse processo é compreendido por Gaudemar (1977), a partir da perspectiva da mobilidade do trabalho. É a própria expansão do capitalismo que provoca a liberação do trabalhador em relação aos meios de produção, tornando-o uma força de trabalho livre e passível de ser vendida, comprada e explorada, ou seja, é metamorfoseada em mercadoria absorvida pela dinâmica do capital que a utiliza conforme suas necessidades de acumulação.

Em continuidade, a partir da segunda metade da década de 1980, estendendo-se até o final da década de 1990, observou-se o processo de desestruturação da economia canavieira, marcada pela crise do PROALCOOL, expressa através da queda da produtividade, da redução da área plantada e, conseqüentemente, de sucessivos fechamentos de usinas e destilarias na região.

A quantidade de cana produzida no Estado declinou de 10,7 milhões no ano de 1986 para 8,2 milhões no ano de 1990 (MOREIRA e; TARGINO, 1997, p. 120). Apontam-se como causas da crise do setor canavieiro, a diminuição do crédito dirigido e subsidiado; a cobrança mais incisiva dos débitos e a elevação dos custos de produção, processo este corroborado pela,

(...) a atenuação da crise energética que tinha sido o fator determinante para a concepção e implementação do Programa, seja pelo aumento da produção interna de petróleo seja pela redução do poder da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, (...) os acordos do Brasil com o FMI, no bojo da crise externa brasileira, que impunham uma revisão das políticas de subsídios do governo brasileiro, assim como a crise financeira do estado brasileiro que o levaria a rever de forma vigorosa os seus gastos (MOREIRA; TARGINO e SILVA, 2003, p. 48).

As fissuras do setor sucroalcooleiro na década de 1980 se estenderam até a década seguinte, quando o processo de transformação no uso do solo, bem como nas relações de trabalho e vida da população espoliada pelo capital industrial se intensificaram. Essa acentuação nas transformações se deu em decorrência do fechamento das usinas na Zona da Mata paraibana, entre elas a Santa Helena, o que gerou um desemprego no espaço agrário.

A Usina Santa Helena, integrante do grupo Companhia Agroindustrial Santa Helena (CAIENA), decretou falência por insolvência em 1993 por falta de capacidade de pagamento aos fornecedores e arrendatários, bem como pelo processo de precarização da infraestrutura produtiva decorrente da crise do PROALCOOL.

Nesse sentido, em decorrência do processo de perda do poder político e econômico dos latifundiários agroindustriais e da ação mais eficaz da organização sindical e dos movimentos sociais, fortaleceram as lutas dos trabalhadores rurais por terra, vida e trabalho, tendo início o processo de ocupação das terras improdutivas e abandonas pela Usina ora fechada.

As ocupações tiveram origem a partir dos acampamentos que se constituíram a forma espacial da luta coletiva pelo direito e acesso à terra que posteriormente se configurou em Assentamentos Rurais, materializados a partir das experiências de reforma do território pela organização e ampliação da fronteira agrícola de base alimentar.

Contudo, cabe colocar, que os Assentamentos apesar de sua grande importância para minimização dos contrastes socioeconômicos existentes no campo, são produtos da ação do Estado, ou seja, representam a ação política dos projetos pontuais de Reforma Agrária na tentativa de dirimir os conflitos no campo, sem alterar de maneira substancial os níveis de exploração, a estrutura fundiária e a concentração de renda.

Nesse sentido, as lutas travadas pela classe trabalhadora no campo para fugir do jugo, da exploração e da miséria pelo qual passavam significativas parcelas da população nacional do campo e das cidades, provocam a “ação fundiária do estado para solucionar os conflitos sociais emergentes”, sendo “responsável” pela ampliação da fronteira da agricultura familiar em áreas tradicionalmente canavieiras” (MOREIRA, TARGINO e SILVA, 2003, p. 48)

Em Sapé, no período de 1998 a 2001, foram criados sete Assentamentos, a saber: Padre Gino, Vinte e um de Abril, Nova Vivência, Boa Vista, Rainha dos Anjos, Santa Helena e Vida Nova, que juntos representam uma reorganização do território do município na ordem de 39% de pequenas propriedades reformadas¹⁸, que compreende 8.697,00 hectares (IBGE, 2014).

A criação desses Assentamentos, além de romper com o padrão homogêneo do território monopolista da cana em favor da ampliação da fronteira de produção agrícola familiar, promoveu também, uma reorganização do trabalho e do setor produtivo, percebida pelo aumento na área ocupada pela produção de culturas alimentares e, conseqüentemente retração da produção da cana-de-açúcar, bem como a diminuição de seu aporte produtivo. Tal dinâmica pode ser observada na Tabela 2 que compreende os dados dessas culturas entre os 1997- 2012, período este caracterizado pela crise do setor canavieiro e da reforma do território pelas instalações dos Assentamentos.

¹⁸ O Conceito de pequena propriedade reformada se dá a partir da implementação da política agrária, que resultou no fracionamento das propriedades desapropriadas pelo processo de Reforma Agrária, resultando nos Assentamentos Rurais (ver TARGINO e MOREIRA, 2004).

Tabela 2 – Sapé: Produção das principais lavouras temporárias (em toneladas)
1997-2012

ANO	PRODUTO					
	Batata-doce	Feijão	Mandioca	Milho	Abacaxi (frutos)	Cana-de-açúcar
1997	495	300	2.464	343	3.423	221.858
1998	960	32	2.000	50	7.040	200.000
1999	100	0	2.800	8	7.040	160.000
2000	240	360	2.000	8	9.600	202.500
2001	120	0	8.490	0	10.950	180.000
2002	160	0	8.490	0	10.950	180.000
2003	200	0	8.439	0	12.390	179.999
2004	1.440	20	8.540	48	12.000	180.000
2005	1.360	86	8.540	48	9.600	126.000
2006	1.600	52	10.000	40	9.600	171.000
2007	1.600	52	10.000	40	9.600	171.000
2008	1.840	33	7.000	24	7.500	405.000
2009	2.000	21	3.000	16	7.500	450.000
2010	1.400	13	3.000	10	7.500	400.000
2011	1.040	33	7.000	32	7.500	450.000
2012	1.040	4	5.600	20	7.500	875.700

Fonte: IBGE- Produção agrícola municipal

Contudo, a expressividade produtiva das culturas alimentares de base diversificadas não conseguiu quebrar o monopólio da cana no uso do solo. Esta ainda se mantém dominante na paisagem, quanto ao uso do solo. Os melhoramentos sejam na perspectiva fundiária, ou, de produção de alimentos foram pontuais e isolados, restritos às áreas ocupadas pelos Assentamentos.

Nesse sentido, pondera que ocorreu uma reforma quanto à estrutura fundiária, contudo, “não foi suficiente para reverter o alto grau de concentração da propriedade

fundiária na Zona da mata Paraibana onde o índice de Gini ainda permaneceu superior a 0,8”. Processo este que pode ser percebido na atualidade (século XXI) (MOREIRA, TARGINO e SILVA, 2003, p. 55).

As mudanças na conjuntura econômica do mercado de petróleo ocorridas no início do século XXI promoveram a reestruturação das políticas de geração da energia brasileira através do estímulo à agroenergia, com destaque para a produção do etanol, bem como, o aumento do preço do açúcar no mercado internacional. Esses fatores foram responsáveis por novas mudanças na organização do espaço e da expansão da atividade canavieira que repercutiu significativamente sobre o espaço agrário da Zona da Mata paraibana.

Na Paraíba, a retomada da produção de cana-de-açúcar nessa região foi derivada a partir do aumento da área plantada e da quantidade produzida entre 2000 e 2009. Nesse período, observou-se um aumento da ordem de 32,0% da área plantada e de 56,9% da quantidade produzida de cana-de-açúcar na região. Tal expansão tem sido alimentada, também, pela penetração dessa cultura em áreas de assentamento.

Fato este analisado por Moeira e Targino (2011), Os autores apresentaram que em 2009, das “64 áreas de Assentamento existentes na região da Zona da Mata Paraibana, 34 (53,1%) plantavam cana, mas especificamente, das 5.145 famílias assentadas até 2009, 576 (11,2%) plantavam cana em seus lotes” (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 152).

Em pesquisa de campo realizada, percebemos a ocorrência desse processo nos territórios pesquisados, contudo em proporções superiores à da pesquisa dos autores anteriormente citados. Nos Assentamentos pesquisados, 66% dos assentados plantam cana de açúcar para vendê-la às usinas circunvizinhas, caracterizando assim o processo antes já mencionado, de monopolização do território pelo capital, que não precisa necessariamente territorializar-se para subordinar o processo produtivo e se apropriar da renda trabalho e da renda da terra e controlar o território.

Nesse sentido, no que se refere à subordinação do território a partir da penetração da cana de açúcar em áreas de Assentamentos, um fato nos chamou atenção durante a pesquisa de campo, o controle irrestrito do território exercido pelo capital industrial nos lotes dos assentamentos, ao ponto de chegarem a marcar com pontos de referência enumerados as áreas que foram arrendadas.

Nesse processo, a usina interfere desde a determinação da área onde a cana será plantada, no intuito de facilitar sua colheita, bem como, no processo produtivo e de comercialização. No que se refere ao processo produtivo, o trabalho da unidade familiar desenvolvida nos plantio e tratos culturais, não são remunerados, esse renda trabalho é absorvida pelo capital, havendo assim uma acumulação ampliada. Na comercialização, a usina continua a se apropriar da renda produzida nas parcelas, seu nível de controle sobre esse processo determina a época da colheita, a qualidade do produto e consequentemente o preço, bem como, desconta o transporte, e as diárias dos trabalhadores que são trazidos pela usina para trabalhar na colheita. Dessa maneira, o camponês é colocado sob a situação de subordinado a esse processo, tendo em vista a pequena, mas, regular fonte de rendimento. Aspecto esse percebido no depoimento do agricultor assentado Everaldo Adelino do Assentamento Boa Vista:

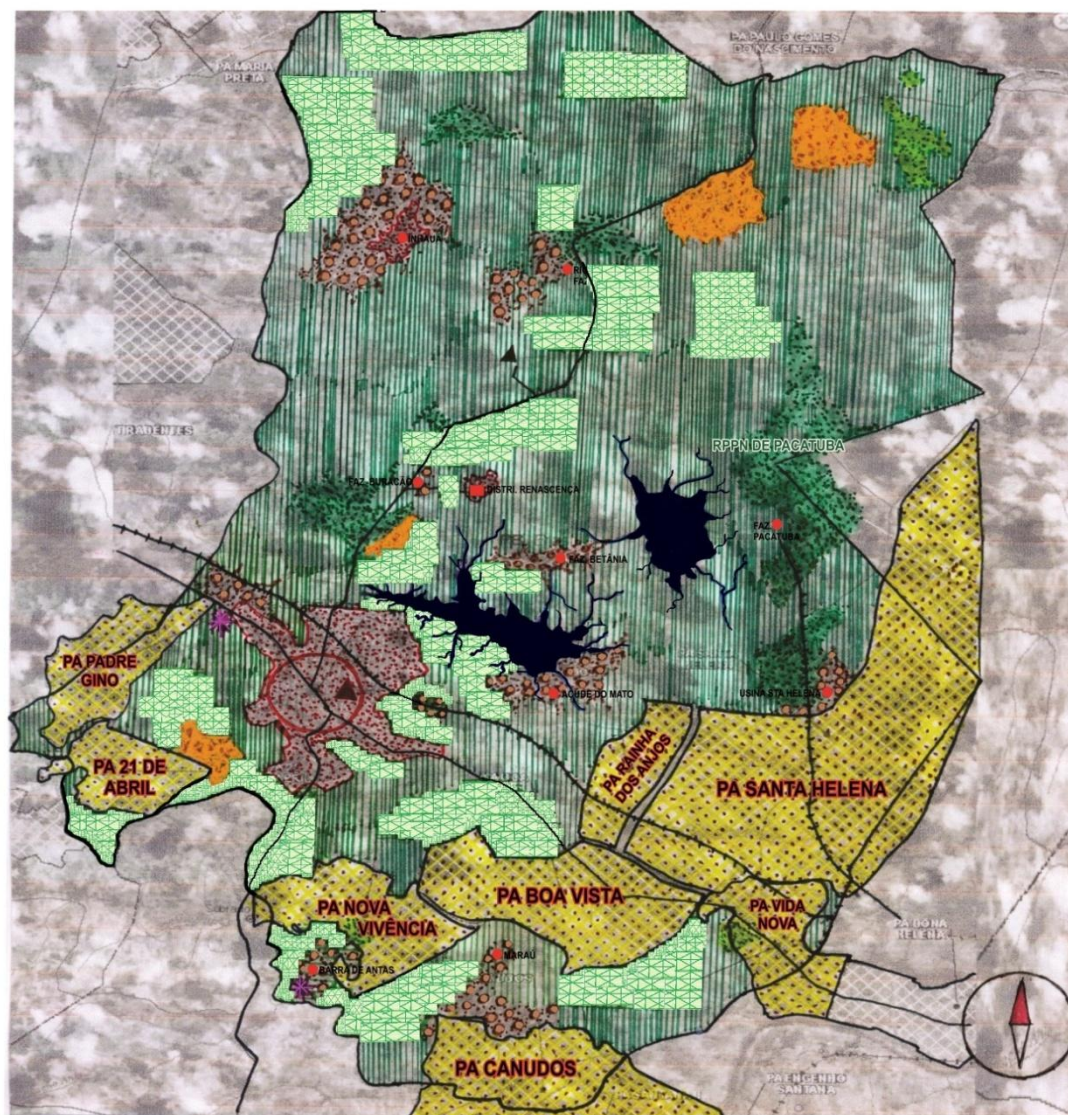
A cana é o que escapa agente! Porque todo ano agente vende aquele produto certo pra usina. (...) Ela desconta o corte, o carregamento, o frete, e agora tá pagando o preço depois que faz o teste no laboratório pra ver o nível de açúcar que ela tem. Ano passado a usina me pagou vinte e dois reais por tonelada, esse ano me pagou a quatorze (...). É como eu lhe disse é difícil pra nós, mas é o jeito, agente precisa desse dinheiro¹⁹.

Para compreendermos melhor esse processo de penetração e monopolização da cana de açúcar no município de Sapé, elaboramos um estudo sobre imagem do uso do solo. Nesse estudo, visualizamos que a cana se espalha no espaço agrário municipal na proporção de ocupação de mais 62% da área total do município, cercando a cidade, os assentamentos, destruindo as matas ciliares, alcançando o entorno dos rios, dos afluentes (Ver Figura 02- Carta Imagem do uso do solo Sapé/PB).

Nesse sentido, podemos perceber que apesar da resistência camponesa, vivenciada como experiências de enfrentamento que se dão a partir da socioterritorialização dos Assentamentos em pequenos sítios, a cana ainda continua monopolizando o solo e trazendo nesse processo a precarização das relações de trabalho, a expropriação e a espoliação dos camponeses no interior de suas próprias unidades de produção.

¹⁹ Depoimento coletado em ocasião da aplicação do questionário realizado em 29 de dezembro de 2014.

CARTA IMAGEM - USO DO SOLO - SAPÉ/PB



LEGENDA TEMÁTICA CLASSES DE USO DO SOLO

- | | | |
|------------------------------|---|---------------|
| FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL | ÁREAS DE ASSENT. DA REFORMA AGRÁRIA-POLICULTORA | CORPOS D'ÁGUA |
| FORMAÇÃO RESIDUAL DE CERRADO | OCUPAÇÃO POPULACIONAL | |
| ÁREA DE CANA-DE-AÇÚCAR | ÁREA POLICULTORA-CULTURA ALIMENTAR | |
| ÁREA DE PASTAGEM | ÁREA DE ABACAXI | |

LEGENDA CARTOGRÁFICA

- | | | | |
|-------------------|-----------|----------------|----------|
| ESTRADAS | FERROVIAS | SEDE MUNICIPAL | DISTRITO |
| PARQUE INDUSTRIAL | POVoados | ACAMPAMENTOS | |

FONTE: www.mapstore.com.br
 IMAGEM DE SATÉLITE: Landsat-7
 ELABORAÇÃO: Rômulo Panta - 2014

Figura 02- Carta Imagem do uso do solo Sapé/PB.

Fonte: www.mapstore.com.br

Imagem de Satélite: Landsat-7

Elaboração Cartográfica: Rômulo Panta- 2014

O esboço cartográfico partiu das análises e interposições das imagens de satélite Ladsat-7 sobre a ocupação e uso do solo, sendo georeferenciado a partir da base de dados do IBGE - 2010. A interposição entre imagem de satélite e a realidade se deu “in loco”. Nessa análise foi efetuado o geoprocessamento da extensão das áreas e consequentemente a ocupação e uso do solo, para tanto utilizamos como marcas os pontos de latitude e longitude estabelecidos pelo GPS (Global Positioning System), ferramenta que nos permitiu zonear as áreas rurais do município de Sapé PB quanto ao uso do solo.

A partir das imagens de satélite pudemos perceber a continuidade da dominação da cana-de-açúcar no município em detrimento das áreas antes destinadas ao abacaxi e às culturas de alimentos, bem como notamos a retração das áreas de pastagens. A pesquisa efetuada por Moreira em 1985, já demonstrava a expansão da cana-de-açúcar sobre grande parte da vegetação de cerrado e mata, como sobre culturas alimentares e o abacaxi.

Na atualidade, as observações apontadas por Moreira (1985) se repetem com algumas diferenças, mas refletem o mesmo processo, que compreende a ação do monopólio do capital canavieiro no território, ampliado pelo avanço no aporte tecnológico que garante uma maior capacidade produtiva na relação produção por área colhida, aliado ao processo de mecanização da produção e do melhoramento genético. Dessa maneira, a cana continua absorvendo grandes porções do território e a ampliando-se de forma significativa em espaços antes não ocupados pela atividade canavieira.

Remetendo-nos às áreas antes pertencentes à usina Santa Helena, as que não foram desapropriadas para fins de Reforma Agrária, foram em grande parte leiloadas para pagamento das dívidas trabalhistas. Essas áreas que hoje compreendem a parte nordeste do município (Fazenda Pacatuba, Fazenda Moreno e Fazenda Açúde do Mato), continuam a se constituir latifúndio e a servir ao capital agroindustrial do setor canavieiro paraibano. Tendo em vista que em pesquisa de campo constatamos que todas essas áreas continuam a ser exploradas pela atividade canavieira por meio de arrendamento a Japungu- Santa Rita Usinas de Açúcar e Álcool e Biodiesel.

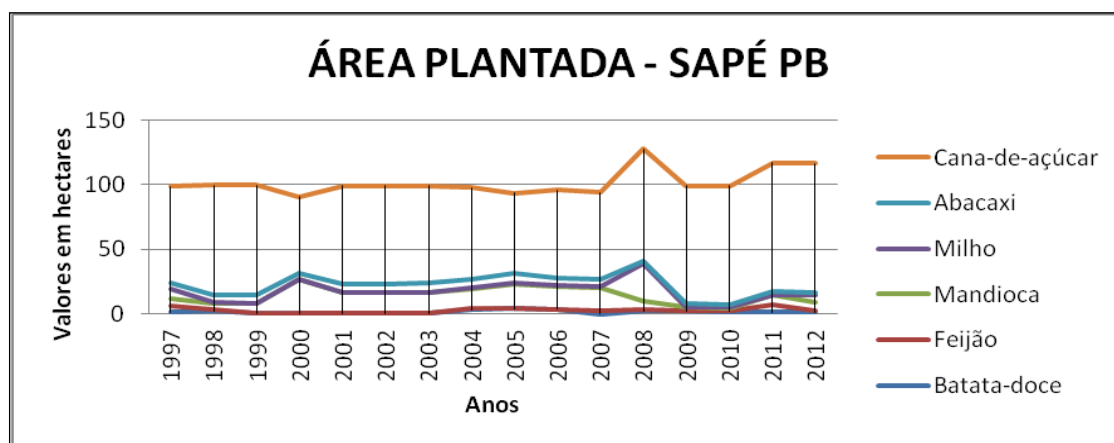
No que compreende a porção noroeste do município, as áreas lá contidas ainda são de propriedade da família Ribeiro Coutinho e do Grupo Una Açúcar e Energia LTDA, uma companhia do Estado de Pernambuco, que possuía uma destilaria na região com participação da família Ribeiro Coutinho, contudo, há dois anos desativa. Atualmente as

propriedades pertencentes a Una, estão arrendadas a Miriri- Santa Rita Usinas de Açúcar e Álcool e Biodiesel, pertencente ao mesmo grupo da Japungu, que neste contexto, representa o capital incorporador agroindustrial canavieiro na Paraíba, ou seja, mudou-se a titularidade, porém os fins e as funções do uso do solo continuam os mesmos de períodos anteriores.

Dessa maneira, percebemos que o capital mesmo em período de fechamento de algumas das tradicionais agroindústrias do setor canavieiro, continua a se reproduzir via reincorporação e exploração das áreas arrendadas, tanto dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, quanto das fazendas que se encontram precarizadas no tocante a sua produção. Este momento, que é caracterizado pelo processo em que o capital se alarga e incorpora novos e antigos territórios ao seu circuito de acumulação, é ratificado pelo pseudo-discurso da necessidade de produção de energia renovável. Discurso este utilizado para justificar a expansão das áreas canavieira na Paraíba, ocultando assim as reais intenções que convergem para a reestruturação do setor do agronegócio canavieiro.

Em Sapé, a expansão dessa atividade trouxe em seu bojo o processo de monopólio do uso do solo; a concentração fundiária em escala crescente; a precarização das relações de trabalho e a retração da fronteira agrícola de base alimentar como podemos observar no Gráfico 1. O gráfico compreende o período entre 1997 a 2012. Nesse período, percebemos a constância da expansão e do grau de superioridade da cana de açúcar no que se refere ao uso do solo do município de Sapé. Expansão esta que antes se dava pela exploração direta das Usinas e Destilarias, e hoje, mesmo depois da reforma de parte do território, continua se lastreando a partir dos arrendamentos ao setor agroenergético.

Gráfico 1: Área plantada em Sapé PB (1997-2012)



Fonte: IBGE, (2014)

Elaboração: Rômulo Panta, 2014

Nesse sentido, cabe colocar, que o lastro do setor canavieiro sempre esteve atrelado aos grandes volumes de incentivos públicos e na ampliação do crédito direcionado ao setor. Ou seja, o Estado sempre socorreu através de suas políticas e programas este ramo da economia, como forma de manter a estrutura de dominação que se consolidou com a concentração fundiária e exploração do trabalho, o crédito dirigido e incentivos públicos, antes comandados pelo PROALCOOL, e hoje, pelo Programa Nacional de Agroenergia do Governo Federal que se revestiu do discurso velado de proteção ambiental, para consolidar e ampliar o domínio da cana-de-açúcar no espaço agrário brasileiro, com rebatimento na Zona da Mata paraibana.

No que se refere às áreas ocupadas pelos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, se faz necessário frisar que a espacialização dessas experiências, que se constituem como novas áreas de produção de base familiar de alimentos, modificaram a paisagem, o uso do solo, as condições de vida e trabalho, se materializando como conquistas da classe trabalhadora no conflito estabelecido entre capital e trabalho no campo.

Contudo, apesar da criação dos Assentamentos, estes não resolveram os entraves da Questão Agrária nacional, que se alicerçou na concentração fundiária, na exploração do trabalho e se ampliou pelo monopólio produtivo e pela subordinação da agricultura ao capital. Essas contradições são interpretadas como novo-velho processo de acumulação do

capital na agricultura, processo este que direciona as ações de reinvenção da organização das relações de apropriação de terra e do trabalho em atendimento das velhas feições de subordinação da agricultura. Essas contradições serão observadas em maiores detalhes no tópico seguinte.

2.3 O processo histórico de formação territorial e a organização interna dos Assentamentos Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista- Sapé PB

A intensificação do processo de expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras decorrente do fechamento da Usina Santa Helena e do desemprego estrutural estabelecido no setor canavieiro paraibano motivaram as ações diretas dos movimentos sociais no campo, que aliados ao processo de redemocratização do país conseguiram avançar na luta por terra e por melhores condições de vida.

Esses movimentos socioterritoriais confrontaram-se com as estruturas de dominação do capital, que tinha na propriedade terra o instrumento de consolidação do poder. Nesse sentido, como forma de dirimir as tensões existentes no campo, o Estado a partir do atual modelo de Reforma Agrária, implantou os Assentamentos Rurais.

A implantação dos Assentamentos foi o elemento encontrado pelo Estado para atenuar os conflitos e de algum modo, modificar, mesmo que de forma modesta, a estrutura agrária na Paraíba. Contudo, devemos ter em mente que o modelo atual de Reforma Agrária é uma proposta do Estado para dar respostas aos conflitos “sem alterar a estrutura do poder e concentração de terra e de renda. É uma política pontual e localizada, que não enfrenta a estrutura da desigualdade social existente no campo” (SILVA et al., 2013, p. 6).

Em Sapé, a intervenção do Estado na tentativa de atender os movimentos e atenuar a luta por terra a partir do fechamento da Usina Santa Helena resultou na criação dos três Assentamentos, que são objetos de pesquisa desse trabalho. Referimo-nos aos Assentamentos: Santa Helena, Rainha dos Anjos e João Pedro Teixeira, conhecido como Boa Vista.

O processo de fechamento da Usina Santa Helena foi um reflexo da crise estabelecida no setor sucroalcooleiro na década de 1990, que foi acompanhada pelo fim do

PROALCOOL, que resultou em um expressivo corte nos créditos e nos subsídios destinados a esse setor. Com o fechamento da usina, os camponeses ficaram sem trabalho e sem moradia. Desta maneira, uniram-se às outras vozes, a exemplo da ação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), e STRS (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé) em um processo de engajamento pela conquista da terra que ora estava improdutivo. Podemos constatar tal processo histórico no depoimento do Assentado João Balbino do Assentamento Santa Helena:

A usina tinha fechado e a terra tinha ficado improdutivo. Ai a CPT e o Sindicato se juntou agente e enfrentou a luta pelo objetivo que era conquistar a terra. (...). Ante agente vivia cimo empregado (...). Hoje pra mim a terra é tudo, é um meio de sobrevivência. O nosso sustento eu tiro da terra (...).

O processo de ocupação se deu primeiramente por meio de acampamento o que ocorreu em 1996 motivados pelo conjunto de ações dos movimentos sociais, cabendo destacar a organização da CPT Nordeste II. Posteriormente, a partir de foram iniciados os Assentamentos das famílias, o que ocorreu entre os anos de 1996 a 1999.

Os Assentamentos pesquisados localizam-se na porção centro-leste do município, às margens da rodovia estadual PB 004. Esse espaço era anteriormente, ocupado por terras pertencentes à antiga Usina Santa Helena, que após desapropriação, foram parceladas em lotes que variam de acordo com o Assentamento entre 6,0 a 10,0 hectares. Em Sapé, os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária modificaram a paisagem, antes ocupada por canaviais, expandiram a fronteira agrícola de produção de alimentos, alterando a estrutura do espaço agrário, e conformando-se como uma porção do território fracionada e apropriada pelo campesinato em contraste com a grande exploração capitalista monopolizadora. Compreenderemos em maior detalhamento o processo de fracionamento e assentamento das famílias no território a partir das cartas imagens, constantes nas figuras a seguir apresentadas.

Entre os Assentamentos pesquisados, o primeiro a ser implantado foi o Assentamento João Pedro Teixeira, conhecido como Assentamento Bom Vista, por estar localizado na antiga Fazenda Boa Vista, que era uma das propriedades da usina. Segundo

dados do INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária), sua criação data de 19.12.1996. O Assentamento possui 1.047,2591 hectares, fracionados em 122 parcelas, com média de 6,0 hectares. Ver figura 3. (INCRA, 2010).

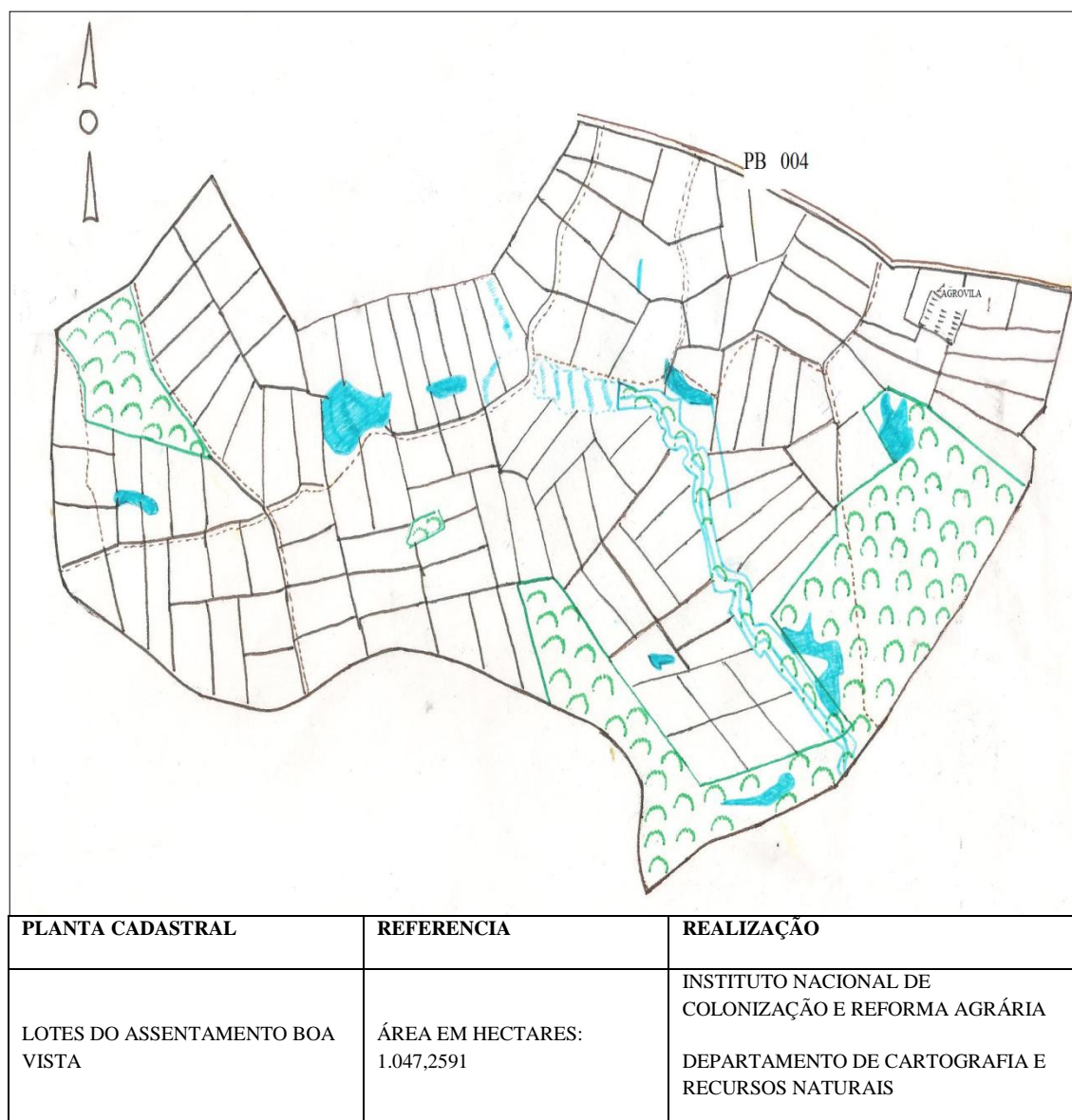


Figura 3- Carta Imagem Assentamento Boa Vista- Sapé (PB)
Fonte: INCRA, 2010 -Adaptação: Rômulo Panta, 2015

O Assentamento Santa Helena criado em 07.05.1998, é o maior dentre eles e, consequentemente, o que conseguiu acomodar um número considerável de famílias dos antigos moradores e operários do parque industrial da usina. Dada sua extensão, o Assentamento Santa Helena foi dividido em Santa Helena I, II e III, possuindo juntos 3.302,4160 hectares, onde estão assentadas 206 famílias, com parcelas em média de 8,0 hectares. Ver figura 4. (INCRA, 2010).

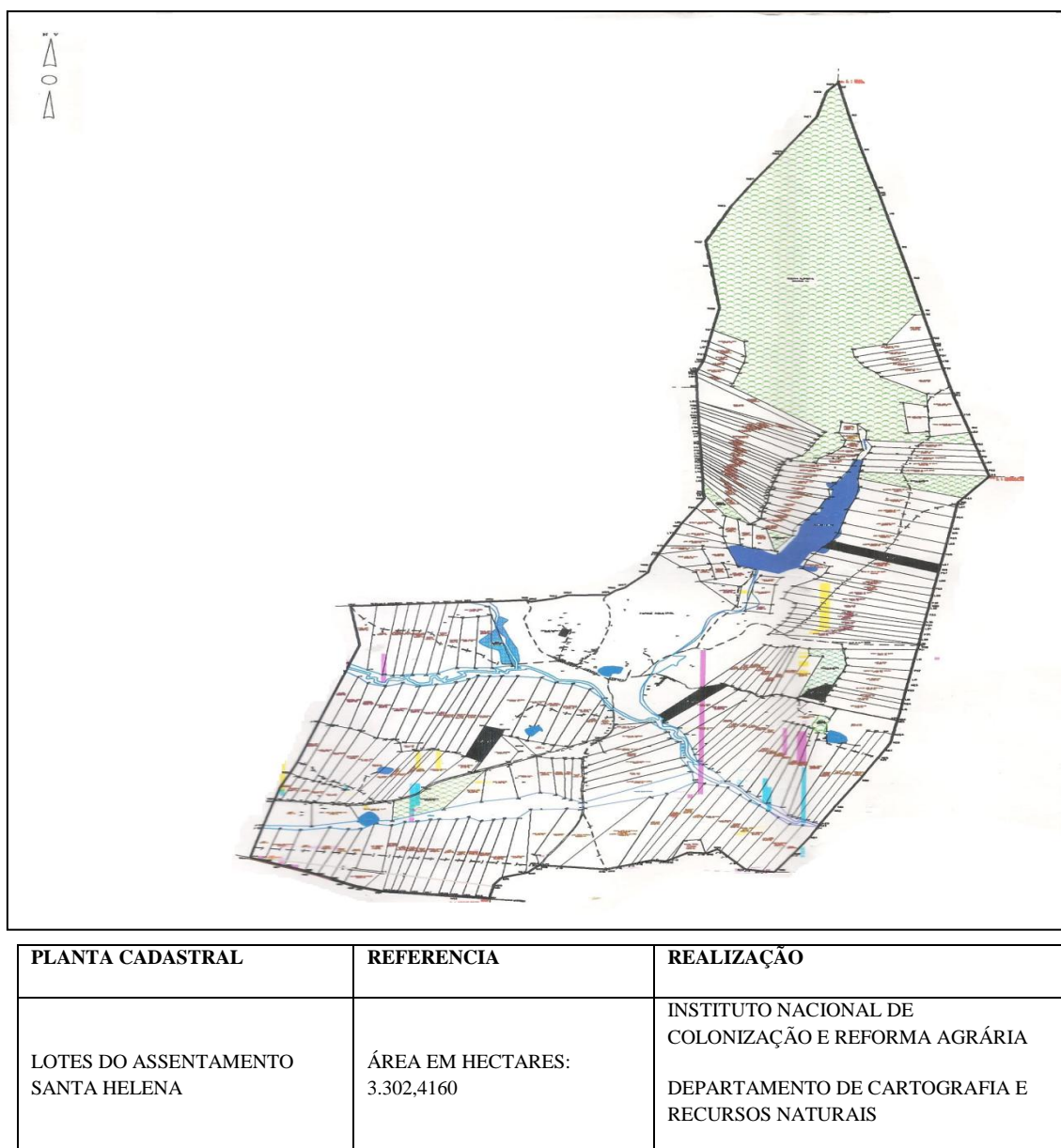


Figura 4- Carta Imagem Assentamento Santa Helena- Sapé (PB)
Fonte: INCRA, 2010- Adaptação: Rômulo Panta, 2015

No que compreende ao Assentamento Rainha dos Anjos, o mesmo está localizado nas antigas terras da Fazenda Cuité. Foi criado em 29.13.1999 e possui uma extensão de 384,8666 hectares, onde estão assentadas 49 famílias. Ver figura 5 (INCRA, 2010).

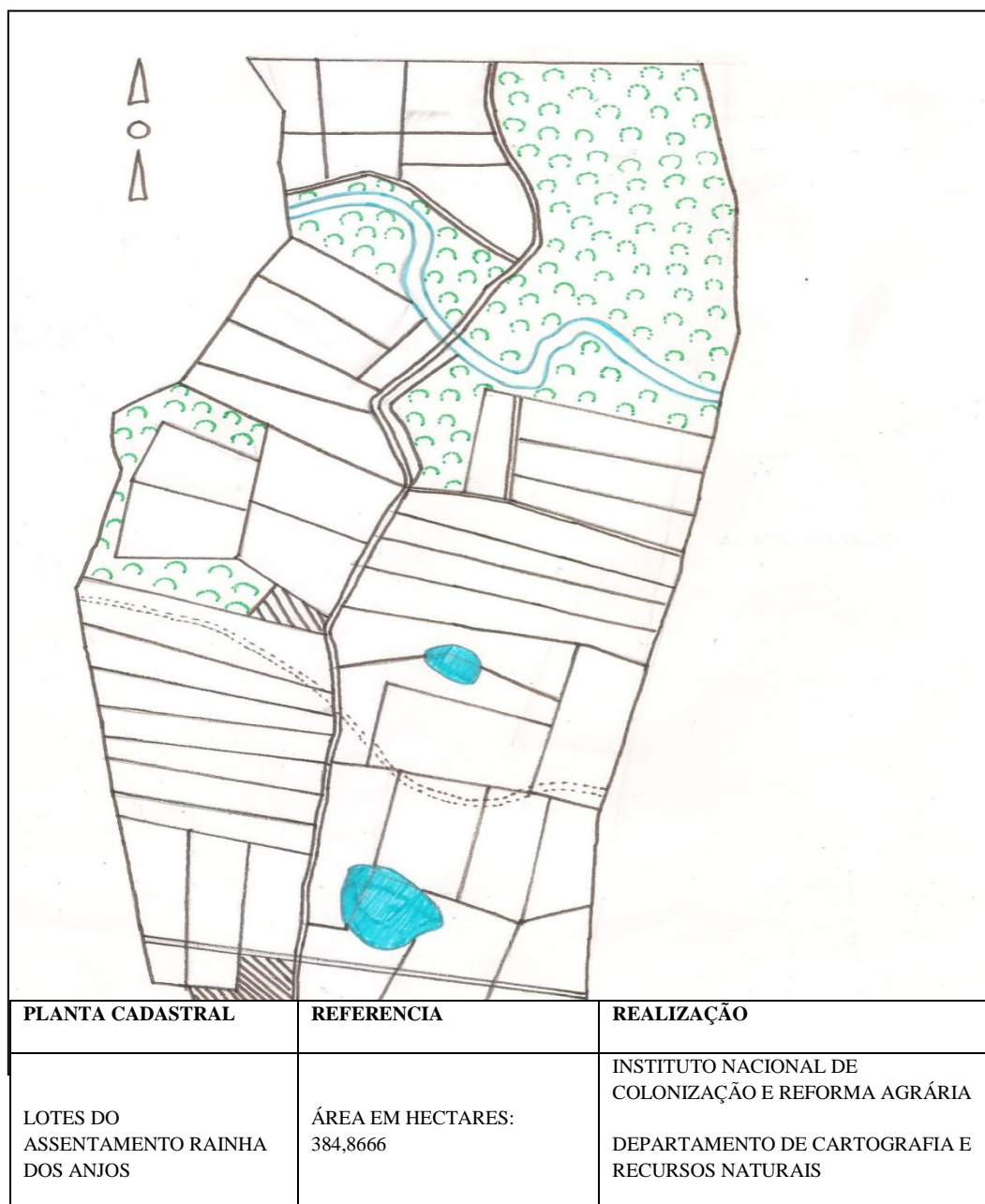


Figura 5- Carta Imagem Assentamento Rainha dos Anjos- Sapé (PB)
Fonte: INCRA, 2010- Adaptação: Rômulo Panta, 2015

Nesse contexto, os Assentamentos instalados em Sapé se constituíram como uma conquista socioterritorial, ou seja, parte do resultado da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região da Várzea do Rio Paraíba, por melhores condições de vida e trabalho e por terras. Luta esta inserida no conflito direto existente entre as estruturas de subordinação da agricultura ao capital em busca do sonho de melhores condições de vida.

Contudo, se faz necessário colocar que o processo de territorialização do campensinato por meio da constituição dos Assentamentos não representa a superação dos liames do capital sobre a classe camponesa. A conquista da terra é o primeiro passo, o principal elemento. É o ponto de partida para construção do novo, das novas materialidades e das novas existências. Contudo, as velhas formas de subordinação ainda continuam existindo no processo produtivo, na organização do trabalho e na dinâmica interna dos Assentamentos.

Nesse sentido, se faz necessário melhor interpretar e/ou conceituar os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, o que não é uma tarefa fácil. As contradições existentes neles e a partir deles, decorrentes do processo de sua reprodução muitas vezes não são investigadas. A sociedade, endurecida pelas velhas estruturais sociais, compreende que suprimida a luta por terra, todos os problemas também serão superados, o que não acontece. Por isso, é necessário estudar as contradições inerentes à organização interna dos Assentamentos, compreendermos as reais condições políticas econômicas e sociais dessas instâncias socioterritoriais.

Dessa maneira, fomos buscar entendimento sobre a compreensão conceitual do que são Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, a partir das compreensões de alguns pesquisadores brasileiros, na tentativa de construir uma concepção que espelhe a realidade vivida.

Para Mitidiero Junior. (2002), o assentamento “é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta” (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Desse modo, entendemos o assentamento rural como um território conquistado através da luta pela terra, onde vão ser criadas e recriadas novas e antigas relações sociais.

Em Moreira (2006), os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária simbolizam novas feições caracterizadas a partir da ruptura com as velhas formas de subordinação e

exploração dos camponeses, superadas pela nova organização social, sendo compreendido como “território da esperança”, ou seja,

(...) aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um novo território, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança” (...) carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela exploração, dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” (MOREIRA, 2006, p. 8).

Para Carvalho (1999), os Assentamentos representam uma nova organização econômica, política e social, ou seja, uma nova base de experiências diferenciadas no território rural, ou seja, é a conquista oficial da terra. Nas palavras do autor, o assentamento é:

(...) uma nova parcela do território, (...) uma nova organização social, um microcosmo social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passaram a apossar-se formalmente desta terra. Este espaço físico transformado mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (CARVALHO, 1999, p. 7).

Diante das abordagens conceituais, compreendemos os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária como porção do território apropriado pelos camponeses, configurando-se como um espaço de resistência e de possibilidades, que se alimentam a partir do controle do trabalho e da produção. Porém estas instâncias socioespaciais, continuam subordinadas à estrutura capitalista. Sua criação visa muito mais dirimir os conflitos por terra e manter a propriedade privada desse meio de produção, do que efetivamente promover a desconcentração fundiária.

Nesse sentido, não podemos deixar de fora de nossa compreensão, que a implementação dos Assentamentos Rurais são na verdade resultado de um produto legitimado pelo Estado. Ou seja, eles são resultado de ações das políticas pontuais de Reforma Agrária de um Estado capitalista, que ao mesmo passo que fraciona o território e instala os Assentamentos como experiência do novo, os subordina à dinâmica de dominação capitalista.

Essa contradição pode ser compreendida a partir da análise da estrutura e da organização interna dos Assentamentos ora pesquisados, começando pela análise da organização da estrutura do espaço onde estão inseridas as unidades produtivas/lotes dos Assentamentos.

Cada lote, ou parcela assim como é chamada pelos Assentados, é composto de um pequeno sítio de produção agrícola de base alimentar, contendo uma casa, que é espaço de moradia, e um quintal, onde se plantam as frutíferas, se criam os animais, se estabelecem vínculos, aprofundam-se as raízes e se plantam vidas. Contudo, cabe colocar que dos três Assentamentos pesquisados, o Assentamento Boa Vista possui outra estrutura que se dá a partir da agrovila. A organização do espaço em agrovilas é um aspecto comum entre os Assentamentos de Sapé, somente os Assentamentos Santa Helena e Rainha dos Anjos não possuem tal feição no âmbito do município.

Esse tipo de organização em agrovilas, apesar de apresentar certa unicidade no que se refere à vizinhança comum aos aglomerados humanos, apresenta também todos os conflitos e problemas inerentes a áreas suburbanas, como aumento de violência, ausência de saneamento básico, coleta de lixo e surgimento de pontos de comercialização de drogas ilícitas. Compreendemos que a organização do espaço nessas feições é preferencialmente incentivada pelo Estado, dada a facilitação de instalação dos equipamentos públicos. Contudo este formato distancia os assentados do seu lote, que passa a ser compreendido unicamente como espaço de produção, e em menor proporção como um espaço de vida.

Alguns problemas de ordem produtiva podem também ser observados nessa forma de organização. Nesse particular, podemos destacar: a) a dificuldade na criação de animais de médio porte (ovinos, suínos e bovino); b) a retração das culturas alimentares, visto que as culturas desenvolvidas nas parcelas, são preferencialmente as que não necessitem de tratamentos culturais intensivos e têm seu período de safra alongado, a exemplo as monoculturas do abacaxi e da cana-de-açúcar, isso porque dada a distância entre o local de moradia e o

local de produção, em muitos os casos superior a 3 km, não permite uma supervisão continuada do lote. Descaracterizando assim a feição policultura dos lotes.

No que compreende a estrutura político-administrativa, os três Assentamentos pesquisados se organizam sob a forma de associação. As associações são compreendidas como resultado do processo de organização da luta pela terra. Segundo Moreira et al. (2000), as associações podem ser caracterizada em pelo menos quatro tipos de dinâmicas de funcionamento: associações com descentralização organizada do poder; associações com descentralização anárquica do poder; associações com centralização do poder mantendo a unidade; e associação com centralização do poder sem superação da divisão interna.

Na pesquisa, podemos observar que os Assentamentos ora pesquisados se inserem na proposta de Moreira, no que se refere a sua dinâmica de funcionamento, que se dá sob a forma de Associação com centralização do poder mantendo a unidade. Nesse tipo de organização a Associação exerce o efetivo controle das decisões, possui estrutura verticalizada do poder, o que deriva no surgimento de liderança na figura do presidente, este por sua vez constitui o indivíduo em quem se consolidam as decisões internas do grupo. Segundo Moreira et al. (2000), nesse tipo de estrutura não ocorre um movimento de oposição direta, as decisões tomadas em sua maioria são acatadas pelo restante dos associados.

Nesse tipo de organização, quando o poder é centralizado no presidente, há um forte apelo do poder político local para absorver os Assentamentos aos grupos do governo local. Essa absorção traz pequenos benefícios que são barganhados pelo apoio nas eleições e no mandato. No Assentamento Boa Vista, podemos ver a ocorrência desse tipo de acordo, visto que, o presidente, com apoio dos associados e do poder político local, elegeu o seu Filho Leandro Viana ao cargo de vereador municipal.

Segundo Moreira et al. (2000, p. 54), nesses casos, há pelo menos dois tipos de riscos: a transformação do “presidente em representante da oligarquia política local, com uma forte vinculação aos esquemas do poder municipal e o risco de usufruto pessoal do poder com aproveitamento do posto para garantir algumas vantagens pessoais, como cargos na administração pública municipal”.

No que se refere à organização produtiva, as culturas desenvolvidas nesse espaço compreendem em sua maioria as lavouras de sequeiro como inhame e mandioca, bem

como feijão, milho, batata doce e as hortaliças, em menor proporção, garantem a reprodução o sustento/alimentação da família nos lotes. Contudo não podemos deixar de citar, uma questão já tratada nessa pesquisa que se refere à presença da cana de açúcar e do abacaxi que penetram no Assentamentos rurais, voltando a serem desenvolvidas sob forma de monocultura nessas áreas, conforme podemos ver na Foto 1, registrada no Assentamento Boa Vista.



Foto 1- Plantio de cana de açúcar e abacaxi em áreas de Assentamento Rural da Reforma Agrária- Assentamento Boa Vista- Sapé (PB)

Fonte: Rômulo Panta, 2014.

Referente ao destino da produção, verificamos em pesquisa de campo, que quase a totalidade dos assentados pesquisados (97%), trabalham e direcionam sua produção para o consumo interno de suas famílias e da vizinhança, comercializando o excedente. Essa perspectiva foi analisada por Chaynov (1981). Esse autor compreende que a produção camponesa se dá a partir da lógica de sua economia interna, que está primeiramente ligada as suas necessidades. Nessa dinâmica, o nível de trabalho (produção) é equilibrado pelo nível de satisfação das necessidades de consumo da família, sendo o mercado o elemento consequente, ou seja, absorvedor do excedente.

Nessa perspectiva, Shanin (1980) compreende que produção para o mercado é um dos elementos que também determina, mesmo que de forma subordinada, a reprodução camponesa, visto que o excedente produzido é vendido nas feiras livre dos municípios circunvizinhos ou negociado com atravessadores.

Em pesquisa de campo, percebemos que as relações de produção e reprodução desenvolvidas pelos camponeses não se dão isoladas entre eles e o mercado. Não podíamos deixar de colocar a ação dos programas de Estado, dentre os quais podemos citar: o Programa Bolsa Família²⁰, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE), no processo produtivo, que se constituem como uma fonte regular de rendimentos, o que permite a recriação camponesa via a relação estabelecida entre os agricultores e o Estado.

A partir da implementação desses dois últimos programas, o processo produtivo passa a ser direcionado a um mercado institucionalizado, uma vez que a organização da produção desenvolvida nos lotes passa a ser dirigida em grande parte ao cumprimento das necessidades dos programas anteriormente citados. Contudo, apesar desses Programas (PAA/PNAE) darem dinamismo produtivo aos lotes dos Assentamentos, eles também introjetam as ações de subordinação produtiva ao capital.

Durante a pesquisa de campo presenciamos alguns momentos, (períodos de entressafra), que os agricultores para firmarem os compromissos estabelecidos com os programas tiveram que comprar dos próprios atravessadores ou dos vizinhos, as culturas não produzidas, contudo, estabelecidas em contrato, para não perderem nem sofrerem as sanções de suspensão relativas a continuação de sua participação nos Programas. Dessa maneira, caracterizando-se assim um processo de subordinação ao capital a partir de ações de programas de Estado.

Em relação ao PRONAF, como já visto anteriormente, o programa também possui ações que visam a reprodução camponesa, mesmo que de forma subordinada. Seus recursos são conduzidos de forma articulada entre o capital financeiro e os grandes

²⁰ Programa de transferência de renda criado pelo Governo Federal através da Lei n. 10.836 em 09/01/2004. Tecnicamente, o (PBF) Programa Bolsa Família, é um mecanismo de transferência de recursos, que consiste em ajudar financeiramente às famílias pobres e extremamente pobres. Objetivamente, o esse programa, compreende o processo de refuncionalização do papel do Estado, que adquire uma feição “mais social”, a partir das políticas assistências e distributivas.

oligopólios do setor agrícola, geridos pelo Estado, o que muitas vezes mantém o monopólio do território a favor da acumulação capitalista.

As ações do PRONAF, na prática, visam consolidar no interior dos Assentamentos as cadeias produtivas estabelecidas pelo mercado, que se vestem do manto velado da promoção da segurança alimentar, para suprimir a relativa autonomia conquistada pelo campesinato no território dos Assentamentos (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005).

O programa não possui ações que visem romper com o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico instaurado. Ele continua a reforçar processo de desenvolvimento produtivista, gerido pelo Estado, que se comporta como agente regulador das estruturas produtivas, favorecendo assim a mercantilização e monopolização do território e subordinação da agricultura ao capital.

Sobre este plano de compreensão comenta Gazolla e Schneider (2005):

Essa limitação das políticas públicas, notadamente o Pronaf, (...) deve ser entendida como uma situação estrutural da agricultura e da sua dependência às condições impostas pelo processo de desenvolvimento capitalista, em especial nas formas familiares. (...) Assim políticas públicas, muitas vezes, são pensadas de forma alternativa a este padrão convencional de desenvolvimento, como é o caso do Pronaf em sua formulação original. Porém, quando da sua operacionalização junto aos agricultores familiares ocorrem situações em que a política pública que, era para ter um impacto diferente do padrão de desenvolvimento vigente, acaba por ser distorcida por vários motivos e, assim, ocorre na verdade o estímulo daquilo que era o objetivo da política agrícola desestimular. Isso é um pouco o que está acontecendo com o Pronaf em relação aos seus “efeitos não esperados” (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005, p. 6).

Contudo, apesar de todas as contradições, não podemos deixar de colocar que os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sapé, representam a quebra da estrutura fundaria hegemônica estabelecida pelo latifúndio da cana de açúcar, dada a ampliação da fronteira agrícola de culturas para alimentação, mesmo de forma subordinada. Os Assentamentos se constituíram como território das possibilidades, onde a população através do confronto conquistou além do acesso à terra, diminuição da pobreza, melhores condições de habitação, de alimentação e espaços de vida.

Entretanto, convém compreender melhor o dinamismo que subordina os camponeses assentados aos interesses capitalistas, que se introjeta nessas frações do território a partir da sua lógica organizacional dos programas e políticas públicas, que garantem implicitamente a manutenção do modo de produção monopolista do capital, em suas diversas feições (comercial, industrial e financeiro). Sobre estas contradições nos dedicaremos nos capítulos a seguir.

3- O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO E CONFORMAÇÃO DO PRONAF NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE SAPÉ

Nesse capítulo, analisaremos os processos de formalização e conformação do PRONAF como um instrumento de crédito e a ação deste no território e no processo produtivo. Salientamos que os dados e compreensões apresentadas aqui são resultados da pesquisa de campo realizada nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária (Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista) objeto dessa pesquisa.

Primeiramente, a análise se dedica a compreender como o programa se estrutura, sua origem, finalidade e aplicação no território na tentativa de entender como se dá sua estruturação nos lotes dos Assentamentos, partindo desde a formalização da proposta e seguindo para a compreensão dos processos de desembolso e reembolso das operações de crédito. Posteriormente, passaremos a analisar os níveis de endividamento dos Assentados e a estruturação da subordinação produtiva e do controle territorial, que se dão mediante os pactos estabelecidos entre os diversos ramos do capital.

3.1. A formalização do PRONAF como instrumento de Crédito

O PRONAF, desde sua criação, constituiu-se como um importante avanço em termos da ampliação do acesso de inclusão dos agricultores de base familiar ao crédito rural formal, que até então era direcionado predominantemente para os agricultores de maior porte. Sua formatação teve como base o relatório fruto do Projeto de Cooperação entre a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o INCRA.

A partir desse relatório a FAO e o INCRA puderam levantar a dimensão da agricultura familiar no Brasil na década de 1990 e, conseqüentemente, subsidiar as formulações das políticas e programas desse segmento. Nesse sentido, de acordo com o estudo, cerca de 75% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil tinham características de produção familiar, abrangendo 22% da área total, e absorvendo cerca de 60% do pessoal ocupado no campo. Paralelamente, o mesmo estudo detectou que, do total de estabelecimento que tiveram acesso aos programas de financiamento, apenas 44% (cerca

de 11% do valor total financiado) eram direcionados para agricultores familiares (SILVA, 2011, p. 68).

A ideia assentada na pesquisa FAO/INCRA é a de que a agricultura familiar tem um potencial produtivo maior do que realmente se observava, e a ampliação do acesso ao crédito poderia ser um fator essencial para estimular o desenvolvimento desse segmento. Contudo, a formatação dos programas de crédito foi semelhante aos direcionados para as grandes propriedades, isto é, caracterizados pela especialização do produto, pela exigência de escala mínima, o que impõe a esses agricultores a atuação em determinados nichos ou franjas de mercado.

Pela proposta de Estado, o programa destina-se a “estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas”. (MCR-10-1)

Para compreendermos como esse programa se efetiva como um ativo a partir do crédito, ou seja, como se constitui na realidade, devemos analisar as contradições existentes no interior do processo produtivo nas unidades rurais, uma vez que é sobre esse processo que o programa se objetiva, conforme consta em seu Art 1º:

Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. (Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996).

Cabe compreender que o “objetivo de qualquer programa de crédito direcionado para o segmento agrícola deve passar pela inserção dos segmentos sociais vulneráveis, por meio de alternativas pra potencializar o desenvolvimento (essencialmente via crédito)” (SILVA, 2006, p. 66), no sentido de gerar condições de emprego no campo.

Contudo, quando a solução para as desigualdades existentes no campo se dá a partir das políticas públicas (sociais e creditícias), via redistribuição de ativos, mas se estas não alterarem as estruturas sociais, nem transformarem a realidade social, apenas dissimulam as contradições engendradas na sociedade, pois manterão os alicerces das

desigualdades sociais sob a égide da propriedade privada da terra e da exploração do trabalho.

Desse modo, faz-se necessário compreendermos as reais propostas do PRONAF, bem como, as entrelinhas que existem em seu escopo político. Assim, partiremos da análise do modelo de desenvolvimento adotado no campo brasileiro baseado em um agroprodutivismo. Este teve o Estado como modulador atento às diferenças e às escalas microeconômicas do setor agrícola e as novas maneiras de gerar a expansão e acumulação do capital.

Esse modelo de desenvolvimento, foi fundamentado segundo as determinações do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) e chancelado pelo Estado brasileiro, que formatou suas políticas e programas para a agricultura, em especial a de pequeno porte, sob sujeição das orientações dos organismos internacionais, cujo objetivo seria ajustar a dinâmica social à ordem capitalista e, assim, manter o controle social e conter as inquietações populares. Sobre esse processo Bastos (2006) comenta:

(...) as razões de Estado, mesmo que sujeitas aos interesses dominantes, podem estar sensíveis a programas que privilegiem as populações mais pobres. Essas oportunidades ocorrem por várias razões: seja porque grupos de poder pretendam demonstrar ao mundo uma prática democrática coerente com novas formas de fazer política, porque estejam pressionados a promover mudanças mais radicais e encontrem nessas ações a possibilidade de fazer concessões e reduzir esse poder reivindicatório sem ferir substancialmente os velhos pactos oligárquicos, seja por conta do interesse em atender a pleitos que fortaleçam parte dos grupos em conflito em detrimento de outros a quem pretendam fragilizar (BASTOS, 2006, p. 69).

Nesse contexto, onde o Brasil foi submetido às imposições das políticas de ajuste estrutural, o crédito foi o elemento eleito para que se cumprissem as estratégias de desenvolvimento do Novo Rural brasileiro. Desse modo, grande parte das políticas de controle social foram inseridas no rural brasileiro via financiamento, ou seja, capitaneados pelo crédito, que foi o um instrumento encontrado pelo capital, para consolidar esse modelo de desenvolvimento baseado no controle social e na dependência.

Ainda assim, para que se consolidasse o projeto do novo mundo rural, inspirado na realidade de países avançados, o Estado teve de alterar a organização dos processos

produtivos e de trabalho da pequena produção agrícola de base familiar, para assim inseri-los no livre mercado e no circuito do capital financeiro (LUSTOSA, 2014).

Por esse ângulo, compreendemos que setores anteriormente desprezados pelas políticas públicas, por estarem fora da objetividade dos interesses capitalistas, foram incorporados a esse novo protótipo de desenvolvimento, a exemplo a pequena produção camponesa de base familiar. Dentre os instrumentos (políticas e programas) específicos para a agropecuária, o PRONAF foi o elemento de maior relevância.

O PRONAF surgiu na década de 1990, representando um esforço do Estado no processo de regulação estatal para a modernização da agricultura de pequeno porte de base familiar, dado o grau de atraso econômico, e do pouco relacionamento que ela tinha com o mercado. O PRONAF visou “promover investimentos baseados em compromissos negociados” entre os beneficiários, o Estado e a sociedade civil “para possibilitar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocização de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar”. Ou seja, se constituindo uma linha de ação que “pretende eliminar gargalos que estão retardando ou impedindo o desenvolvimento rural” (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 7).

A partir desse tipo discurso, o PRONAF ficou tipificado como instrumento basilar na agenda pública, despontando como programa inovador para o setor da pequena produção agrícola, responsável pela equalização dos hiatos existentes no setor produtivo, na base técnica e nas relações de trabalho da pequena produção, de forma a reduzir a dependência do produtor em relação às forças da natureza, bem como inseri-los em um circuito produtivo direcionado e, dependente do mercado.

Nesse segmento, alguns pontos carecem de melhores esclarecimentos para o entendimento das contradições existentes nesse programa. Para tanto, começaremos por desconstruir o mérito sobre o pioneirismo que teve este programa, no que se refere especificamente ao público dessa pesquisa, que compreende os agricultores de pequeno porte Assentados pelo Programa de Reforma Agrária.

Na década de 1980, já existia um programa de crédito em consonância com o projeto de orientação técnica para o grupo de agricultores Assentados pela Reforma Agrária, estamos nos referindo ao PROCERA. O aludido programa tinha como objetivo oferecer crédito subsidiado aos agricultores independente de sua especialização, bem como assistência e orientação técnica continuada para garantir a inserção dos agricultores no mercado. Em sua formatação “não despertava interesse do capital bancário, visto que as

operações de crédito nele realizadas não eram capitalizadas” (ALMEIDA, 2000. p. 86), além dos ricos pela ausência de garantias reais.

O PROCERA foi substituído pelo PRONAF, com o intuito de trazer resultados imediatos ao produtivismo agrícola. Tal substituição (de um programa pelo outro) ocorreu de maneira articulada a uma perspectiva mercadológica da agricultura. Uma substituição que se constitui como uma tentativa de homogeneizar e enquadrar os agricultores assentados pelo Programa de Reforma Agrária ao contexto econômico da agricultura conservadora, cimentada a partir do conceito da agricultura familiar.

Segundo Bastos (2006), a substituição do PROCERA pelo PRONAF fundamentou-se nas eventuais preocupações com as desigualdades sociais e em como elas deveriam ser operacionalizadas, exigindo-se, para tal fim, um conjunto bem mais amplo de decisões políticas, das quais novas regras e mecanismos adequados teriam que ser formatados sob o novo padrão produtivista.

Assim, foram necessárias condições político-econômicas específicas para que as transformações do novo rural brasileiro ocorressem sob a condição pós-moderna, onde a liberdade financeira, comercial, produtiva e de consumo, pudesse se concretizar. A imposição desse padrão na pequena produção agrícola se deu semelhante aos padrões já existentes nas grandes propriedades, ou seja, via crédito, que tinha como objetivação a caracterização e especialização do produto “pela exigência de escala mínima, onde esses agricultores possam atuar em detrimento de nichos ou franjas de mercado” (SILVA, 2006. p. 71).

Nessa perspectiva, o PRONAF foi consolidado como instrumento capaz de ampliar a base social e reorganizar a estrutura econômica da agricultura de pequeno porte de base familiar, ou seja, a partir desse instrumento o Estado assumiu o comando da capitalização da pequena produção agrícola em parceria com as várias feições do capital seja ele industrial, comercial e principalmente financeiro. Nesse contexto, não podemos deixar de colocar “o papel que teve o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como um veículo para a introdução de novas práticas e de insumos modernos a partir dos mecanismos de financiamento” (BASTOS, 2006, p. 27).

O SNCR²¹ teve como objetivo viabilizar a partir das fontes de recursos a rentabilidade rural, mediante uma lógica da inserção da agricultura brasileira nos padrões

²¹ O SNCR foi criado por meio da Lei nº 4.829 e regulamentado pelo Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966.

de mercado, ou seja, o SNCR sofisticou um novo desenho do financiamento agrícola, no sentido de constituir-se como um soldador do capital financeiro à agricultura, possibilitando a disseminação de um padrão tecnológico e de produção. Nesse sentido, o crédito rural foi inserido dentro do contexto de um sistema financeiro geral, tornando-se atrativo para outros setores, como o financeiro e o bancário, o que favoreceu a integração de capitais (DELGADO, 1985).

No que se refere às fontes de recursos do SNCR são subdivididas em: Fontes Tradicionais criadas a partir de 1965; e as Novas Fontes, que foram instituídas a partir da década de 1980, período marcado pela acentuação da participação privada no financiamento da agricultura.

No que tange às Fontes Tradicionais, segundo o MCR (Manual de Crédito Rural), elas são compostas pelos Recursos Obrigatórios (MCR-6-2) e pelos Recursos Livres (MCR-6-8) e Recursos do Tesouro Nacional. Referente às Novas Fontes de Recursos, estas começaram a ser constituídas quando as Fontes Tradicionais entraram em processo de decréscimo da oferta de recursos.

A partir daí, iniciava-se a “paulatina retirada do Governo no financiamento agrícola, que passou a transferir uma parcela cada vez maior do crédito rural para a incumbência privada, principalmente incentivando ‘mecanismos de mercado’” (SILVA, 2006, p. 28). A lógica adotada para o financiamento agrícola articulou-se à política de liberalização comercial e financeira e à ideia de que o mercado deveria ser o principal supridor de recursos para o setor.

Assim, a perspectiva levantada pelo Governo Federal, foi a de que deveria trabalhar com uma economia aberta e que a agricultura teria que se ajustar a essa nova realidade, sendo introduzidos novos instrumentos, que alterassem as bases da política agrícola, no sentido de torná-la mais moderna e menos dependente de mecanismos de crédito tradicionais.

Segundo Silva (2006, p. 32), “a concepção inicial da criação das Novas Fontes versavam sobre o aumento da atuação privada no crédito agrícola”. Portanto a participação das fontes formais, principalmente os recursos do Tesouro, decrescia subitamente. Apesar da criação dessas fontes ter-se dado por iniciativa do governo federal, os recursos não eram do Tesouro Nacional, mas captados no mercado. Eram fontes indexadas e com taxas de juros mais elevadas do que as fontes tradicionais, como o Tesouro e as exigibilidades (GASQUES e VERDE, 1995).

Nesse contexto, entre as Novas Fontes de recursos criadas, temos os Fundos Constitucionais, direcionados a regiões distintas do Brasil, regulamentados pela Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, que visam priorizar os pequenos “produtores/empresários rurais”, como assim são tratados pela referida Lei.

Entre os Fundos Constitucionais podemos destacar o FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), o FNO (Fundo Constitucional do Norte) e o FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste). Essas fontes de recursos são compostas a partir do percentual de 3% dos 47% da arrecadação do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) e do IR (Imposto de Renda) (MASSUQUETTI, 1998). Sua execução ficou sob a responsabilidade dos bancos regionais oficiais, a saber: Banco do Nordeste do Brasil com o FNE, Banco da Amazônia (BASA) com o FNO e o Banco do Brasil com o FCO, tendo em vista a ausência de um banco de desenvolvimento regional na região Centro-Oeste.

Esses fundos de recursos são direcionados aos programas de crédito do Estado, a exemplo o PRONAF, tendo em vista trabalharem com condições específicas direcionadas ao programa e às taxas de juros mais baixas. No Nordeste, a quase totalidade das operações de crédito é realizada com recursos do FNE. Em pesquisa efetuada no BNB- Agência Sapé, verificou-se que todas as operações de crédito que a agência mantinha com os produtores do grupo do PRONAF – A, que é a categoria dentro do programa objeto dessa pesquisa, têm como fonte de recursos o FNE.

Cabe aqui colocarmos que os financiamentos das operações de crédito do PRONAF, também contam com recursos oriundos do FAT²² (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Constituem recursos do FAT: o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS (Programa de Integração Social) e ao PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público); o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações; a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do Fundo e o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º, do Art. 239²³, da Constituição Federal (SILVA, 2006, p. 34).

²² O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que foi instituído por meio da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, por ocasião da regulamentação do Art. 239 da Constituição Federal (BRASIL, 2006).

²³ **Art. 239.** A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (BRASIL, 1988).

Sobre a utilização das fontes de recursos do PRONAF e analisando seu processo de composição financeira, compreendemos que a partir do momento que o Estado após captar os recursos e inseri-los no circuito do capital financeirizado, e dele extrai vantagens (D-D'²⁴), ele se metamorfoseia em um capital financeiro “estatal”. Esse processo de composição das fontes de recursos em capital financeiro se dá via exploração e absorção das rendas da classe trabalhadora, primeiramente a partir das contribuições e dos impostos pagos, e posteriormente, a partir da subsunção da renda trabalho e da renda da terra, após contrair os empréstimos.

O processo mencionado é caracterizado por Harvey (2012) como o processo de acumulação por espoliação²⁵, no qual o “capitalismo consegue centralizar rapidamente o capital e abrir novas oportunidades vantajosas para novos investimentos, contudo não substitui a reprodução ampliada na geração do novo valor” (LAPYDA, 2011, p. 135). Nessa acepção, também, Chesnais (2003) coloca que esse processo refere-se à mundialização financeira²⁶, ou seja, à dominância do capital financeiro nas sociedades capitalistas e não necessariamente capitalistas, que tem como função evidente garantir a acumulação do capital, em condições tão regulares e seguras quando possíveis nesse processo de apropriação das rendas.

Harvey (2008, p. 27) comenta que esse período do controle do capital financeiro sobre as estruturas sociais e sobre o território representa uma nova organização do capitalismo, “como um projeto de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas”. É um novo regime de acumulação no qual as transformações acontecem no âmbito da organização das relações de trabalho e de produção de mercadorias, na qual a valorização do capital se processa.

Nesse segmento, o lastro do capital financeiro impõe redefinições nas formas de regulação econômica da sociedade, “sendo que numa dessas estratégias potencializadoras dos lucros está à incorporação de novos segmentos sociais e produtivos, como é o caso do sistema de produção familiar” (LUSTOSA, 2014. p. 62).

²⁴ Fórmula abreviada da acumulação capitalista, onde dinheiro (D) ao entrar no circuito financeiro, produz mais dinheiro (D'), - capital portador de juros, através do processo de exploração do mais trabalho.

²⁵ A acumulação por espoliação é um conceito cunhado por Harvey a partir de observações de Rosa Luxemburgo e da acumulação primitiva de Marx, se distingue dos processos moleculares de acumulação de capital, ou seja, de produção de mercadorias com extração de mais-valia.

²⁶ Cabe aqui deixarmos claro que nos amparamos desse termo sob a perspectiva do fenômeno e não como um processo.

No caso da agricultura brasileira de pequena produção, o processo caracterizado como o monopólio e dependência do território e dos pequenos segmentos do setor produtivo, especificamente dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, acontecem via incremento das políticas de crédito direcionadas, a exemplo do PRONAF, que subordinam e integram os lotes dos Assentamentos ao circuito mercantil, subjugando e subordinando a renda trabalho e a renda da terra, em detrimento das novas estratégias de acumulação de capital. Entender de que maneira esse processo ocorre na prática é um dos objetivos dessa pesquisa, sobre o quais nos deteremos com maior especificidade nos tópicos a seguir.

3.1.1 A conformação do crédito do PRONAF e o processo de subordinação produtiva e subordinação territorial

Diante das explanações precedentes, agora nos deteremos a compreender as estratégias de conformação do PRONAF como instrumento de crédito. Para isso traremos os dados obtidos em pesquisa de campo realizada nos Assentamentos que serviram como objetos de pesquisa, bem como os dados colhidos na instituição bancária/agente de crédito que gerencia os recursos do PRONAF no município de Sapé, Paraíba. No tocante a esse aspecto, torna-se necessário informar que no município de Sapé os recursos do PRONAF são gerenciados integralmente pelo Bando do Nordeste do Brasil, agente de crédito responsável pela execução e concessão dos recursos do FNE-PRONAF-A.

Para concessão do crédito do PRONAF, algumas etapas do processo de transformação das estruturas produtivas e sociais sob a lógica capitalista devem ser cumpridas, mesmo que de forma política-ideológica. Assim, acontecem mudanças necessárias em que primeiramente, a unidade produtiva torna-se um empreendimento e, posteriormente, transforma o pequeno agricultor, o camponês-assentado, em uma figura de mercado, o agricultor familiar, tendo como referência os agricultores das Regiões Sudeste e Sul, que possuíam uma base técnica e de produção superior se comparados com os da região Nordeste. (SILVA, 2006. p. 62).

No que nos referirmos ao agricultor familiar, o sujeito social ao qual se destina o PRONAF, como já foi dito antes, não nos propomos aqui, significar, diferenciar ou tipificar essa categoria, pois consideramos que toda agricultura de pequeno porte, a

camponesa, dá-se sobre a base familiar. Contudo compreendemos todo o discurso político que a traz para a categoria agricultor familiar.

O reconhecimento do agricultor de base familiar acontece através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que trata de um documento emitido por instituições chanceladas pelo Estado a qual tipifica o agricultor familiar e o credencia como um sujeito capaz de gerenciar sua unidade produtiva e receber recursos do referido programa. O Estado se apropriou desse conceito para enquadrar o produtor rural sob uma perspectiva de mercado, observando os seguintes elementos que contribuem para o desenvolvimento dessa abordagem: uma renda, condições de vinculação ao mercado, modos de apropriação da terra e de produzir; bem como de apropriação do produto do trabalho, para assim ratificar a necessidade do uso desse conceito.

Na verdade, a apropriação dessa categoria esteve diretamente ligada à intenção de capitalização do agricultor e consequentemente sua transmutação em um pequeno capitalista, “logo, necessitava-se de guiar-se pela obtenção da taxa de lucro e pela concorrência entre capitais, passando a comandar o trabalho alheio e desvincular-se das atividades produtivas diretas” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 216). Do ponto de vista técnico, seria necessário que houvesse um volume de capital que funcionasse efetivamente como capital para isso acontecer.

Nesse sentido, o agricultor, e o tipo de agricultura desenvolvida por ele estariam diretamente atrelados à dependência do capital financeiro que se constituía como elemento capaz de enquadrá-lo nos moldes totalmente capitalistas do produtivismo mercadológico. Contudo, essa dinâmica não se efetivou para o grupo dos agricultores Assentados pelo Programa de Reforma Agrária, visto que, suas bases técnica e de produção, ainda não se enquadram nos moldes capitalistas.

Isso nos permite compreender que o “agricultor familiar”, como um sujeito de mercado tipificado como um profissional do setor agrícola, não congrega todas as especificidades e diferenciações existentes entre os agricultores e as agriculturas desenvolvidas por eles. E, para dirimir a lacuna existente entre os vários tipos de agricultores e agriculturas de base familiar, são criadas diferentes linhas de crédito do PRONAF, a fim de contemplar todos os estratos sociais existentes no campo brasileiro. O próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) explicita que os Assentados são agricultores familiares em fase de consolidação e não apenas um seguimento à parte. Desta

forma, o PRONAF foi estratificado em linhas de créditos com especificações e beneficiários distintos. Ver Quadro 1.

Quadro 1. Principais linhas de crédito e ação do PRONAF

Enquadramento	Especificação	Encargos	Bônus	Prazo
GRUPO A	Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária PROCERA. Beneficiários pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário do MDA.	A partir de 2012 0,5%	40% e 44,186%	Até 10 anos, com 3 de carência.
GRUPO B	Renda bruta familiar anual de até R\$ 2 mil; mínimo 30% dessa renda seja proveniente da exploração agropecuária e não agropecuária	0,5% a.a	25% e 40%	Até 2 anos.
GRUPO C	Agricultores familiares que utilizem apenas eventualmente o trabalho assalariado (safrista ou diarista); renda bruta anual familiar acima de 3 mil e até 16 mil.	3% a.a até 4% a.a	R\$ 700,00 para investimento e R\$ 200,00 para custeio	Até 8 anos.
GRUPO A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A. São aqueles que estão em transição de assentamento para agricultores familiares ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário	1,5% a.a, a 3,5% a.a.	Não se aplica.	Até 2 anos.
GRUPO D	Agricultores familiares que utilizem eventualmente trabalho temporário (safrista ou diarista), no máximo, até 2 empregados fixos; obtenham renda bruta anual familiar entre 16 mil e 45 mil, no mínimo 70% dessa renda venha da exploração agropecuária	3% a.a até 4% a.a	Não contempla	De 2 até 8 anos.
GRUPO E	Agricultores familiares que utilizem eventualmente trabalho temporário (safrista ou diarista), podendo ter, no máximo, até 2 empregados; obtenham renda bruta anual familiar acima de 45 mil até 80 mil	7,5% a.a	Não contempla	Até 8 anos.

Fonte: Manual do Crédito Rural – Banco Central do Brasil- 2015

O quadro mostra a diversidade de enquadramento que possui o programa e revela que essa diversidade é fruto das desigualdades e das diferenciações no que se refere ao volume de rendimento. A metodologia para a definição dos beneficiários do PRONAF passa pelo cálculo da RMB (Renda Monetária Bruta), o tamanho da área da unidade de trabalho familiar, e também no tipo de relações de trabalho desenvolvidas.

Graziano da Silva (1999, p. 218) entende que a metodologia de “classificação dos agricultores familiares ainda é tida como conservadora, pois os critérios que a definem

baseiam-se nas condições materiais”, não adequando o Programa ao universo heterogêneo existentes nas unidades de trabalho.

Contudo, as variações constantes entre grupos de beneficiários do programa, na verdade, têm como objetivo a ampliação do seu escopo para os vários segmentos da agricultura familiar, incorporando um maior número de beneficiários ao programa, inclusive aqueles que não haviam sido contemplados com uma linha de ação específica, uma forma de capitalizá-los e consequentemente subordiná-los aos interesses de acumulação capitalista.

Foi nesse sentido que surgiram as inserções dos agricultores Assentados oriundos do Programa de Reforma Agrária. Estamos nos referindo especificamente ao grupo dos beneficiários do PRONAF-A tendo em vista o objeto da pesquisa. Esse grupo foi inserido ao programa, tanto para fazer cumprir as mudanças propostas pelo Estado na base produtiva da categoria dos agricultores assentados, sem alteração na superestrutura, bem como, para conter as pressões dos movimentos socioespaciais, e dos outros indivíduos fragilizados.

Dessa maneira, o Estado manteve o modelo conservador legitimado num conjunto de construções teóricas e práticas que reorientem a racionalidade do mundo rural, a partir da manutenção da propriedade da terra sob dominância da classe patronal capitalista e de uma Reforma Agrária com pouca terra, apoiada na descentralização, na revalorização das microdimensões dos espaços geográficos, e nas microestruturas sociais como a família, a comunidade e os Assentamentos.

Quanto à formalização do crédito do PRONAF-A aos agricultores Assentados do programa de Reforma Agrária, dá-se sob um processo engendrado entre o Estado, as instituições financeiras e o mercado, sendo as instituições financeiras, o elemento chave nesse processo, elas atuam como “concessionárias do poder monetário exercido pelo Estado, sendo o principal meio de comunicação entre o mercado e autoridade monetária” (WILDMANN, 1997, p. 26).

Nessa pauta, analisando as ações do PRONAF no território, percebemos que ele tem reconfigurado a produção do espaço agrário a partir do crédito. Contudo, a condução do crédito pelos agentes financeiros leva a transformações no âmbito das relações de trabalho e de produção de mercadorias, que ele, o crédito, seria o veículo responsável pela ascensão, via capitalização dos camponeses sem, no entanto, alterar a base social e as relações com os meios de produção.

Sobre a relevância dessas transformações, para que ocorra a formalização do PRONAF necessariamente tem que ocorrer a mutação do agricultor em produtor e do programa em produto. São as instituições estatais e financeiras que controlam e estabelecem a evolução da organização produtiva mediante inserção dos agricultores nas estruturas de mercado. Essa mediação se processa por meio da capacidade de conceder crédito e consequentemente a geração de capital fictício²⁷ que deve ser realizado com o aumento futuro da produtividade. (Ver Figura 6).

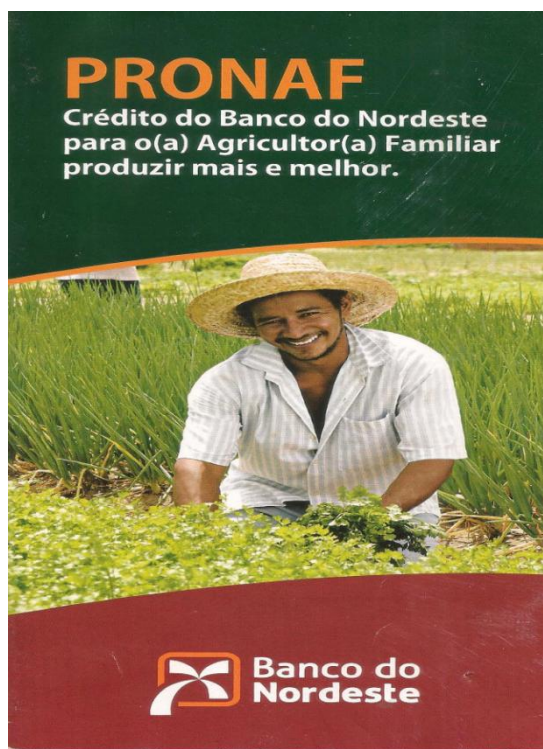


Figura 06- Folder do PRONAF- Crédito do Banco do Nordeste
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil- Material de Markting- 2014

Podemos perceber que a subordinação do agricultor à nova estrutura dá-se desde a elaboração da proposta de crédito via projeto, via acordos estabelecidos entre o setor financeiro e setor industrial e comercial até a data de liquidação da dívida.

Nesse processo de subordinação, a elaboração da proposta de crédito, via entidades de apoio técnico, ocorre mediante a aprovação do agente de financeiro. Este por sua vez, enquadra a proposta de crédito às metodologias e aos normativos financeiros de prospecção de negócios, condicionando, assim, contratação do crédito ao atendimento das

²⁷ O conceito de capital fictício foi criado por Marx. Diz respeito a um dos aspectos mais destacados da economia capitalista, que é a multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, com base no capital portador de juros, por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros (MARX, 1968).

metodologias. Esse processo de sujeição acontece de forma atrelada às metodologias instrumentalizadas pela orientação técnica que pode ser do próprio agente financeiro ou terceirizado, caracterizando-se, assim, como um mecanismo de controle. As metodologias propõem, entre outros, estabelecer o tipo de cultura a ser financiada, a forma como os recursos são liberados, o manejo e os tratos culturais e o volume de recursos a serem investidos.

Esse processo pôde ser percebido na pesquisa campo. Quando indagamos os Assentados sobre a aquisição dos financiamentos: quem tomou a decisão de qual atividade/cultura iria ser financiada? Obtivemos resultados expostos no quadro 2:

Quadro 2- Indagação sobre quem tomou a decisão do que iria financiar

Resposta	Percentual (%)
Você individualmente	15%
Decisão coletiva tomada em reunião	25%
Decisão do técnico	35%
Decisão do banco	25%

Fonte: Elaboração própria , a partir dos dados de pesquisa de campo realizada em 2014.

Nesse sentido, a pesquisa revelou o lastro de controle e subordinação das atividades financiadas, consequentemente das atividades produtivas e do território, que se dão modeladas pelo aparelho institucional das agências técnicas de extensão rural e pelo agente financiador do crédito (o banco).

Nesse processo, as atividades e culturas financiadas, orientadas pela empresa prestadora de assistência técnica e pelo banco, são atividades atreladas às prospecções de negócios e conjugadas às possíveis cadeias produtivas ligadas ao setor industrial. Os agentes de crédito investem preferencialmente em culturas que apresentam performance positiva, que são as culturas ligadas à exportação e às agroindústrias (SILVA, 2006, p. 59). Contudo, não é o que ocorre na prática, visto que a formatação desse tipo de crédito provoca fissuras na produção da unidade familiar que ampliam o processo de subordinação às estruturas do capital. Isso podemos verificar na fala do Assentado João Barbosa de Melo do Assentamento de Rainha dos Anjos:

A gente num tinha experiência, num sabia como era. Chegou o dinheiro, e disseram que se agente quisesse que o dinheiro viesse tinha que tirar para gado (...) Porque disseram que só tinha e só podia ser assim. Pra isso mesmo.(...) Mas deu tudo errado. O dinheiro veio pra os fornecedor. Colocaram umas vaca a mil e duzentos, mil e quinhento, e elas num valia nem trezentos. Agente nem escolheu (...). As vacas vieram dos fornecedor direto pra gente. Umas vacas doente, fraquinha. Uma até morreu, a outra tava doente aí mandei matar pra não perder tudo (...), Os recursos ficaram tudo nas mão dos fornecedores. A gente só ficou com a dívida.

É relevante não deixarmos de colocar que esse tipo de formatação do crédito cumpre-se de maneira institucionalizada tendo por base as orientações do SNCR, que impôs aos produtores que utilizam técnicas tradicionais, um tipo de crédito orientado mediante um pacote técnico, que se atrelasse aos diversos ramos do capital, sempre com o intuito de ampliar a acumulação (SERVILHA, 1994).

No que se refere à formalização dos contratos de crédito que se estabelecem entre os agricultores e os agente de financeiro, notamos, em pesquisa de campo, que os mesmos existem em maioria da Nota de Crédito Rural (NCR). É um instrumento de garantia fidejussória, ou seja, aquela prestada por pessoas, e não por bens financiados, o qual não exige a formalização de garantias reais.

Desse modo para suprir a insegurança no que se refere à ausência de garantia real, nos financiamentos do PRONAF, o agente financeiro lança mão dos mecanismos de proteção, ou seja, incentiva financiamentos que possuem um diferencial no que se refere ao seu grau de integração ao mercado. Não obstante, na prática esse tipo de mecanismo não tem tanta efetividade, dada a estrutura da organização produtiva dos agricultores assentados, que veremos mais adiante.

No que se refere às modalidades de crédito, elas podem ser destinadas para custeio para safra agrícola e investimento produtivo. Segundo o MCR (10-3), os créditos de custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados.

Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos (MCR- 10-3).

Os custeios por se destinarem às atividades voltadas à produção de lavouras agrícolas, requerem um valor financiado menor com referência aos investimentos se que se destinam ao processo de infraestrutura das unidades produtivas. Durante a pesquisa, pudemos perceber que no processo produtivo os recursos dos custeios destinam-se quase que exclusivamente a atividades de manejo agrícola, ou seja, os recursos são melhores conduzidos pelos assentados, se caracterizando um capital circulante como um incremento ao processo produtivo.

Há de se explicar que, créditos são em sua maioria destinados às culturas de maior acesso ao mercado, e que este requer uma maior integração do agricultor e, também, uma maior necessidade de contratação de mão de obra. Essas culturas comumente não podem ser produzidas de forma diferenciada da recomendada tecnicamente, ou em áreas parceladas, ou seja, em parte dos lotes, dado ao seu custo de produção e manutenção, que torna inviável uma produção muito pequena. Percebemos esse processo durante a pesquisa, que revelou que proporcionalmente a maioria dos créditos do PRONAF destinava-se às culturas de inhame e mandioca (isolada ou consorciada) por serem mais integradas ao mercado e à indústria do que as culturas com menor integração como feijão, milho, fava entre outras. Ver tabela 3.

Tabela 3- Percentual das culturas agrícolas financiadas pelo PRONAF

Inhame	Mandioca (roça)	Cana de açúcar	Macaxeira	Milho	Feijão	Fava
48,3%	31%	3,4%	10,3%	10,3%	10,3%	0%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de campo realizada em 2014.

No que se refere aos investimentos, estes têm seus recursos ligados a determinadas cadeias produtivas dos circuitos de mercado. Os investimentos se destinam a equipar as unidades produtivas, e transformá-las em uma unidade de negócios. Contudo, nesse processo, dado o pouco conhecimento de manejo da nova infraestrutura equipada, os agricultores ficam inteiramente dependentes das orientações técnicas e da extensão rural.

Constatamos em pesquisa que as orientações técnicas, assim como nos custeios, incentivam as atividades de investimento que tivessem um melhor relacionamento com o mercado, que fossem viáveis competitivamente ou integradas a uma cadeia produtiva e,

consequentemente, atreladas aos grandes oligopólios do setor de agrotóxico, dos intensivos agrícolas, sementes e ração.

Sobre essa perspectiva Karl Monsma (2000) comenta que o incentivo do uso de agrotóxicos em atividades agrícolas de pequeno porte, se dá mediante as parcerias entre as grandes empresas multinacionais, o capital financeiro e o Estado, que através de grandes esquemas políticos burocratas urbanos se unem para reorganizar e subordinar a produção no campo. Um mecanismo de subordinação que se constrói sob o falso discurso da coletivização da agricultura e da redução das perdas na produção.

Sobre as atividades financiadas pelo crédito de investimento, verificamos na pesquisa, que as mesmas se concentraram majoritariamente às atividades ligadas a bovinocultura e avicultura. Essas atividades foram incentivadas observando eminentemente sua capacidade de retorno em rendimentos, contudo, sem observância aos interesses dos agricultores, e sem verificar a operacionalidade por parte deles na atividade financiada. Por se tratarem de atividades de um maior retorno tinham proporcionalmente maiores riscos, que não poderiam ser assumidos pelo agricultor, dado seu nível de descapitalização. Percebemos tal processo no depoimento do Assentado Assis Barbosa do Assentamento Rainha dos Anjos:

(...) Eu num queria tirar para investir em galinha não. Eu nem sabia trabalhar daquele jeito, criava galinha, pouca, solta mesmo. Fiz tudo do jeito que eles mandaram o galpão, o galinheiro. Comprei a ração, dei os remédio, mas num teve jeito.(...) Tá aí os elefante branco. Mas ruim mesmo era criar os pinto, adoecia, morria (...) E a ração era muito cara comecei a compra o saco por vinte e oito reais, quando deixei já tava em cinquenta reais (...). Disseram que era por que tinha cotação no dólar. Aí meu amigo, fazer o quê se eu num tinha dinheiro para manter o negócio (...). E ainda tem que trabalhar pra pagar isso aí.

Na fala do agricultor, podemos percebermos que o controle exercido pelo agente técnico bem como pelo agente financeiro, no processo produtivo e consequentemente territorial, subordinando não só a renda trabalho, mas também a renda da terra ao processo de monopolização do capital. Nesse sentido, a autonomia produtiva é sensivelmente comprometida face o direcionamento e a formatação na aplicação do crédito. Ou seja, o

que financiar, o que plantar, onde plantar, ainda é determinado, limitado e ofertado institucionalmente.

Sabemos que nem sempre o projeto implantado corresponde aos interesses e aprendizados acumulados dos camponeses, esse aspecto identificado dilui a proposta participativa do PRONAF. Logo, o tão propalado protagonismo produtivo do agricultor familiar é desconstruído, o que ocorre na verdade é um processo produtivo e de recreação subordinado as estruturas de poder e dominação capitalista, via formatação do financiamento.

Nesse íterim, compreendemos que não é necessário haver a territorialização do capital para que seus tentáculos possam subordinar e controlar o processo produtivo e o território. Contudo, esse tipo de modelagem de financiamento que se propõem em transformar os territórios a partir de uma lógica produtivista sem, entretanto, promover a correspondência entre o produtor e os meios de produção torna-o inviável, visto que, na execução desse tipo de empreendimento, vários elementos devem ser observados: a capacidade produtiva, as condições de trabalho, as competências e experiências, as relações com o mercado e a estrutura dos programas e políticas públicas. Ver foto 2.



Foto 2- Galinheiro desativado construído com recursos do PRONAF-A – Investimento.
Fonte: Rômulo Panta-2014

Nesse sentido, compreendemos que a concepção do agroprodutivismo não se adéqua às necessidades diárias e ao ritmo de produção dos agricultores Assentados. Conforme já verificamos em pesquisa, a organização da produção realizada nas unidades

agrícolas obedecem a uma estrutura econômica interna própria, baseadas a partir de suas necessidades, já que sua maioria, 66% do público pesquisado, produz primeiramente para o consumo interno, diferentemente dos objetivos propostos pelo crédito financiado pelo PRONAF, que seria a produção voltada para o mercado.

Desse modo, as distorções e contradições surgidas na operacionalização dessa modalidade de crédito, acabam levando aos altos índices de endividamento (constatamos que 93% dos assentados pesquisa estão endividados a partir das operações financeiras de custeio e investimento). Dessa forma subordinando não só o território, mas, concomitantemente o processo produtivo, atual e futuro, visto que a partir desse momento, toda renda produzida seja, sob forma de renda trabalho ou da renda da terra será comprometida com o pagamento do financiamento contraído. Sobre essas perspectivas, cuidemos em nos dedicarmos nos tópicos a seguir a partir das análises das liberações, do endividamento e dos reembolsos dos financiamentos.

3.2. Os processos de desembolso e reembolso dos recursos e a subordinação do território e do trabalho ao capital

As liberações dos recursos do PRONAF se constituem como o momento do desembolso, ou seja, o momento da implementação do projeto pré-elaborado via recursos financeiros. No processo produtivo, essa fase refere-se à capitalização do produtor em que os recursos serão recebidos e aplicados.

Por se tratar de uma implementação do programa de recursos federais, o processo de liberação dos recursos ocorre de forma criteriosa (sendo os critérios estabelecidos pelo banco). Aqui nos detemos a compreender como se dá os desembolsos dos créditos, que é dividido em três fases: a primeira refere à fase dos tratos culturais; a segunda à de implantação da cultura e/ou objeto financiado e a terceira a compreende a fase de manutenção. Sua sequência só ocorre mediante comprovação técnica da aplicação dos recursos na finalidade proposta no financiamento.

A forma parcelada das liberações dos recursos e as exigências formais e reais de comprovação de aplicação se processam dessa forma no intuito de evitar possíveis desvios dos recursos a outras finalidades ou necessidades do produtor. Contudo, durante a pesquisa

verificamos que é no processo de liberação que os produtores julgam ter mais dificuldades em relação aos constantes atrasos, ao cumprimento das exigências formais do projeto, e à submissão dos recursos via pacote de tarifas e de descontos.

A principal reclamação se dá no que se refere à época em que ocorre a liberação, 89,7% do público pesquisado informou que as liberações dos recursos ocorreram atrasadas, em épocas posteriores ao calendário agrícola e ao período de necessidade do produtor. O banco possui um calendário de dotação orçamentária própria, em que muitas das vezes não compartilha do calendário agrícola e nem com as necessidades dos agricultores na fase de implementação do financiamento. Essa problemática inviabiliza sensivelmente o processo produtivo, visto que pela insuficiência de capitalização, os agricultores não têm condições de tocar o projeto. Podemos constatar essas colocações ao analisar os depoimentos dos Assentados:

O dinheiro do capim demorou tanto, que as vacas chegaram primeiro que o capim. Ai foi ruim viu (...) Como eu ia dar de comer as vacas sem o capim, que já era pra tá plantado? (...) Eu rodei visse, atrás de comer para essas vacas, coloquei nos terreno de um amigo meu, e mesmo assim num dava. Ai pronto depois daí tudo deu errado (Fala do Assentado João Balbino – Assentamento Santa Helena- I).

Eu tirei dinheiro para inhame, mas o dinheiro só chegou em agosto, depois que tinha acabado as chuva. Eu aí ia plantar mais o que? Nada. (...) Aí eu tive que colocar roça para não perder tudo, o gerente disse, não podia, mas agora toque para frente para pagar (Fala do Assentado Severino- Assentamento Rainha dos Anjos).

Outro componente que sinaliza com um fator de dificuldade nesse processo de liberação sobrevém pelos descontos efetuados em cada parcela liberada do financiamento. Já na primeira parcela, todas as taxas administrativas, operacionais e de associaria empresarial e técnica são recolhidas dos recursos destinados à implantação da finalidade financiada. As taxas administrativas referem-se às taxas de cadastro, taxas de abertura de operações de crédito e seguros, recolhidas a favor do banco. As taxas operacionais são impostos recolhidos a favor do Estado, a exemplo o IOF (Imposto sobre operações financeiras), que compreende 3% do total dos recursos financiados.

Sobre a taxa de assessoria empresarial e técnica, esta pode ser financiada, dentro do próprio orçamento do projeto, sendo descontado o percentual de 2% do valor financiado, referente à elaboração de projeto e de vistoria técnica. Os valores recolhidos se dão de forma parcelada, proporcional e concomitante a cada liberação dos recursos, e se dão a favor da empresa que presta Assistência técnica ao projeto e ao território.

Desse modo, faz-se necessário colocar que o cumprimento de todo esse pacote tarifário, se dá de maneira compulsória, já que as operações de crédito do PRONAF não são contratadas com *spread*²⁸, então, uma das maneiras encontradas pelo banco para captar dinheiro é a cobrança das tarifas. Nesse sentido, o recolhimento das tarifas administrativas, dos impostos, bem como da assistência técnica são mecanismos de subordinação formal ao capital financeiro, que sempre encontra estratégia para sua acumulação mediante sorvência das rendas futuras. É necessário colocar que nesse processo de descontos estão condicionados a cada parcela liberada do financiamento. Esse processo é previamente pactuado no instrumento de crédito, constituindo-se assim impositivos formais do mercado financeiro, aos quais o emitente devedor está obrigado.

Na pesquisa, verificamos que em cada parcela liberada em média são sorvidos 5% do montante dos recursos com pagamento ordinário das exigências bancárias. Nesse sentido, para um segmento descapitalizado, a exemplo dos beneficiários do PRONAF-A, esse percentual sorvido de cada parcela liberada representa um impacto negativo e possivelmente comprometerá a aplicação dos recursos.

No que se referem aos processos de desembolsos, os mesmos advêm de maneiras diferentes para cada finalidade estabelecida nas operações de crédito. Eles seguem os mesmos tramites referentes ao cumprimento formal das exigências da aplicação do crédito. É o laudo técnico o instrumento credenciador das liberações de recursos. Assim, o agente de crédito, mediante suas ações impositivas, controla não só o processo produtivo, bem como, o uso do território, subordinando assim toda a produção e as relações desenvolvidas no território aos interesses do capital.

Sobre o processo de subordinação ao capital, verificamos que as liberações dos recursos de implantação das lavouras e os de implantação das inversões de investimento, revelam-se de modo articulado entre o capital financeiro, o capital industrial e o comercial.

²⁸ Spread, em termos simplificados, é a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos. Em outras palavras, é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

Tal processo se efetua para que as liberações sigam integralmente o produtor precisa cumprir todas as orientações técnicas. Dentre tais orientações, lembramos-nos da compra de sementes, geralmente híbridas, tendo em vista sua capacidade de resistência a pragas e as aplicações dos agrotóxicos, pesticidas e fungicidas que estão constantes nas inversões ora financiadas, caracterizando assim, o processo de subordinação, como podem ver no depoimento da Assentada Marizete Arthur de Carvalho (Assentamento Santa Helena):

Eu tinha guardado as maniva do último roçado que eu tinha botado. Tava com o quarto todo cheio. Aí eu pensava que podia usar. Eu num já tinha! Eu podia até adianta meu roçado. (...) Veio o técnico do banco e disse pode parar. “Você vai ter que comprar semente nova, que vem no projeto. Tem que apresenta o recibo pra gente liberar” (...) Eu falei que dizer que eu vô perder tudo isso aqui? Num teve jeito visse. Se eu num aceitasse o dinheiro num saia (...) tive que botar as maniva tudo pros bicho comer, pra não perder de vez. Foi do mesmo jeito quando eu tirei pra inhame, e para milho e feijão (...)

Ao saber que todo o processo é financiado e alocado no próprio programa de inversões como podemos perceber no programa de desembolso de um projeto financiado, constatamos que o total controle que o capital financeiro tem com esse processo, que além de se revelar como um processo subordinação, se caracteriza também como as estratégias de reprodução do capital a partir do financiamento. Ver figura 7.

CÉDULA RURAL PROMOTORA
Nº 172.2007.2548.1130 Vencimento: em 11 de abril de 2008

Valor: R\$ 2.998,19 (Dois Mil e Novecentos e Noventa e Oito Reais e Dezasseis Centavos).

Nos termos da cláusula FORMA DE PAGAMENTO, pagarei(amos) ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF nº 07.237.373/0172-86, doravante denominado simplesmente BANCO, ou à sua ordem, a quantia de R\$ 2.998,19 (Dois Mil e Novecentos e Noventa e Oito Reais e Dezasseis Centavos), em moeda corrente, crédito deferido exclusivamente para realização de custeio de 3,46 hectare da lavoura de inhame em sequeiro referente a safra agrícola de 2007/2008 no(s) imóvel(is) de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), denominado Assentamento Painha dos Anjos, situado(s) no(s) Município(s) de SAFE, Estado(s) PARAIBA, conforme orçamento deste instrumento, ficando explícito que a diferença entre o valor do crédito aberto e o dos gastos orçados será aplicada com meus(nossos) recursos próprios, na mesma época e proporção dos desembolsos.

Descrição dos Itens do Empreendimento	Qtd. / Unid.	Recursos Próprios		Recursos Financiados	
		Realiza-ção (mês/ano)	Valor (R\$)	Desembolso (mês/ano)	FINE (R\$)
01 - INHAME EM SEQUEIRO					
Fertilizante (tubo)	1255,8 KG	-	0,00	mai/2007	1.883,70
Caras	5,06 MILE	-	0,00	mai/2007	126,50
Adubo Orgânico	4,6 T	-	0,00	mai/2007	161,00
Inseticida	0,46 VERBA	-	0,00	mai/2007	36,80
Fungicida	0,46 VERBA	-	0,00	mai/2007	36,80
Construção de Camalhão	13,34 HD	-	0,00	mai/2007	133,40
Porte/Transporte/Se-mentes	4,14 HD	-	0,00	mai/2007	41,40
Plantio Manual	4,6 HD	-	0,00	mai/2007	46,00
Adubação de Fundação	2,3 HD	-	0,00	mai/2007	23,00
Capina	20,7 HD	-	0,00	jun/2007	207,00
Manuseio/Plantos	5,52 HD	-	0,00	jun/2007	55,20
Aplicação de Defensivos	1,84 HD	-	0,00	jun/2007	27,60
Colheita	16,1 HD	-	0,00	out/2007	161,00
Manual/Transporte					
02 - Custo de Assessoria Empresarial e Técnica					
Custo de Assessoria Empresarial e Técnica	1 VERBA	-	0,00	mai/2007	58,79
TOTAL			0,00		2.998,19

Figura 7: Cópia do orçamento do custeio do PRONAF
Fonte: Adquirida por doação durante a pesquisa realizada em 2014.

A propósito, vale salientar que o agente de crédito além de estabelecer um pacto velado com as indústrias e oligopólios do setor de intensivos agrícolas, sobre os discursos de minimizar os riscos e os custos e consequentemente ampliar o lucro. Por conseguinte, as liberações do crédito rural tem demonstrado que houve transferência de recursos controlados, dos segmentos produtores agrícolas para os segmentos à montante e à jusante da agricultura – setores industriais e comerciais. (SILVA, 2001, p. 65).

Com base na interpretação de Silva (2001) entendemos que o capital consegue acumular duplamente, a partir das liberações do PRONAF, visto que os valores financiados em contrato além de serem destinados ao capital industrial com a aquisição dos intensivos são incorporados ao saldo devedor do financiamento ao qual são cobrados juros, pagos pelo produtor ao capital financeiro. Por isso, os agricultores ficam impossibilitados de fazer qualquer alteração no cronograma financiado, sob penalidade de terem suspensas as demais parcelas a serem liberadas e terem seus contratados de crédito interpelados, ou seja, considerados antecipadamente vencidos e consequentemente prejudizados. É nesse estágio que, além da cobrança dos juros de inadimplemento sobre o saldo devedor, o devedor é

inserido no CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal) é exigido também o reembolso imediato. Devemos registrar, no entanto, que a partir desse processo o produtor é impossibilitado de realizar qualquer outra operação de crédito em instituições financeiras.

É sabido que os mecanismos de operações de crédito tratam de uma implementação do programa de recursos federais, mas aqui devemos acrescentar que estes servem de controle a possíveis desvios do crédito, bem como constituem um processo de subordinação e imposição das regras capitalistas no território, o que em muitos dos casos contraria a lógica produtiva do agricultor e termina por inviabilidade a atividade financiada. Vejamos os depoimentos colhidos nas entrevistas durante a pesquisa:

Às vezes eu via que o projeto aí dá errado. Eu conheço essa terra, eu sei onde da certo cada coisa aqui, eu sei como aproveitar a terra, sei onde é o lugar onde dá batata, onde é o lugar da roça (...) Mas o técnico vem e diz é assim e pronto (...) se agente não seguir aí bloqueia tudo (Fala do Assentado João Balbino- Assentamento Santa Helena I).

Olhe, eu mudei o lugar de plantar o capim, de um terreno para o outro, pra ficar mais fácil pra mim dá de comer aos bicho, que coloquei eles naquele terreno que já tinha cerca, e plantei um capim no outro (...) só isso. Aí quando fui no banco o gerente disse que eu tinha desviado o dinheiro do gado, e que num podia nem negociar, tinha que pagar. Como eu desviei? Eu botei o dinheiro tudo ali, mais trabalho e tudo. (Fala do Assentado José Belo- Assentamento Boa Vista).

A sondagem dos discursos acima apresenta um indicador importante que precisa ser considerado: o capitalismo, a partir das ações dos programas e políticas, entre eles, principalmente os direcionados ao crédito, organiza e redefine o processo de trabalho das sociedades não necessariamente capitalistas. Nesse sentido, o capital consegue “coagir o trabalhador a ceder, sujeitando sua produção ao capital monopolista, que controla não só os meios de produção, mas o próprio trabalho, na tentativa de transformar tudo em renda capitalizada” (MARTINS, 1979, p. 15). E, no caso específico da ação do PRONAF, o capital tem atuado contraditoriamente quando se precisa criar e recriar condições para o

desenvolvimento da agricultura camponesa de base familiar, sujeitando o trabalho e a renda da terra ao capital.

O processo de reembolso é compreendido como o retorno do crédito adquirido por financiamento. Nesse aspecto, nas operações do PRONAF, o reembolso dá-se de maneira integrada com o desenvolvimento da atividade financiada, uma vez que, existe um período de carência que compreende o intervalo de tempo da última liberação dos recursos ao primeiro reembolso (pagamento) do financiamento. Nesse intervalo de tempo o agente de crédito subentende que o projeto financiado produza sob uma perspectiva ascendente ao ponto de ser negociada em mercado e possivelmente gerar rendas superiores às necessidades da unidade produtiva, e com essa receita adquirida, possa-se ocorrer o reembolso da operação de crédito.

Os reembolsos das operações são diferentes a cada tipificação das inversões financiadas. Aos custeios são concedidos prazos e exigidos o reembolso de acordo com a cultura ou atividade agropecuária financiada que poderá ser de um três meses a três anos. Aos investimentos os prazos, depois de cumprido o período de carência, que é compreendido como o período de estruturação do empreendimento decorre de forma semestral ou anual, de acordo com a inversão financiada, podendo compreender até quinze anos, incluído três de carência (<http://www.bcb.gov.br>).

Para Shanin (1980), a produção camponesa de base familiar está subordinada não só ao mercado, como também aos direcionamentos do Estado e das condições naturais, e além dessa conjuntura, como já vimos anteriormente, no tocante à liberação dos recursos, os mesmos já são subsumidos a partir do pacote tarifário, das exigências bancárias pertinentes às operações de crédito. Por conseguinte, os valores investidos no projeto ou na cultura ora financiada são menos do que realmente consta na proposta formal, ampliando assim a distorção entre o valor realmente empregado na atividade financiada e o valor a ser pago, visto que sobre o saldo devedor ainda serão aplicados os encargos financeiros.

Sobre os encargos financeiros que foram aplicados nas operações de crédito, dos Assentados estudados, compreendem juros à taxa de 1,15% a.a (um inteiro e quinze décimos por cento ao ano). Essa taxa foi alterada em 2012 para 0,5% a.a (cinco décimos pro cento ao ano) (MCR-10-17) e, sobre ela, os juros são calculados e capitalizados mensalmente e de forma integral na data base do financiamento sobre o saldo devedor médio diário e exigível juntamente com as prestações vincendas do principal financiado. Assim, os juros aplicados ao financiamento, mesmo caracterizados como anual,

correspondem a uma taxa de juros compostos²⁹, com correção mensal sobre um saldo devedor crescente até que ocorra o primeiro reembolso ou amortização.

Essa taxa de juros compostos que incide sobre o saldo devedor nas operações de crédito alargam as diferenças entre o montante financiado e o valor dos produtos colocados no mercado para a comercialização, que dada à fragilidade de infraestrutura como ausência de transporte e de uma política de preços mínimos, foram as duas principais dificuldades anunciadas pelos assentados na pesquisa de campo, representando 95% e 73% respectivamente. Desse modo, as rendas adquiridas em atividades rurais, e principalmente aquelas desenvolvidas nas pequenas unidades de produção, são sorvidas pelo capital comercial representado pela figura do atravessador, este configura o elemento que dita os preços dos produtos e ainda subtrai eventuais despesas com custos em transporte e mão de obra no quando se processa a comercialização.

Outro processo que merece colocarmos em evidência é o atraso das liberações que compromete diretamente o reembolso das operações. O atraso das parcelas liberadas ocorridas em época inapropriada à implantação das culturas posterior ao período das chuvas resulta em uma colheita conseqüentemente fora do período da safra, ou seja, na entressafra, período que os preços dos produtos estão em baixa. Desse modo, amplia-se o hiato existente entre o montante financiado, que teve parte sorvida durante o processo de liberação, e o valor dos produtos comercializados, que estão aquém do esperado.

Assim, tomando por base os Assentamentos pesquisados, temos que ter a compreensão que dado o porte da produção, a base técnica, o tamanho da terra (que em média tem 6,5 hectares nos Assentamentos pesquisados), os tipos de culturas produzidas (eminentemente de base alimentar), bem como a finalidade da produção, o resultado

²⁹ O regime de juros compostos é o mais comum no sistema financeiro. Os juros gerados a cada período são incorporados ao principal para o cálculo dos juros do período seguinte. Chamamos de capitalização o momento em que os juros são incorporados ao principal. Exemplificando:

1º mês: $M = P \cdot (1 + i)$

2º mês: o principal é igual ao montante do mês anterior: $M = P \times (1 + i) \times (1 + i)$

3º mês: o principal é igual ao montante do mês anterior: $M = P \times (1 + i) \times (1 + i) \times (1 + i)$

Simplificando, obtemos a fórmula: $M = C \cdot (1 + i)^t$

M: montante

C: capital

i: taxa de juros

t: tempo de aplicação

presumido que não consegue ser inserido no mercado e nem auferir valor que possa representar uma taxa de lucro superior ao valor investido e assim poder resultar no reembolso do crédito, resultando consequentemente nos processos de inadimplimento e endividamento do produtor.

Durante a pesquisa verificamos que cerca de 76,4 % do público pesquisado está em situação inadimplente e sobre as operações inadimplentes são cobradas os encargos financeiros normais acrescidos a 12% a.a (doze por cento ao ano) de juros de mora, calculados e capitalizados sobre a fórmula de juros compostos aumentando ainda mais o saldo devedor e o nível de endividamento. Registramos também, que após 60 dias de inadimplência, os Assentados são inseridos nos órgãos de restrições como a exemplo do Serasa³⁰, CADIN e SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), e ampliando consecutivamente a subordinação da agricultura camponesa de base familiar aos liames do capital.

Nesse sentido, trazemos para a discussão a racionalidade do agricultor entre o pagamento da dívida e o endividamento. Na pesquisa verificamos que o sequencial produtivo de mercado (produção – circulação – acumulação), quando ocorre, vem posterior às necessidades de vida e reprodução da família, visto que no processo de produção, os camponeses primeiramente traçam táticas de reprodução visando à reprodução da família e não de uma empresa de sua propriedade individual, como foi percebido na pesquisa, quando indagamos sobre o destino da produção passada. Ver quadro 3.

Quadro 3- Indagação sobre destino da produção

Resposta	Percentual (%)
Toda para o consumo familiar	21%
Parte para o consumo familiar e parta para a venda	66%
Toda para a venda	13%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de campo realizada em 2014.

³⁰ Serasa significa Centralização de Serviços dos Bancos, e não é uma sigla. A Serasa é uma empresa privada brasileira, que faz análises e pesquisas de informações econômico-financeiros das pessoas, para apoiar decisões de crédito, como empréstimos. A Serasa foi criada pelos bancos, com o objetivo de centralizar informações, e fazer com que seus custos administrativos diminuíssem e diminuir também a margem de erros sobre as informações para emprestar crédito a pessoas.

O quadro contradiz a visão mercadológica proposta pelo PRONAF, que tem como objetivo a prospecção de negócios e inserção ao mercado. Somente 13% de toda a produção realizada pelo público pesquisado destinam-se inteiramente para a comercialização³¹. Em contrapartida ao percentual majoritário de 66% que produz primeiramente para o atendimento das necessidades e consumo familiar. Lógica esta diferente da assentada pelo PRONAF, que concebe os camponeses enquanto indivíduos–empresários e não enquanto famílias camponesas. Sobre isso Tolentino (2013, p. 182), comenta:

(...) PRONAF e seu “espírito empresarial”, “espírito de cálculo”, tomando por sujeito o *homo economicus*, demarca distâncias em relação a grande parte do seu público-alvo, imbuído muito mais da lógica das previdências do que das previsões. São, pois, as previdências que fazem parte do *habitus* do camponês e não as previsões. A previdência é que vale na prática como estrutura estruturada que funciona como estrutura estruturante. Assim subverte-se o PRONAF. Subverte-se toda a representação do agricultor familiar assentada em uma representação do tempo que prima pelo linear e cumulativo. A ciclicidade da vida cotidiana e de muitas de suas representações subverte as representações do PRONAF.

À vista disso inferimos que o que dá sustentação ao modo de vida de previdência do campesinato é o seu trabalho, uma vez que, é próprio camponês que com seu trabalho dá sustentação a todo um habitar, todo um modo de vida que nunca é puramente econômico, político ou cultural, mas é muito mais um amálgama destas diversas dimensões. Nesse sentido, os resultados da pesquisa confirmam as análises de Chayanov (1981), tomando por base à dinâmica da economia interna do campesinato, tencionamos verificarmos que à maioria dos agricultores não vertem sua produção eminentemente para o mercado, e sim, primeiramente, ela é direcionada ao atendimento das necessidades da unidade familiar, comercializando o possível excedente.

Sobre essa visão, Bordieu (1979), expõe algumas semelhanças às ideias de Chayanov (1981), quando ele afirma que a ação econômica do campesinato “se orienta em

³¹ Esse percentual refere-se a quatro agricultores, que possuem terras arrendas e produzem cana de açúcar para as usinas.

direção a um por vir diretamente assenhorado dentro da experiência ou estabelecido por todas as experiências acumuladas que constituem a tradição”, distintamente da compreensão capitalista (BORDIEU, 1979, p. 21-22).

A natureza econômica e organizacional da reprodução camponesa de base familiar se opera na lógica da reprodução simples representada pela equação: M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). O esquema supracitado foi abordado por Marx (1968) que analisa a reprodução simples a partir da perspectiva de negação a reprodução ampliada do capitalismo. Ou seja, a forma “simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades” (OLIVEIRA, 1987, p. 68). Isto é bem diferente da acumulação de capital que além de se valer da exploração da força de trabalho de outro, se faz a partir do valor de troca em detrimento do valor de uso. Ou seja, no capitalismo, a produção antes utilizada para reprodução de uma empresa e não para reprodução de um habitar.

Essas asserções foram verificadas na pesquisa: 66% dos camponeses Assentados relataram que a sua primeira intenção ao produzir nos lotes está atrelada às necessidades de sobrevivência e consumo, ou seja, na reprodução do seu habitar, ficando o reembolso do crédito do PRONAF na dependência da produção de um excedente superior às necessidades da unidade de familiar. Desse modo, 50% dos camponeses Assentamentos endividados relatam não pagar seus financiamentos, porque não conseguem congregiar valores a partir do pequeno excedente produzido, que possa abastecer a família e gerar recursos superiores para garantir os reembolsos.

A dificuldade de gerar esse excedente, é ampliada pela própria natureza e condução da produção camponesa. Na terra de trabalho camponesa, o valor de uso ainda se sobrepõe ao valor de troca. “O camponês, ao se reproduzir, conserva o valor de uso de maneira mais forte que o valor de troca e, com isso, pode acabar subvertendo as representações do PRONAF” (TOLENTINO, 2013, p. 164). Para o camponês ocorre que tudo aquilo que deveria ser antes de tudo para fins econômicos segundo o PRONAF, é aplicável às diversas esferas da vida.

Por conseguinte, verificamos na pesquisa, também, que os Assentados que estão conseguindo pagar os financiamentos contraídos corresponde a 50%. Essa parcela dos Assentamentos conseguem rendimentos a partir do exercício de atividades extras sua produção desenvolvida no lote ou mesmo a partir da venda de sua força de trabalho, ou

mesmo comprometendo os rendimentos adquiridos por aposentadoria rural, conforme podemos perceber nos depoimentos:

Eu paguei um dos empréstimo que tiramo no banco, o da roça e do milho. Mas num foi com dinheiro tirado daqui não. Ah! Se eu fosse esperar tirar dinheiro daqui pra pagar o banco tava ruim viu. Paguei com dinheiro que trouxe de São Paulo, quando eu trabalhei lá. (Depoimento do Assentado Severino- Assentamento Rainha dos Anjos).

Fui no banco e o gerente disse que eu devia sete mil e quinheto ainda. E eu já tinha pagado umas prestação já (...). Aí me dissero, pra eu tirar um empresto para pagar, que desconta da aposentadoria, (...) Aí graças a Deus quitei tudo. (...) E estô pagando o empresto (...), vem descontado. (Depoimento do Assentado Janilson Gomes da Silva- Assentamento Santa Helana- I).

Interessante observar, a partir do relato dos camponeses Assentados, que o endividamento se deu majoritariamente devido às sucessivas perdas decorridas das atividades financiadas com recursos do PRONAF por consequência da falta de habilidade e pela contradição da racionalidade mercadológica face às necessidades dos agricultores e, ainda, pelo baixo preço conseguidos na comercialização dos produtos produzidos foram os elementos responsáveis pelo insucesso o objeto financiado e consequentemente o endividamento.

Nesse sentido, podemos compreender que o crédito do PRONAF, possui dinâmicas contrárias à sua proposta inicial no que se refere à geração de renda e ao desenvolvimento do protagonismo da agricultura familiar, pelo contrário, durante a pesquisa verificamos que a formatação do programa na verdade está atrelado ao processo de subordinação territorial e da produção tendo como instrumentos de controle o desembolso e reembolso das operações de crédito, que terminam sorvendo as rendas da terra e do trabalho aos interesses capitalistas. Desse modo, a tão propagandeada autonomia produtiva é sensivelmente comprometida pelo inevitavelmente endividamento em proporções elevadas. Sobre essa constatação nos dedicaremos no próximo tópico.

3.3. Os níveis de endividamento e o processo de renegociação de dívidas

Os créditos disponíveis aos agricultores Assentados pelo PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária) são: habitação, fomento, custeio e investimento. Nesse tópico, como já assinalamos, dedicar-nos-emos a analisar o processo de endividamento dos camponeses Assentados a partir dos créditos de custeio e investimento.

Os créditos de fomento e habitação que são dirigidos ao território, ou seja, são créditos de infraestrutura, ou seja, são os créditos de instalação dos Assentados nos lotes. O “primeiro compreende um crédito de pequeno valor que visa atender as necessidades imediatas do Assentado, e o segundo refere-se à construção da moradia, uma casa” de alvenaria de tijolos e telhas. (COUTO, 2006, p. 56).

Os créditos de fomento e habitação são dirigidos para equipar minimamente o território, para que possa torná-lo produtivo e deverão ser quitados conjuntamente com o pagamento das prestações da aquisição da terra desapropriada para dar origem aos Assentamentos. Durante a pesquisa foi possível apurar que em nenhum dos Assentamentos pesquisados esse pagamento está sendo realizado, aliás, o processo de endividamento do agricultor passa a ser ampliado a partir da contração das operações de crédito de custeio e investimento, que são os créditos oriundos do PRONAF, objeto de investigação dessa pesquisa.

Os créditos de custeio e investimento se constituem como créditos destinados a produção desenvolvida na unidade produtiva. Os valores financiados podem ir até 25.000,00 (vinte e cinco mil), podendo o ser distribuído em até 3 (três) operações, de acordo com o projeto técnico (MCR-10-17). Durante a pesquisa foi notório verificarmos que 80% dos camponeses Assentados já contraíram o valor máximo de operações de crédito e conseqüentemente o teto do endividamento por valor contrato.

Quando indagados sobre seu saldo devedor uma minoria revelou ter conhecimento sobre o montante das dívidas, entre os que revelaram abstrairmos o saldo devedor médio de 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos). Observamos que a maioria dos camponeses Assentados pesquisados nos revelaram haver relativas condições de pagamento dos financiamentos de custeios dado o aporte do saldo devedor. Desse modo, o saldo devedor que compõe o endividamento, em sua maioria, refere-se às operações de crédito de investimento.

Na tentativa de compreender o elevado nível de endividamento, passamos a estudar suas causas a partir das falas dos Assentados, sobre o desenvolvimento do projeto de financiamento do PRONAF. Nesse sentido, contatamos que majoritariamente o endividamento decorria de “atrofia” produtiva, nos lotes dos Assentamentos.

Sobre a atrofia produtiva, os Assentados nos apontaram como causa a própria distorção contida na formatação do programa, que não compreende a racionalidade e a capacidade produtiva da unidade familiar de produção, que não corresponde às perspectivas mercadológicas. Esse processo de sujeição e endividamento é ampliado pela condução das liberações dos recursos das operações de crédito, que em sua dinâmica, mais subordina as unidades produtivas do que favorece sua autonomia.

Durante pesquisa realizada junto ao BNB, que é o agente de crédito responsável por repassar os recursos do FNE-PRONAF-A do município, 100% do público beneficiário do programa foi atendido e desses 93,3 % estão endividados pelo valor máximo dos recursos disponíveis. Tal processo é julgado pelo próprio gerente da Agência em Sapé, como prejudicial para o banco enquanto prospector de negócios, tendo em vista o estágio de imobilização da sua carteira na atualidade dado o elevado nível de endividamento a que estão submetidos os assentados pesquisados.

Esse nível de endividamento, além de bloquear outros possíveis financiamentos, ainda causa prejuízos à vida produtiva e financeira dos camponeses assentados, ou seja, o processo de endividamento caracteriza-se como um processo de subordinação real dos assentados e do território ao capital financeiro.

Falamos em território tendo em vista a própria instrumentalização do PRONAF. O programa, apesar de ser concedido a uma pessoa física, um camponês, ou agricultor familiar, como é considerado os produtores pelo PRONAF, ele é direcionado ao território, ao processo de viabilização produtiva sob a perspectiva de mercado da base territorial.

Nesse sentido, o controle territorial se efetua via próprio programa, principalmente no tocante às operações de crédito de investimento, como podemos perceber na normatização operacional do programa pelo Bando do Nordeste, onde em seu disposto 1101- MB-OC (Manual Básico- Operações de Crédito), título 5, Capítulo 10 - Finalidade:

Investimento destinado ao financiamento da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários **no estabelecimento rural** ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.(grifo nosso).

Desse modo, o banco, que é o fiel depositário do capital financeiro, na expectativa da resgatar os recursos financiados à unidade produtiva e tendo em vista a inexistência de garantias real às operações do PRONAF, concede o segundo e/ou terceiro financiamento mediante projeto técnico. Contudo, os créditos liberados na tentativa de soerguer o projeto financiado anteriormente, na prática, ampliam o processo de subordinação e controle, visto que as novas operações se caracterizam como um processo de rolagem das dívidas, o que não é solução para o problema do endividamento.

Diante da condição a que estão submetidos os camponeses assentados estudados, uma parcela significativa de 43,33% nos relatou o desinteresse em pagar os créditos contraídos. Isto em virtude das distorções ocorridas no processo de formalização e de liberação dos recursos do PRONAF. Com efeito, dentre os camponeses estudados, quase tudo se faz a partir da lógica das necessidades, da previdência, e não a partir de uma profissionalização do campensinato, como o PRONAF busca incentivar, e de providências por parte do setor público. Ou seja, o endividamento seria um resultado e não uma consequência. Foi então que passamos a investigar a existência de rumores e discursos ocultos em meios aos assentados, de que os recursos do PRONAF seriam perdoados ou eram a fundos perdidos.

A noção de discursos ocultos aqui utilizada se dá a partir da noção de Scott (2002) em *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Scott se propõe a entender as formas cotidianas de resistência a partir do discurso oculto e do discurso público. O discurso público é compreendido como uma “descrição abreviada das relações explícitas entre subordinados e os detentores do poder”. Já os discursos ocultos podem ser definidos como:

a conduta “fora de cena”, mais além da observação direta dos detentores do poder. O discurso oculto é, pois, secundário no sentido de que está constituído pelas manifestações linguísticas, gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou tergiversam o que aparece no discurso público (SCOTT, 2000, p. 28, tradução nossa).

Durante a pesquisa campo, percebemos que os discursos ocultos se dão sob a perspectiva dos rumores ou dos discursos dissimulados. Na pesquisa de Tolentino (2013), o autor relata que em Sapé existia rumores quanto ao não pagamento dos financiamentos, sob essas duas perspectiva, do perdão da dívida e da compreensão de fundos perdidos. Contudo, se faz necessário colocar que os dois rumores são distintos e de difícil tratamento, dado todo o contexto que envolve o problema do endividamento, tanto na perspectiva financeira, quando na perspectiva da conduta moral do homem do campo.

Tolentino (2013) comenta que apesar de bastante próximos, os dois argumentos revelam uma diferença fundamental. Os que defendem o perdão da dívida têm ciência da sua situação de inadimplência, e compreendem que os financiamentos devem ser pagos, contudo, dada toda a problemática já descrita, esperam um perdão. Há os que defendem o discurso dos fundos perdidos, sua situação de inadimplência pode ser atribuída a certo desconhecimento da estrutura do programa e do sistema de crédito. Eles se apoiam na construção de um discurso em que “o dinheiro era do governo e dinheiro de governo não se paga”.

Esses discursos da negativa do pagamento foram comumente percebidos durante a pesquisa. Entretanto, conferimos de mesmo modo, a partir das falas dos agricultores assentados, que “o banco não perde para ninguém”. Ou seja, os assentados sabiam que a recusa do pagamento se conformaria como uma “contravenção” a ordem organizacional do agente de crédito e do Estado. Assim, a maioria dos camponeses assentados revela não achar justo o pagamento do financiamento contraído dado os resultados alcançados. Tomamos como referencia o depoimento dos assentados abaixo transcritos:

(...) eu num vô pagar não. Deu tudo errado. Foi só do jeito que eles queria, que o banco queria e que os técnico dizia. Aí deixei pra lá. Até se perder mesmo. Eu num acho justo pagar esse dinheiro. (Depoimento do assentado Severino- Assentamento Rainha dos Anjos).

(...) Tem uns pessoal aqui que dizem que como deu errado tudo, num é para pagar nada não. A cumade (se referindo a sua esposa), até que tirar empréstimo da aposentadoria para pagar o banco, mas num pode né, porque era pra ser pago com dinheiro das coisas do empréstimo (Depoimento do assentado João Barbosa de Melo- Assentamento Rainha dos Anjos).

Como eu vou pagar se falta dinheiro? Falta dinheiro pra gente botar uma roça para pagar o banco. Eu num vou pagar não. Tô esperando Dilma perdoar. Agente num foi procurar isso. Foi o banco que veio aqui oferecer (A assentada não quis ser identificada).

Por conseguinte, a contravenção praticada pelos assentados quando ao não pagamento dos financiamentos do PRONAF, caracteriza-se eminentemente como um ato de resistência, pois os camponeses sabem as intenções e as responsabilidades embutidas por trás de sua posição. Não se amparando, portanto, em nenhum discurso político ou revolucionário.

Na pesquisa foi notório o fato de os camponeses assentados revelarem que nenhuma entidade a exemplo do MST e da CPT, ou mesmo dos sindicatos emitem orientações referentes ao não pagamento das dívidas. Segundo eles, “existem sim essas conversas, mas é entre nós mesmos”. Ou seja, eles não se servem de nenhum discurso político, que tente mudar o que está posto. Desse modo, a prática de contravenção é considerada, portanto, como uma tática no sentido de De Certeau (1996).

Desse modo, no lado oposto dos camponeses endividados, que se utilizam das táticas de resistências quando as negativas do pagamento das dívidas estão os que tentam a partir das renegociações de suas dívidas saldarem os financiamentos contraídos. O Estado, a partir de suas políticas de crédito lança mão de alternativas para recuperar os créditos tomados por empréstimos.

As renegociações de dívidas trazem algumas vantagens aos camponeses. Primeiramente, após adesão os coloca em situação de adimplência, ou seja, retira as restrições, concede um percentual de rebate para as operações vencidas para os casos de liquidação e permite o alongamento das dívidas, reduzindo o valor das parcelas. Os principais instrumentos de renegociações, voltados ao público dos assentados rurais do Programa de Reforma Agrária, estão apresentados no Quadro 4:

Quadro 4: Instrumentos de liquidação e renegociação de dívidas

Instrumento legal	Disposições
Lei nº 10. 696 de 02/07/2003	Dispõe sobre as renegociações e liquidações das operações contratadas com recursos do PROCERA. Concede bônus 70% de adimplência, juros de 1.15% a.a e Rebate de 90% para os casos de liquidação.
Lei nº 12.716 de 21/09/2012	Institui uma linha de crédito com recursos FNE e FNO para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, das operações de crédito rural de custeio e de investimento. Mediante amortização mínima de 2% a 5% do saldo devedor.
Resolução do CMN nº 4.298 de 30/12/2013	Autoriza a concessão de rebate para a liquidação e a renegociação das operações contratadas pelos grupos “A” e “A/C” do PRONAF, até 31/12/2010. Liquidação com rebate de 80%, sobre o saldo devedor atualizado, e exige amortização mínima de 5% do saldo devedor.
Resolução do CMN nº 4.347 de 30/06/2014	Altera a Resolução nº 4.298, de 30/12/2013, a autoriza a concessão de rebate para liquidação e a renegociação das operações dos grupos “A” e “A/C” do PRONAF. até 30/06/2015, com rebate de 80%.
Decreto nº 8.179 de 27/12/2013	Regulamenta o art. 8º da Medida Provisória nº 636, de 26/12/2013 e dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concedendo remissão as operações de crédito do PROCERA, cujo saldo devedor por mutuário, em 27/12/2013 seja de até R\$ 10.000,00 repactuados a juros de 1,15% a.a.
Lei 13.001 de 20/06/2014	Dispõe sobre a liquidação de créditos de instalação concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; Altera as Leis nºs 8.629, 11.775, 12.844, 9.782, 12.806, 12.429, 5.868, 8.918, 10.696. O saldo devedor deverá ser recalculado à taxa de 0,5%. Rebate de 80% para liquidação e bônus de 50% sobre as parcelas adimplentes.
Resolução CMN nº 4.365 de 28/08/2014	Dispõe sobre a remissão e liquidação de dívidas decorrentes das operações de crédito do PROCERA. O saldo devedor será recalculado a uma taxa de juros de 1,15% a.a Rebate de 80% na liquidação e desconto de valor fixo de R\$2.000,00, sobre as parcelas adimplentes.

Fonte: Banco Central do Brasil- 2015

Desse modo, os dispositivos que têm com finalidade o processo de recapitalização dos agricultores e recuperação da capacidade de investimento no setor rural. Dada a maneira como esse processo de renegociação de dívidas é formatado, amplia-se o processo de subordinação e sujeição das rendas produzidas pelos camponeses ao capital. Nesse sentido, as renegociações se constituem como instrumentos de rolagem de dívidas.

Nos procedimentos de renegociações de dívidas, o saldo devedor é incorporado ao principal e sobre ele será cobrado a nova taxa de juros. Desse modo, os juros são

implicitamente incorporados e repactuados ao saldo devedor, e sobre esse novo montante incidirá novos juros. Esse processo é estabelecido a partir de um aditivo, mediante o pacto de composição e confissão de dívidas, onde o emitente devedor, ou seja, o camponês assentado confirma, assume, e se responsabiliza pelo pagamento de um novo principal muito diferente do originalmente contratado.

Durante a pesquisa verificamos também que no processo de adesão, o banco consegue subsumir as rendas dos camponeses, a partir das condições exigidas no processo de renegociações conforme relatam os assentados. Exigências estas que se referem a amortizações de parte do saldo devedor, geralmente 10% (dez por cento), e dependendo do dispositivo de renegociação, ainda há o recálculo e repactuação dos saldos devedores, exemplos a Resolução 4.298/13 e o Decreto 8.179, que para sua adesão exige além da repactuação os recálculos dos saldos devedores sobre uma nova taxa de juros que variam de acordo com cada dispositivo.

O processo de solvência e sujeição das rendas dos camponeses a partir das renegociações de dívidas é ainda ampliado pelo recolhimento das taxas de renovação de cadastro e manutenção da operação de crédito, e do IOF, conforme verificamos na pesquisa. Desse modo, compreendemos que o capital financeiro se reproduz tanto na cobrança das taxas de juros, como nos positivos e exigências da operacionalização do crédito, o que expande seu controle sobre a vida produtiva e financeira dos assentados.

Nesse sentido, a prática do PRONAF estabelece-se como uma tática do Estado capitalista brasileiro em amortizar as tensões existentes no campo entre os agricultores com pouca, ou sem nenhuma terra, a grande exploração capitalista e o agronegócio, através do incentivo do crédito. Essa jogada política, na verdade, libera o agronegócio de algumas responsabilidades sociais, como a produção de alimentos, o deixando livremente para a exploração da terra e do trabalho, e coloca sob a responsabilidade dos pequenos produtores a produção de base alimentar.

Reconhecemos que o programa promove a reprodução camponesa, porém, de forma subordinada aos pactos estabelecidos e mantidos entre o Estado e os diversos ramos do capital, visto que toda estrutura organizacional do programa na verdade, está vertida para a acumulação e reprodução capitalista, o que não nos causa nenhuma estranheza, pois como o programa é resultado da ação de um Estado capitalista, a maioria de suas ações e direcionamentos no final é vertida à promoção do capital, e não do seu público alvo, os pequenos agricultores de base familiar.

Nesse sentido, para continuar vivendo e produzindo no campo, os direcionamentos tomados pelos camponeses assentados se baseiam em alternativas de recreação e reprodução, mesmo que subordinadas, porém desenvolvidas a partir das suas próprias dinâmicas e da racionalidade de reprodução interna. Sobre essas declarações nos dedicaremos no próximo capítulo.

4. O PROCESSO DE RECRIAÇÃO CAMPONESA: CONTRADIZENDO AS REPRESENTAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO PRONAF

Nosso esforço analítico nesse capítulo recai nas evidências da recriação camponesa, que é entendida como uma expressão do desenvolvimento contraditório do capital nos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Nesse processo, primeiramente analisaremos as contradições existentes entre as finalidades e o uso que os camponeses fazem dos recursos do PRONAF.

Em continuidade ao processo de investigação, nos concentramos em compreender a recriação camponesa a partir da pluriatividade realizada pelos camponeses no interior dos Assentamentos estudados, mediante realização das atividades agrícolas e não agrícolas, bem como investigamos o processo de recriação camponesa a partir da venda da força de trabalho. Finalizando, nos dedicamos a compreender como os camponeses assentados conseguem se recriar de maneira não tão subordinada a partir da realização da produção das feiras agroecológicas, compreendendo a recriação camponesa não apenas pela dimensão econômica, mas vinculadas às dimensões culturais, sociais e políticas.

4.1. Compreendendo o uso que fazem os camponeses dos recursos do PRONAF e seu processo de recriação

Dentro do bojo das políticas públicas destinadas à pequena produção, o PRONAF se apresenta como uma das mais importantes, dado o papel que tem o programa como uma das poucas fontes de recursos financeiros voltados à pequena produção e de incentivo à produção dos gêneros agrícolas de base alimentar.

Todavia, não podemos deixar de citar que apesar do PRONAF enquanto política de desenvolvimento da agricultura familiar, ele se conforma como um conjunto de articulações capitalistas no intuito de integrar a pequena produção ao mercado, isto é, à lógica do capital. Apesar disso, por vezes, os produtores familiares o utilizam para de alguma maneira exercitar uma resistência à lógica do capital.

Após analisado o processo de formatação, desembolso, reembolso e endividamento das operações de crédito do PRONAF, percebemos que a autonomia produtiva via mercantilização da produção, bem como o incremento na geração de renda preconizada pelo programa, não ocorre nos assentamentos pesquisados.

Em seu processo de estruturação, o programa está diretamente ligado ao processo de controle do trabalho e do território, redefinindo as estruturas econômicas e produtivas, bem como, comprometendo as estruturas sociais da unidade familiar, tendo em vista o alto nível de endividamento e o controle exercido pelo capital sobre o processo produtivo e sobre o território. A subordinação do produtor ao capital se amplia na medida em que os níveis de endividamento e inadimplência se configuram como constantes e elevados. Ver tabela 4.

Tabela 4- Condições dos assentados em relação ao crédito do PRONAF

Especificidade	Percentual
Assentados pesquisados que contraíram financiamento	100%
Assentados adimplentes	14,6%
Assentados que saldaram suas dívidas	7%
Assentados inadimplentes	76,4%
Nível de endividamento = (A-C)	93%

Fonte: Pesquisa de campo - 2014

O alto nível de endividamento (93%) revela, primeiramente, que o projeto financiado foi mal sucedido, que não logrou êxito dentro das perspectivas tanto do banco, quanto dos agricultores. Em segundo lugar, o alto nível de endividamento revela o descompasso entre as finalidades do financiamento e as necessidades da unidade familiar camponesa, que geralmente não são convergentes.

Os recursos do PRONAF, na perspectiva de negócio, devem ser alocados na esfera econômica, de acordo com as previsões, ou seja, direcionados a determinadas culturas ou tarefas que objetivem com mais facilidade a acumulação. Contudo, para o camponês não tem porque utilizar o crédito visando a acumulação em direção a um futuro incerto.

Na pesquisa, percebemos que os recursos do PRONAF em sua grande maioria são vertidos para o atendimento das necessidades de provisões, ou seja, as necessidades mais

imediatas que possam garantir a reprodução da unidade familiar. Isto é bem diferente do projeto de acumulação de capital que antes “é utilizada para reprodução de uma empresa que para reprodução de um habitar, que se utiliza antes de um esquema nos moldes de projeto do que da experiência vivida” (TOLENTINO, 2013, p. 162).

Logo, a racionalidade do empresário capitalista guarda distância da racionalidade camponesa. Estas diferentes racionalidades se traduzem em diferentes temporalidades. A temporalidade que preside o PRONAF assenta-se na previsão, “já a temporalidade dos camponeses, temporalidade na experiência vivida, se valida da previdência que não exclui um futuro, apenas nega-o enquanto abstrato” (ibidem, 161).

Desse modo, passamos a questionar como os camponeses assentados pesquisados utilizam os recursos do PRONAF? Como se dá o processo de recriação camponesa?

Na pesquisa, verificamos que as contradições existentes entre a finalidade e o uso que fazem os camponeses dos recursos do PRONAF se dão a partir das seguintes situações: a) o redirecionamento dos recursos fundamentados na lógica de sobrevivência camponesa, ou seja, das necessidades imperativas de reprodução da unidade familiar; b) o redirecionamento dos recursos para atividades mais eficientes, contrariando as orientações técnicas e a dinâmica da aplicação estabelecida no projeto, e c) os desvios dos recursos como estratégia de resistência, atrelados premeditadamente ao discurso do perdão das dívidas.

Verificamos que 31% dos assentados entrevistados informaram ter redirecionado, ou mesmo desviado os créditos originados do PRONAF. Na Tabela 5, estão expostas as proporções referentes aos principais motivos dos redirecionamentos e desvios dos recursos do PRONAF.

Tabela 5 - Sapé: Razões dos desvios dos créditos do PRONAF

Redirecionamento para as necessidades imperativas de manutenção da unidade familiar	44%
Redirecionamento para as atividades mais eficientes	34%
Desvios na perspectiva do perdão da dívida	22%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Diante do exposto, nosso esforço analítico buscou entender como o processo de recriação camponesa ocorre por meio dos recursos do PRONAF, bem como compreender qual o uso que os camponeses fazem desses recursos.

Nesse sentido, partimos do intuito de compreender como o PRONAF enquanto uma política de desenvolvimento conduz os territórios e sociedades não eficientemente produtivos do ponto de vista capitalista, a exemplo dos camponeses, que pela lógica desenvolvimentista do programa deveriam ser inseridos em um circuito mercantil que pudesse lhes conduzir ao produtivismo.

Desse modo, o vetor encontrado para essa inserção foi a capitalização dos produtores, e o estímulo à produção de culturas e empreendimentos que apresentem um melhor retorno. Entretanto, essa proposta de formatação do programa, que se dá estreitamente relacionada às intenções do processo de reprodutivo do capital, conduz consequentemente à fragilização da pequena produção.

Durante a pesquisa verificamos que o processo de formatação, bem como liberação dos recursos do PRONAF, resultam, efetivamente, na subordinação da produção, do trabalho e do território e, consequentemente, de fragilização produtiva camponesa.

Os pactos estabelecidos entre os diversos setores do capital (industrial, comercial e financeiro) se dão desde o processo de formação do crédito, continuando pela orientação técnica e nos processos de liberações dos recursos, configuram-se como estratégias de reprodução e acumulação capitalista. Desse modo, a aplicação do crédito do PRONAF orientado pela perspectiva técnica/bancária, que deviam levar a resultados positivos, acabam por conduzir a um processo de ineficiência produtiva, verificado nos pífios resultados da produção, que em sua maioria são destinados quase que exclusivamente a manutenção da unidade familiar.

Essa contradição está relacionada à diferenciação da racionalidade economicista do programa com o estado das necessidades de reprodução da unidade familiar. Contudo, tomando por base os resultados da pesquisa, verificamos que os camponeses que conseguem ter uma maior eficiência produtiva, são os que subvertem a lógica da aplicação dos créditos, redirecionando-os as suas necessidades mais imperativas e que trazem um melhor resultado. Desse modo, conseguem suavizar o processo de subordinação e controle exercido pelo capital.

Cabe aqui, fazermos uma diferenciação entre a utilização dos recursos, no que se referem aos desvios e aos redirecionamentos dos créditos do PRONAF. Estamos

considerando nesse trabalho desvios do crédito, a utilização dos recursos que são vertidos para outras finalidades diferentes das atividades rurais, ou das atividades habituais desenvolvidas pelos Assentados. Já os redirecionamentos não subvertem totalmente a finalidade, visto que são utilizados para o fim a que se destina o financiamento, ou seja, continuam sendo alocados para atividades agropecuárias, apenas alteram o objeto das inversões financiadas.

Para o banco, quaisquer que sejam as mudanças realizadas no projeto financiamento são consideradas desvios de crédito e, por consequência, são compreendidas como responsáveis pelos respectivos insucessos dos projetos financiados.

Contudo, verificamos que as mudanças efetuadas pelos camponeses no tocante aos usos dos recursos do PRONAF quando aplicados em atividades produtivas, conduzem a uma produção mais eficiente. Temos o exemplo do agricultor José Eduardo do Assentamento Boa Vista que direcionou os recursos do programa para a aquisição de uma bomba sapo de submersão e demais equipamentos para irrigar as lavouras de sequeiro cultivadas em seu lote. Conforme depoimento do mesmo, “passou a produzir o ano inteiro, sem ficar esperando o inverno” e com isso está conseguindo efetuar o pagamento das operações após renegociação. Ver Foto 3.



Foto 3- Equipamentos de irrigação adquirido com recursos redirecionados do PRONAF

Fonte: Rômulo Panta- 2014

Nesse sentido, as diferenças existentes entre a finalidade e a utilização dos recursos do PRONAF pelos camponeses, colocam em discussão a diferenciação existente entre o produtivismo proposto pelo Estado e a recriação camponesa dada a partir da lógica da utilização e eficiência.

Desse modo, o PRONAF é captado pelos camponeses e, mais do que isso, de uma maneira ou de outra é subvertido e acaba funcionando para prover as necessidades da unidade familiar (em que o imperativo é dado pela família), diferentemente das representações da profissionalização do campesinato, como o PRONAF busca incentivar.

A compreensão referente à lógica de previsão e previdência apresentadas aqui se dão a partir de Tolentino (2013). O autor procura a partir das diferenciações entre a lógica produtivista do PRONAF e a lógica camponesa, compreender como se dá a racionalidade na utilização dos recursos do programa pelos camponeses.

Apesar de todo o discurso utilizado pelo banco quanto ao atendimento literal da aplicação dos recursos nas atividades financiadas pelo PRONAF, os camponeses assentados tomadores dos financiamentos, quando redirecionam o dinheiro, fazem de modo a reafirmar as atividades que já existiam que fazem parte do seu *habitus*, do seu lugar, daquilo que é prática e não conforme um projeto de representação empresarial. Tal prática conduz a um processo produtivo mais eficiente, do próprio ponto de vista capitalista. O depoimento do assentado José Fernandes da Silva (Assentamento Boa Vista) ilustra essa percepção:

Comecei a fazer tudo do jeito que o banco queria. (...) As vacas saíram por novecentos, se a gente ficasse com o dinheiro comprava a trezentos, sem falar que a gente tinha que pagar o teste das vacinas das vacas, pagar a vacina da brucelose, o fornecedor tinha que ter GTA.(...) Aí eu pensei, vou comprar as vacas da região mesmo, comprei nelore mesmo que eu tô acostumado a trabalhar. (...) Botei pra produzir e paguei.

Nesse sentido, o PRONAF é utilizado como uma importante forma de recriação camponesa, mesmo que de maneira subordinada, chegando muitas vezes a ser a “única forma de acessar um determinado montante de dinheiro, de maneira que suas necessidades, que são antes de um habitar que as de uma empresa, ganham primazia sobre o PRONAF enquanto política de desenvolvimento” (TOLENTINO, 2013, p. 202).

Essa diferenciação quanto à utilização dos recursos do PRONAF, tanto é compreendido como um processo de recriação segundo a lógica camponesa, como é compreendido como um processo de contravenção segundo a normatização do agente de crédito.

No que se refere aos desvios dos recursos, estes se dão de maneira oculta, ou seja, não ocorre de maneira a confrontarem as determinações do banco, visto que quando descobertos, o agente de crédito, com base na legislação do CMN (Conselho Monetário Nacional), pode interpelar as operações de crédito, demonstrando o elevado nível de controle que o capital financeiro tem sobre as relações de produção estabelecidas no território.

Nesse sentido, quando os camponeses redirecionam os recursos para atividades que já existiam, ou desviam para outra finalidade, o fazem tacitamente e de forma individual, pois assim obtém melhores resultados quanto às suas aspirações, caracterizando como processos de pequenas resistências. Sobre as resistências de pequena escala Scott (2002) comenta que elas ocorrem geralmente, sem organização formal e sem lideranças, ocorre a partir da ação calada dos camponeses pobres frente às indignidades sofridas, e possuem consequências igualmente importantes para extração da dominação, impondo limites aos poderosos e frustrando muitas das suas ambições.

Scott (2002) compreende que as resistências cotidianas têm um papel importante, especialmente em relação aos aspectos de qualquer sistema de dominação e exploração que controlam as relações sociais. Elas subvertem a lógica dominante, sem necessariamente controlá-la. Podemos perceber a dinâmica dessa resistência no depoimento do Assentado João Barbosa de Melo do Assentamento Rainha dos Anjos:

Eu recebi o dinheiro e comprei uma moto. Como eu aqui, nesse lugar, posso levar o que a gente planta para algum lugar sem transporte? O que a gente consegue produzir é muito pouco (...). Ninguém quer vir aqui para pegar uma produção pequena. A gente tem se virar. (...) Eu tinha que comprar um transporte, que me serve até pra outras coisas né. Pra transporte e para um lazer, que a gente não tinha (...). E a moto nunca podia entrar no PRONAF. Aí quando os técnicos chegaram, eu já tinha comprado, e pronto. Mas eu disse a eles que ia pagar tudo certinho.

Para Mosma (2000, p. 6-7), nesse tipo de resistência, os “subalternos dirigem seu comportamento estrategicamente para encaixar nas expectativas dos poderosos, para não expô-lo ao desafio aberto”, que os pode sufocar. Nesse sentido, a estratégia de evitar o combate direto, pode parecer franqueza, contudo não o é. A resistência cotidiana se constitui como um instrumento estruturante, visto que os resultados alcançados, mesmo que distantes ou parcelados são conseguidos e favorecem a reprodução do *habitus* camponês e do lugar. Abaixo temos a fotografia da motocicleta adquirida com desvios dos recursos do PRONAF. Ver Foto 4.



Foto 4- Motocicleta adquirida com desvios dos recursos do PRONAF
Fonte: Rômulo Panta- 2015

Por esse ângulo, percebemos que os camponeses assentados que não utilizam os recursos do PRONAF para o objeto do financiamento, que pelas previsões do programa traria retorno ao banco, assim o fazem para viabilizar as atividades que julgam serem suas necessidades naquele momento. Nesse sentido, Tolentino afirma:

(...) por vezes são necessidades urgentes, outras vezes necessidades não tão urgentes (em grande parte imputadas por uma sociedade de consumo). Assumem temporalidades que se ligam de maneira imediata ao presente, ao momento, ao habitar. (TOLENTINO, 2013, p. 204).

Assim, os camponeses assentados ao desviarem o crédito para as necessidades não econômicas, mas a outras esferas da vida, reafirmam e sustentam todo um modo de vida e

não de uma empresa ou de uma profissão. Reafirmam a vida cotidiana que é pautada em um habitar e não somente no prisma econômico.

Assim, compreendemos que os desvios, seguem a lógica do momento, da urgência, das necessidades que medidas pela falta ou pela vontade de ter, de possuir, ou mesmo, por experiência do erro, ou pela vontade de dar certo. Os desvios se manifestam como a “vontade assegurada do *habitus* camponês, ou nas imputações da sociedade de consumo, ou até mesmo pela dialética estabelecida entre estas duas influências” (TOLENTINO, 2013, p.205).

Contudo, não vamos ser ingênuos, no que se referem aos desvios dos recursos que fazem os camponeses assentados. Pois, esses desvios ocorrem tanto no intuito de adquirir bens de consumo, caracterizando-se como uma subversão explícita e consciente, ou seja, onde a lógica das necessidades se impõe à lógica econômica, bem como ocorrem, de forma premeditada na expectativa do perdão da dívida. Já a subversão contida nos desvios caracteriza-se como estratégias de recriação frente às contradições e ao controle dos territórios e do trabalho propostos pelo Estado a partir das políticas e programas.

Desse modo, compreendemos que quando os camponeses desviam, ou redirecionam o crédito, a lógica das necessidades, urgentes, ou não tão urgentes, bem como para as atividades que lhes garantam uma melhor eficiência produtiva atuam como uma subversão ao PRONAF, um contradição às representações hegemônicas difundidas pelo discurso dominante e “traídas” pelos camponeses.

Nos próximos tópicos, nos dedicaremos a analisar os processos de recriação dos camponeses assentados a partir das estratégias próprias do *habitus* camponês, a exemplo da pluriatividade, da mobilidade do trabalho e da agroecologia.

4.2. O processo de recriação camponesa nos assentamentos

O avanço do desenvolvimento capitalista no campo tem por objetivo primordial produzir e reproduzir relações especificamente capitalistas, como forma de proletarizar os camponeses e deles absorver mais trabalho. Todavia, contraditoriamente, o capitalismo avança produzindo, também, relações não capitalistas de produção, a exemplo das relações camponesas de base familiar.

Dentre os estudiosos que se dedicam à compreensão dessa dinâmica, destacamos expoentes como Rosa Luxemburgo no contexto internacional, e importantes pesquisadores brasileiros como José de Sousa Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Martins traz o enfoque de que o capitalismo não transforma necessariamente todas as relações sociais em relações capitalistas de produção, isto é, não irá transformar todos os camponeses em trabalhadores assalariados. Para ele, o capitalismo, contraditoriamente, deve preservar as relações não capitalistas, para delas se utilizar a fim de atender suas necessidades de acumulação. Ele é, portanto, em si “contraditório e desigual”. Isso significa dizer que “para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aspectos aparentemente contraditórios” (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Dessa forma, para que o capitalismo se desenvolva é necessário que ele alimente relações sociais não capitalistas, pois o capitalismo necessita para seu desenvolvimento preservar estruturas não necessariamente capitalistas. Logo,

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a distância, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista (OLIVEIRA, apud ALMEIDA, 2003, p. 75).

Desse modo, cabe aqui colocar que existem dois processos contraditórios que ocorrem no campo brasileiro, isto é, ao mesmo tempo em que aumenta o agronegócio, e, logo a “proletarização e as formas de dominação do campesinato, também, do outro lado, aumentam-se as relações camponesas de produção, por exemplo, a parceria e o trabalho familiar camponês” (OLIVEIRA, 2002, p. 46). Nesse caso, não ocorre a separação do trabalhador dos seus meios de produção, ele continua dono do produto de seu trabalho, porém o capital consegue a partir das suas estratégia de “manutenção para dominação”, se apropriar de parte desse trabalho sem precisar investir “em contratação de mão de obra, não se preocupando com gastos de salários e de direitos trabalhistas, economizando e favorecendo a obtenção de mais lucros” (CAMACHO, 2011, p. 28).

Esse processo da sujeição camponesa também ocorre a partir do crédito tomado por empréstimo, como no caso analisado, onde o capital financeiro, além de direcionar, decidir e controlar a produção e o território, subtrai a renda da terra e a renda trabalho a favor da acumulação capitalista nas diversas esferas do capital sejam elas industrial, comercial ou financeiro.

Sobre isso Martins (1981, p. 175), comenta:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade a terra e nela trabalha sem recurso do trabalhado assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital.

Por este prisma, para que se realize a acumulação capitalista é necessário haver o diálogo com as relações não capitalistas, e assim completar o ciclo produtivo do capital. Esse processo é compreendido por Rosa Luxemburgo (1985), em sua obra *A Acumulação do Capital*, a partir dos estudos sobre os “espaços vazios do capitalismo”.

Nessa obra, a autora expõe que o funcionamento do processo de reprodução social do capital, ou seja, “a mais valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzem pelo modo capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 241).

Nesse contexto, para que aconteça a reprodução continua do capital, o próprio sistema se utiliza de estratégias reprodutivas. Nesse sentido, é necessários a utilização progressiva de reservas não capitalistas que abastecerão por tempo definido o próprio mecanismo de reprodução do capital no seu processo de acumulação.

Desse modo, é fundamental para a acumulação capitalista a necessária utilização de relações não capitalistas de produção, inclusive a camponesa, para a realização da mais valia e, consecutivamente, da acumulação. Assim, a coexistência entre as sociedades capitalistas e não capitalistas é o elemento responsável tanto pelo funcionamento capitalista como pelo processo de recriação das sociedades não capitalistas, desde que nesse processo de recriação ocorra primeiramente a acumulação do capital, caracterizando-se assim em um processo de recriação camponesa subordinada ao capital.

Diante do exposto, procuramos compreender o processo de recriação das famílias estudadas a partir das análises das atividades desempenhadas em seus lotes e articuladas ao processo reprodutivo do capital. Com base na pesquisa, podemos caracterizar as atividades camponesas de recriação como monoativas, que só se ocupam com as atividades ligadas à agricultura, e as pluriativas que são as famílias que se ocupam com outras atividades combinadas às atividades agrícolas como estratégia de reprodução material da unidade familiar a partir do incremento nos rendimentos proporcionados pelo desenvolvimento das atividades paralelas.

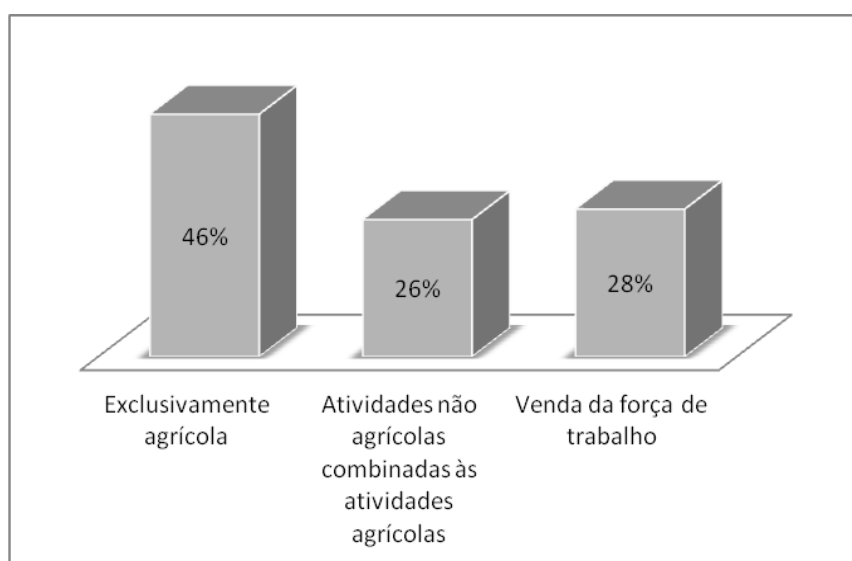
Nos trabalhos de Kautsky (1986) e Chaynov (1981) já aparecem as primeiras referências ao “trabalho rural acessório” a “outras atividades não agrícolas”, entendidas por eles como formas complementares de obtenção de renda que ajuda na recriação familiar e aqui tipificadas no contexto da pluriatividade.

Para Lustosa (2012, p. 60), a pluriatividade não pode ser entendida estritamente como uma mudança na forma e na diversificação do trabalho, mas como uma necessidade do sistema em difundir ideários que justifiquem a recriação de novas formas sociais do trabalho.

Para Schneider et al. (2006, p. 2):

(...) a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas.

O autor compreende que a ocupação das famílias do campo em atividades pluriativas, não implica necessariamente no abandono ou na fragilização das atividades agrícolas. Podemos afirmar que mesmo para as famílias pluriativas, a renda proveniente da atividade agrícola constitui-se como um fator essencial para a sua manutenção, como podemos ver Gráfico 2, referente à composição dos rendimentos:

Gráfico 2 – Sapé: Composição dos rendimentos das famílias camponesas

Fonte: Pesquisa de campo- 2014
Elaboração: Rômulo Panta

Os dados da pesquisa demonstram que, apesar das famílias pluriativas terem seus rendimentos totais significativamente determinados pelas rendas não agrícolas, bem como pela venda da força de trabalho, isso não significa o abandono das atividades agrícolas.

Assim, a noção de pluriatividade tem sido usada por diversos pesquisadores no âmbito das ciências sociais para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. Fuller (1990), um dos estudiosos pioneiros sobre o tema, afirma que a noção de pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é locado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural.

Em Schneider et al. (2006, p. 6):

(...) a pluriatividade serve, ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor plurifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição a preservação ambiental e a própria dinamização do espaço rural.

Chayanov (1981) ao afirmar que o recurso às atividades não agrícolas constituía em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar; faz-nos entender que a pluriatividade é compreendida como um processo que remete a um conjunto de estratégias

do campesinato para amenizar os impactos das mudanças no mundo do trabalho. Ou seja, a pluriatividade se apresenta como o veículo que busca novas oportunidades de trabalho para atender as necessidades da unidade familiar. Ela, a pluriatividade, também pode ocorrer de forma combinada entre as atividades agrícolas e não agrícolas, desde que os rendimentos conseguidos a partir das duas atividades sejam vertidos para a manutenção da unidade rural produtiva de base familiar. Assim, as atividades não agrícolas são relacionadas às alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho (SCHNEIDER, 2006).

Desse modo, a pluriatividade é entendida a partir dos processos de reestruturação capitalista e mudança social nos espaços rurais. Segundo Etxezarreta et al. (1995), atualmente a agricultura familiar representa uma forma estável de organização social nos espaços rurais e a pluriatividade apresenta-se como uma das suas estratégias permanentes, proporcionando versatilidade e flexibilidade que tornam possível a manutenção da própria agricultura familiar e a acumulação capitalista. Nos assentamentos pesquisados, também podem ser encontradas essas atividades. Na Foto 5, vê-se uma mercearia que tanto serve para complementação da renda familiar, como canal de distribuição da produção de mercadorias, geradas no setor capitalista (Ver Foto 5)



Foto 5: Pequena mercearia existente na agrovila do Assentamento Boa Vista
Fonte: Rômulo Panta- 2014

Nesse contexto, apresentamos os resultados da pesquisa, onde encontramos um grupo de mulheres no Assentamento Rainha dos Anjos, que produzem bolos a partir do

que é produzido nos seus lotes. Esses bolos são direcionados, tanto para a comercialização no próprio Assentamento, como também para vender nas feiras livres (Ver Fotos 6 e 7).



Foto 6: Assentada pertencente aos grupo de mulheres do Assentamento Rainha dos Anjos com sua produção semanal de bolos
Fonte: Rômulo Panta- 2014



Foto 7- Bolo de mandioca produzido pelas mulheres da Reforma Agrária
Fonte: Rômulo Panta- 2014

Desse modo, o reconhecimento da pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, necessariamente, pela consideração de que a mercantilização na

agricultura ocorre por meio da externalização dos processos produtivos e de inserção em mercados de trabalho não agrícolas (SCHNEIDER, 2006).

Essa nova caracterização é percebida pelo capital financeiro como uma nova redefinição nas formas de regulação econômica da sociedade no campo, de forma a incorporar novos segmentos sociais produtivos ao mercado. Ou seja, a pluritividade baseada nas atividades não agrícolas são vislumbradas pelo capital financeiro como novas oportunidades de prospecção de negócios.

Na pesquisa realizada no BNB, foi relatado pela assessora de crédito do Crediamigo que a partir do momento que as atividades não rurais foram inseridas no bojo das perspectivas do microempreendedorismo, fundamentadas no contexto da pluriatividade, sua carteira foi expandida, visto o sucesso da prospecção de novos negócios nos espaços rurais, considerados por ela lucrativos, tendo em vista o baixo nível de inadimplência.

Não podemos deixar de mencionar nesse processo a importância que também têm os programas institucionais como o PAA³² e o PNAE³³ na recriação camponesa dos assentados pesquisados. Com efeito, verificamos que 27% do público pesquisado participam desses programas. Segundo relato dos assentados, a participação nesses programas se constitui como uma importante ferramenta de recriação, tendo em vista a comercialização facilitada, e os preços negociados nela, que segundo os mesmos estão superiores aos estabelecidos no mercado não institucional. De acordo com João Balbino do Assentamento Santa Helena:

(...)se agente cumprir tudo direitinho é bom. Eu vendi para CONAB, um quilo de mandioca a um real. Tá no projeto. Onde eu pego esse preço com os atravessador, hem? Eles vem aqui bota o preço, desconta tudo. Da última vez o quilo ficou a cinquenta centavos. É trabalhar pra eles. (...).

³² Programa instituído pelo Decreto n. 7.775 de 04 de julho de 2012, visa promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos. (<http://www.planalto.gov.br>).

³³ Programa instituído pela Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009, o PNAE tem por objetivo contribuir, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). (<http://www.planalto.gov.br>).

Para Pereira da Silva et al. (2013), os referidos programas se constituem como a criação de um mercado institucional que visa a compra de produtos alimentícios de origem da agricultura familiar para formação de estoques estratégicos ou doação à população em situação de insegurança alimentar e incremento da merenda escolar. De acordo com TURPIN (2009,) a merenda escolar acabou por se tornar a maior demandante da modalidade do PAA, um programa que pode ser gerido pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

Almeida et al. (2006) defendem que políticas públicas como o PAA e o PNAE contribuem com o desenvolvimento local endógeno na medida em que promovem a reinclusão social e econômica dos agricultores familiares quando aumentam seus postos de trabalho e sua renda. Segundo o autor, os produtores que são tradicionalmente descapitalizados, que não têm acesso a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) de forma suficiente, não contam com grande infraestrutura instalada e tendem a preferir trabalhar de forma individualizada, a partir da participação nesses programas adquirem uma maior capacidade produtiva, tendo em vista o processo contínuo de comercialização direta estabelecida entre eles e as instituições compradoras.

Nesse contexto, compreendemos que a pluriatividade e a recriação via mercado institucional, como o processo “de extração de sobretrabalho camuflado no disfarce da busca de novas alternativas não agrícolas, cujas alternativas justificam os desmontes do trabalho na agricultura” (LUSTOSA, 2012, p. 63).

Para Shineider (2006), este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estão inseridos em mercados de produtos (no geral ligados à agropecuária), bens e serviços ou em outros em que a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Sobre estas perspectivas nos dedicaremos no próximo tópico.

4.2.1 O processo de recriação camponesa a partir da mobilidade do trabalho

Dentre o conjunto de estratégias de recriação camponesa a partir da pluriatividade no modo de produção capitalista no campo está a venda da força de trabalho. Encontramos esse processo nos três assentamentos pesquisados, processo este que é sucedido de forma combinado com o trabalho agrícola. Ou seja, se caracteriza como uma estratégia de complementação da renda familiar e manutenção da produção nos lotes.

O ingresso dos camponeses no mercado de trabalho assalariado em explorações agrícolas ou não, se deve às condições da estrutura da própria unidade familiar. Nos termos dessa prática, o processo de venda da força de trabalho se dá a partir de dos seguintes aspectos: a) ocorre quando o número de membros do grupo familiar supera a capacidade produtiva do lote, não tendo condições de sobreviver a partir da produção interna; b) ou quando a família é reduzida por migração ou casamento, ficando o chefe da família incapaz de conduzir o processo produtivo sozinho ou com poucos integrantes.

Segundo Chaynov (1981), a família constitui a unidade-chave para explicar o processo de tomada de decisões dos indivíduos no que se refere à produção e à alocação da força de trabalho. Assim, para se compreender o funcionamento das unidades econômicas baseadas em trabalho familiar, torna-se necessário investigar o modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção da situação de equilíbrio entre consumo e trabalho, imprescindível para garantir a reprodução social do grupo familiar.

Durante a pesquisa, verificamos que 53% dos lotes dos assentamento pesquisados possuem mais de duas famílias instaladas em um único lote³⁴. A primeira família é representada pela a unidade original cadastrada pelo INCRA e a segunda ou terceira são compostas pelos filhos ou parentes da primeira família, ou seja, os agregados, que por sua vez são desprovidos dos programas destinados aos assentados da Reforma Agrária, mesmo que materialmente representam esse contingente.

Essa situação já tinha sido por nós analisada durante a monografia de conclusão de curso de Geografia, realizada na UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) intitulada “*Uma análise sobre o processo de trabalho e moradia no Assentamento Santa Helena-Sapé-PB*” (2007). No referido trabalho, tratamos de verificar que os agregados, dado o tamanho do lote, em média 6,0 hectares, não têm condições de serem absorvidos pelas atividades agropecuárias desenvolvidas nos lotes.

Desse modo, resta para esse contingente social, a migração da força para as periferias das cidades circunvizinhas, o reingresso no processo de luta por terra e por melhores condições de vida, ou ficar nas terras sob a condição de agregados, sobrevivendo a partir da venda força de trabalho. Registramos aqui que o processo da venda da força de trabalho não é realizado exclusivamente pelos agregados, mas concomitantes pelos chefes das famílias no intuito de complementarem os rendimentos da unidade familiar, bem como,

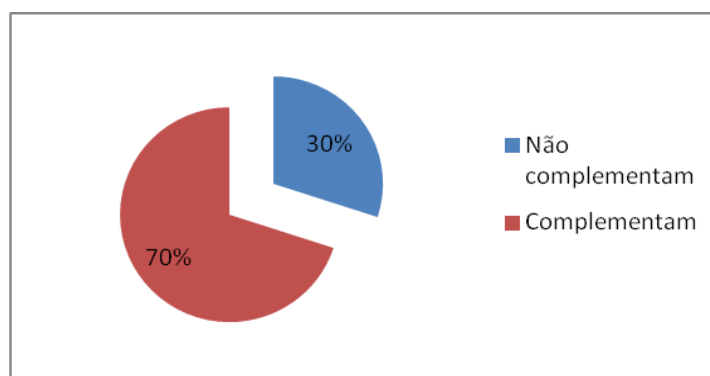
³⁴ Na pesquisa de campo encontramos um lote de 10 (dez) hectares no Assentamento Santa Helena do Assentado Arthur José de Carvalho, onde se encontrava dezesseis pessoas, distribuídas em quatro famílias, sendo uma família Assentada e as demais agregadas.

reinvestirem no processo produtivo na intenção de obterem resultados mais expressivos e eficientes, constituindo-se como um processo de recriação camponesa. Tais estratégias podem confirmadas nos depoimentos a seguir apresentados:

Eu trabalho alugado no corte da cana é pra manter a casa mesmo. Trabalho quando preciso. (...) Trabalho como cortador de cana, ganho pro produção. Corto mais ou menos oito toneladas por dia. Cada tonelada é oito reais. (...) eu corto para GEASA (...) Mas também trabalho aqui por diária de trinta e cinco, às vez quarenta. (Depoimento do Assentado Severino do Assentamento Rainha dos Anjos).

Trabalho temporário, fichado pela Japungu, no corte, pra ter mais um retorno né! Eu trabalho para conseguir viver aqui (...). Trabalho no período de seis meses, de agosto a fevereiro. (...) Trabalho em vários lugares, onde a usina leva pra cortar. Meu filho também trabalha no corte da Japungu. (Depoimento do Assentado João Barbosa de Melo do Assentamento Rainha dos Anjos).

Do total dos camponeses assentados pesquisados, 70 % complementam suas rendas a partir da venda da força de trabalho. A venda da força de trabalho é realizada em períodos contrários ao período da produção agrícola em seus lotes, ou seja, durante o período de estiagem (entre agosto e fevereiro). Esse processo já tinha sido analisado por Kautsky (1986), sobre a perspectiva do “trabalho acessório”, que se caracteriza pela venda da força de trabalho, cuja renda conseguida é vertida na manutenção da pequena unidade produtiva, nos períodos de necessidades. Ver Gráfico 3:

Gráfico 3 – Sapé: Percentual dos assentados que se assalariam temporariamente

Fonte: Pesquisa de campo
Elaboração: Rômulo Panta

A venda da força de trabalho em atividades rurais é realizada pelos assentados tanto no interior dos próprios assentamentos, quando a força de trabalho é contratada pelos próprios camponeses vizinhos, também assentados, durante o processo de produção. Nesse caso:

(...) o camponês-patrão, os demais membros da família e o camponês assalariado estão juntos trabalhando nas mesmas tarefas agrícolas, estão se materializando no mesmo processo de trabalho e se recriando ao mesmo tempo. Por isso, não devemos diferenciar a posição social entre os sujeitos que efetivamente são iguais, dado que o camponês-patrão de hoje poderá ser o camponês assalariado de amanhã (CORREIA, 2011, p. 216).

Nesses casos, a venda da força do trabalho se expressa pelas construções verbais não sendo comum o trabalho com carteira assinada. As contratações se dão em caráter temporário e geralmente ocorrem nas épocas de limpa e de colheita. Assim, a título de citação de valores concretos, mencionamos que os camponeses contratam a força de trabalho por diárias cujo valor varia de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) a R\$ 40,00 (quarenta reais), segundo o tipo de atividade agrícola desenvolvida, que pode ser no processo do plantio, da limpa ou na colheita.

Contudo, a venda da força de trabalho também é realizada fora dos assentamentos nas usinas de cana de açúcar ou nas fazendas que se localizam nas proximidades, ou mesmo nas cidades circunvizinhas em atividades não agrícolas, realizando um movimento migratório pendular. Quando o trabalhador se assalaria em usinas ou fazendas, o transporte via de regra é feito pela empresa contratante (veja Fotos 8 e 9). “Para o capitalista, a

compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar mais valor que aquele que ela própria contém” (OLIVEIRA, 1987, p. 61).



Foto 8: Transporte rural circulando no interior do Assentamento Santa Helena, para conduzir os agricultores ao trabalho na safra de cana de açúcar
Fonte : Rômulo Panta- 2014



Foto 9: Assentado chegando após o dia de trabalho na safra de cana de açúcar
Fonte: Rômulo Panta- 2014

Esse processo é compreendido por Gaudemar (1977), como o processo de mobilidade da força de trabalho. Nessa compreensão, a força de trabalho torna-se móvel, seja no aspecto espacial, temporal ou de conteúdo para atender as necessidades próprias do capitalismo. Ou seja, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, intensifica-se a necessidade da mobilidade espacial do ser humano como mão de obra, como forma de sobrevivência e para atender às necessidades do capital.

Em Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho vem em substituição ao termo migração. Para o autor a mobilidade do trabalho é compreendida:

(...) como um conceito que corresponde às formas da existência da força de trabalho como mercadoria, surge e impõe-se também a partir da análise destas formas propriamente ditas: constitui o único modo de compreender globalmente aquilo que permite, na multiplicidade de seus modos, a submissão do trabalho ao capital (GAUDEMAR, 1977, p. 341).

Nessa compreensão, o autor resgata o caráter triplo da mercadoria trabalho: valor de uso, valor de troca e inserção no mercado. Por essa perspectiva a mobilidade do trabalho tornar-se-ia condição da existência da reprodução ampliada do capital, tendo em vista a subordinação do trabalhador no que se refere à duração do trabalho, intensidade, produtividade e deslocamento espacial às exigências do capital. Nesse sentido, a “mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações de jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, 1977 p. 194).

Assim, mobilidade do trabalho se apresenta então como uma alternativa de se estudar a maneira como o capital mobiliza os indivíduos e como dispõe da sua força de trabalho para sua reprodução. Essa abordagem permite compreender que é a própria expansão do capitalismo que provoca a liberação do trabalhador em relação aos meios de produção, tornando assim uma força de trabalho livre e passível de ser vendida, comprada e explorada.

Na pesquisa, percebemos que os camponeses Assentados, tendo em vista a dissolução do processo de protagonismo produtivo ao mercado proposto pelo PRONAF, acabam encontrando nessa atividade apesar de todo o processo de subordinação ao capital, uma estratégia de recriação e permanência na terra.

4.3. A reconstrução do controle social

Nesse tópico analisaremos o processo de reconstrução do controle social da produção pelos camponeses assentados, como elemento de resistência aos ditames do capital na pequena produção agrícola. Iniciamos com a discussão sobre o campesinato na atualidade, seu processo de recriação e, posteriormente, compreenderemos como ocorre as relações de resistência e controle social da produção realizados pelos camponeses a partir da agroecologia.

Historicamente, os camponeses do Brasil, principalmente em áreas tradicionais de agricultura camponesa, são vistos como uma classe subalterna, atrasada, dependente da elite local ou regional e dos agentes políticos. “Nas formações econômicas e sociais dominadas-hegemonizadas pelo modo de produção capitalista têm predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos camponeses”. (CARVALHO, 2012, p. 1).

No bojo das transformações decorridas com o avanço do capitalismo no mundo rural, os camponeses seriam então estratos sociais atrasados, descapitalizados e dependentes e estariam, conseqüentemente, em processo de desintegração pelo capital. Essa compreensão se fundamenta na teoria clássica do marxismo ortodoxo com base em Kautsky e Lênin. Conforme visto no capítulo 1, esses autores preconizam o desaparecimento do campesinato como consequência do desenvolvimento histórico do capitalismo no campo, eles compreendem que nesse processo somente a burguesia e o proletariado seriam as únicas classes existentes no capitalismo.

Neste prisma, os camponeses deviam ser substituídos pela grande empresa capitalista no campo, “esta produtora de mercadorias em grandes extensões de terras, praticando o monocultivo, a degradação e contaminação do meio ambiente e se reproduzindo movida unicamente pelo lucro” (CARVALHO, 2012, p. 3).

Contudo, os camponeses, em todos os tempos e nos mais distintos contextos econômicos e sociais, sempre resistiram socialmente à exploração e às mais distintas formas de opressão. “Revoltas camponesas, participação relevante em revoluções de resistência social de grupos de camponeses, de famílias isoladas respondendo a violação de

seus espaços de produção e de viver e de seus saberes” sempre foram elementos constantes e diários dos seus modos de vida. (CARVALHO, 2012, p. 3).

Na atualidade, na maior parte das regiões do mundo, os camponeses têm sabido sobreviver às ações desagregadoras que são estimuladas pela concepção de mundo capitalista. Observando o caso brasileiro, podemos compreender a importância do campesinato, visto que os camponeses ainda se constituem com os principais produtores de alimentos.

Segundo dados do IBGE, em 2014, a pequena produção agrícola familiar e camponesa foi responsável por 75% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros e ocupa cerca de 74% da mão de obra existente no campo. Com destaque para o Nordeste, onde a pequena produção familiar é responsável por 82,9 % da ocupação de mão de obra no campo (www.ibge.gov.br).

Segundo Sabourin (2009, p. 42),

O Nordeste, região “problema” da modernização brasileira (Théry, 1995), reúne praticamente a metade das unidades de produção familiares e camponesas e consegue produzir 43% do PIB agrícola da região; isto, mobilizando apenas 43% da área e 27% dos financiamentos públicos. Assim, a produtividade por hectare é superior à medida nacional, mas, sobretudo, à das grandes unidades de produção da região (pecuária extensiva ou cana-de-açúcar).

Nesse sentido, compreendemos que a parte representada pelo campesinato continua tendo uma considerável importância no Brasil, sobretudo no Nordeste. “Este campesinato corresponde a um das formas particulares de agricultura que é constituída a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade”. (WANDERLEY, 1996, p. 30).

Desse modo, apesar de todo o processo de dominação territorial no campo pelo processo de desenvolvimento capitalista que se estrutura principalmente a partir da apropriação dos meios de produção e da extração do mais trabalho, ainda coexistem em pequenas frações do território os estratos sociais, por exemplo, o campesinato, que se reproduz por um prisma contrário à lógica do capital, contudo de forma subordinada.

A recriação do campesinato se constitui a partir de pequenas atitudes de resistências cotidianas, em pequenas ações que resultem em reações frente á lógica dominante do capital, mesmo que estas resistências se deem de maneira não intencional e sim a partir do próprio modo de vida.

Segundo Monsma (2000), as resistências cotidianas se dão a partir da luta constante, muitas das vezes de forma silenciosa, e se caracterizam como uma estratégia consciente de manipulação da dominação. As formas de resistência cotidiana e silenciosa, mesmo que em pequenas proporções se dão a partir da contravenção dos discursos do Estado; nos desvios e redirecionamentos dos créditos às necessidades de reprodução camponesa; no controle, mesmo que pequeno, do processo produtivo; no predomínio das relações de trabalho familiar na produção; na diversificação da produção contra a penetração das monoculturas; na negação à integração à indústria; na eliminação dos atravessadores na comercialização; na manutenção das relações de vizinhança e comradio, além de outras formas mais sutis de resistência a dominação do capital.

Estes aspectos se materializam no próprio produzir, no resgate da autonomia produtiva, na sua lógica de reprodução camponesa e principalmente nas relações de reciprocidade desenvolvidas no interior das unidades de produção familiar. Podemos perceber essa relação no depoimento do assentando José Eduardo do Assentamento Boa Vista, que comercializa sua produção via mercado institucional do PNAE :

Quando eu num tenho um produto pra levar pras escolas, aí eu me viro com amigos daqui e do Rainha dos Anjos. Sempre vejo isso com Assis (...) eles colocam no meu lugar e depois quando eles precisam, e eu tenho, eu coloco no lugar deles. Agente se ajeita entre nós pra dá certo.

Outro elemento que se caracterizou na pesquisa como um processo de resgate do controle produtivo foi à produção agroecológica desenvolvida pelos camponeses nos assentados pesquisados. Um pequeno grupo composto por 17 membros se organizam a partir da produção sob a perspectiva agroecológica para romper, mesmo que em pequena escala, os liames do capitalismo no processo produtivo, nas relações de trabalho e na comercialização.

Esse grupo de assentados faz parte de um grupo maior composto por camponeses assentados de cinco municípios diferentes, entre eles: Conde, João Pessoa, Cruz do Espírito Santo, Sapé e Mari, compondo o grupo da ECOVARZEA (Associação dos Agricultores/as Agroecológicos da Várzea Paraibana) que organizam sua produção a partir da agroecologia.

A agroecologia, além de se constituir uma forma de produção diferenciada da produção convencional, negando os agrotóxicos e os pactos estabelecidos pelo capital nos diversos setores produtivos da agricultura, ela representa a continuidade de uma práxis derivada da permanência histórica e dos saberes acumulados do homem do campo. Representa a ruptura, mesmo que de forma singela, com as estruturas de dominação do capital na produção e no modo de vida camponês. Essa ruptura proposta pela agroecologia se dá a partir do resgate do próprio *habitus* camponês, da sua lógica produtiva e reprodutiva, das relações estabelecidas com a terra, das relações de trabalho mantidas entre os grupos a partir da sociabilidade e da reciprocidade, se constituindo assim, como uma das estratégias de recriação camponesa como podemos perceber no depoimento do assentado Assis Barbosa de Melo:

Agente da ECOVARZEA, o grupo de agricultores, deposita cinco por cento de cada apurado nas feiras pra pagar o transporte, pra pagar algum prejuízo de algum companheiro, para realizar as reunião, que é de dois em dois meses. (...) Olhe tem um agricultor de Dona Helena, lá em Espírito Santo, que teve AVC, aí a turma toda se junta toda vez, e dá mais um bocado em cima dos cinco por cento (...), já faz mais de ano, que ele é sustentado por essa contribuição. Uns ajuda os outro.

A reciprocidade foi compreendida por Karl Polanyi (1994), como uma categoria econômica diferente da troca e associada à redistribuição. Para o autor a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos de parentesco ordenada de forma simétrica. Desse modo a reciprocidade é considerada como “o redobramento de uma ação ou prestação, tanto do ponto de vista material (econômico) quanto simbólico e social” (SABOURIN, 2009, p. 57).

Segundo Guzmán e Molina (2005), a agroecologia a partir de suas práticas e relacionamentos como a reciprocidade entre os homens, e entre os meios naturais, se

constitui como possibilidade de confronto às hipóteses do desaparecimento do campesinato, dada a capacidade de recriação autônoma que ela se propõe construir.

Para os autores, a agroecologia:

(...) não somente subsiste, modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformação do sistema, mas também subsistem igualmente as vantagens econômicas perante as grandes empresas agrárias (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 70).

Em Palerm (apud Guzmán e Molina, 2005), a agroecologia representa o futuro da organização da produção agrícola. É uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Visto que “em contraste com os mais modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implementar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais” (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 72).

Na perspectiva agroecológica, o campesinato constitui-se como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução. Nesse prisma, mente, corpo, suor e esperanças se entrelaçam para produzir não só alimentos, mas sim vidas. (ver Foto 10).



Foto 10: Produção agroecologia – Assentamento Rainha dos Anjos

Fonte: Rômulo Panta- 2015

Na produção agroecológica, há a ruptura com o modo operante da agricultura convencional no que se refere ao uso eficiente dos recursos naturais. Ela nega por sua vez o processo de dependência ao uso dos agrotóxicos, herbicidas, fungicidas, tão incentivados pelos programas e políticas de Estado, a exemplo do PRONAF. Dados os acordos estabelecidos entre os diversos ramos do capital, a opção pela agroecologia redimensiona também as relações de trabalho e o controle da produção e do território. Assim, os camponeses fazem uso de técnicas milenares, adaptáveis especificamente e eficazmente a cada tipo de culturas e regiões, que guardam não só suas memórias, mas suas formas de vida e resistência diferenciadas. Isso contraria a lógica capitalista, tendo em vista que a racionalidade campesina nesse processo é mediada não só pelo consumo e necessidade, mas também pela responsabilidade em produzir de maneira racionalmente equilibrada. Por este prisma a quantidade produzida não é o objeto que presidirá a realização, mas sim a qualidade dos produtos e a redução dos custos, já que suas estratégias partem do próprio *habitus* camponeses. (ver Foto 11).



Foto 11: Preparo da terra pelo arado de tração animal

Fonte: Rômulo Panta

Uma das estratégias de reprodução a partir da produção agroecológica, realizadas pelos camponeses assentados da ECOVARZEA, se constitui mediante realização da comercialização direta dos produtos. Esse processo ocorre a partir da realização e organização das feiras agroecológicas. As feiras são realizadas semanalmente em três lugares distintos, uma ocorre no bairro do Bessa em João Pessoa, as outras ocorrem no campus da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), e na Praça da Matriz do município de Sapé todas as sextas-feiras (ver Fotos 12 e 13):



Foto 12: Feira agroecológica da ECOVARZEA realizada na praça da Matriz em Sapé

Fonte: Rômulo Panta- 2015



Foto 13: Momento da comercialização realizada diretamente entre o produtor e a consumidora

Fonte: Rômulo Panta- 2015

No processo de comercialização, a negociação dos preços se dá de maneira direta entre os camponeses assentados(produtores) e os consumidores, eliminando assim a figura do atravessador. Registramos também que nesse processo o transporte das mercadorias é realizado em regime de colaboração entre os membros da própria ECOVARZEA.

Nesse sentido, a realização da comercialização direta, bem como o rateio dos custos de transporte, as relações de reciprocidade, resultam no processo de facilitação da recriação camponesa e consequentemente na elevação considerável dos rendimentos tendo vista não mais ocorrer subtração da renda pelo capital comercial, ou industrial quando os produtos são vertidos para a indústria. Ver depoimento do assentado José Eduardo- Assentamento Boa Vista:

Eu vendo tudo que trago. E vendo melhor né, do que se eu fosse vender pra os atravessador. (...) O transporte é dividido pela a gente da associação(...). O dinheiro dos produtos quando a gente vende aqui vem todo pra a gente (...), a gente paga os cinco por cento do fundo da feira e o resto é meu. Dá um rendimento bom.

Desse modo, caracterizamos o processo de produção agroecológica, bem como a realização da comercialização direta a partir das feiras como um processo de recriação não tão subordinada ao capital. Nesse processo, os camponeses encontram estratégias de superação das dificuldades e de amenização das explorações sofridas a partir da condução das próprias práticas de convivência, que corresponde a uma das formas particulares de uma agricultura que resgata o processo histórico de produção camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, baseado nas reflexões acerca do processo de monopolização do território pelo capital financeiro, permite-nos algumas considerações. Nessa pesquisa, objetivamos a compreensão da ação territorial do PRONAF e as contradições existentes no processo de formação e aplicação dos recursos, que trazem tanto resultados positivos, quanto implicações, no que tange aos processos de subordinação e endividamento dos camponeses assentados.

Cabe ressaltarmos, não é nossa intenção fomentarmos um discurso opositivo sobre o PRONAF, visto que o programa é uma das poucas políticas de crédito direcionadas aos camponeses assentados. Entretanto, devemos ter a responsabilidade de colocarmos nesse estudo algumas contradições existentes no seu processo de formação e execução, pois devemos isso aos camponeses assentados.

Sobre o processo de monopolização do território pelo capital, verificamos que o mesmo decorre inicialmente a partir da subordinação da produção ao capital comercial por meio da figura do atravessador, e do lastro do capital industrial a partir da penetração do cultivo das monoculturas da cana de açúcar, e em menor proporção do abacaxi realizadas nas parcelas dos assentamentos.

Contudo, na pesquisa verificamos que o processo de monopolização territorial nos assentamentos também ocorre concomitantemente ao capital financeiro, a partir da implementação do PRONAF. Nesse sentido, o capital se apropria da fragilidade estrutural dos assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, para subordina-los aos interesses e à lógica de dominação capitalista via concessão de crédito.

Desse modo, o PRONAF a partir dos seus condicionantes técnicos projeta os camponeses em um plano econômico, no qual a recriação se dá mediada pelo atendimento de suas propostas de capitalização, mercantilização e dependência, que muitas vezes são contrárias às reais necessidades e habilidades dos assentados.

Na pesquisa, verificamos que somente 15% dos assentados tiveram atividades produtivas financiadas conforme suas necessidades e interesses. Em contrapartida, 60% das operações de crédito de investimento financiadas pelo programa são dirigidas em observâncias às decisões técnicas e do agente financeiro. Assim, as atividades financiadas são direcionadas a culturas e empreendimentos que apresentem um melhor retorno na

perspectiva de mercado e consequentemente conduzam ao processo de acumulação capitalista.

Nesse sentido, as diretrizes do PRONAF visam, mediante a promoção do desenvolvimento rural, aumentar a capacidade produtiva do trabalho agrícola e abertura de novas oportunidades de emprego. Contudo, a pesquisa permitiu-nos verificar que a sustentação desse desenvolvimento ocorre de forma subordinada às estratégias de reprodução capitalista.

Nesse processo, o programa se consolida atrelado às diversas esferas do capital, sejam elas industrial, comercial ou financeiro. A subordinação ocorre desde o período de composição da proposta de crédito de financiamento, sendo ampliada no momento das liberações.

Durante a pesquisa, verificamos que no processo de desembolso além dos descontos para recolhimento das tarifas administrativas, os recursos são sorvidos pelos arranjos estabelecidos nas inversões técnicas, entre o capital financeiro e o capital industrial. Nesse processo, as liberações dos recursos são condicionadas ao cumprimento das exigências técnicas no que se refere à aplicação dos defensivos agrícolas e agrotóxicos, bem como na aquisição de sementes aos grandes oligopólios internacionais do setor agrícola. Essas inversões são explicitadas no próprio projeto de crédito, e se constitui como um mecanismo de transferência de recursos, que se dão a partir das exigências formais constantes no próprio financiamento, que incorporadas ao saldo devedor e posteriormente pagas pelos camponeses.

Assim, os recursos do PRONAF são vertidos em um conjunto de esquemas de mercado mediados pelo capital financeiro. Logo, o que plantar, onde plantar, quando plantar ou em que investir estão determinados por um projeto de “viabilidade” técnica de mercado que tem no crédito, o mecanismo condutor para a redefinição da produção e do território, o que dilui a proposta do protagonismo da agricultora camponesa de base familiar, bem como o aumento do rendimento agrícola.

Desse modo, o Estado, por meio da gestão de suas políticas públicas, se utiliza do discurso baseado em uma compreensão de que o campesinato só poderá se recriar a partir de um estreito relacionamento como o mercado capitalista, transformando-o em empresário, desconsiderando assim seu *habitus*, que é produzido a partir de uma dialética gestada no interior do próprio capitalismo.

Nesse sentido, o PRONAF é compreendido como uma das estratégias de reprodução do capital que se estrutura a partir do controle da produção e do trabalho. Essa perspectiva guarda distância com a racionalidade camponesa, onde a produção e o trabalho são pautados pela necessidade de consumo e reprodução material do grupo familiar.

Nesse contexto, a concepção do homem *economicus*, ignora a perspectiva de que os camponeses não dirigem empresas e sim reproduzem um habitar, que se não é estático é histórico, constituindo-se a partir de um *habitus*. Desse modo, a racionalidade camponesa e a racionalidade capitalista, incentivada pelo Estado, defrontam-se no próprio habitar dos camponeses e nas formas de reprodução capitalista.

Conforme verificado na pesquisa, essa contradição de racionalidades e perspectivas de produção representam 40% dos casos de insucesso no empreendimento financiado, o que consequentemente induz a um elevado nível de endividamento na proporção de 93%.

Os camponeses apontam como causas do endividamento as sucessivas perdas decorridas das atividades financiadas com recursos do PRONAF por consequência da falta de habilidade e pela contradição da racionalidade mercadológica face às necessidades dos agricultores e, ainda, pelos baixos preços conseguidos na comercialização, e em pelas limitações das condições edafoclimáticas, respectivamente.

Na pesquisa de campo, verificamos que dada a realidade contraditória na qual estão envolvidos os camponeses assentados que fizeram uso dos recursos do PRONAF, 76,4% encontram-se em situação de inadimplência. Percentual esse bastante significativo, e que pode nos revelar a ineficiência do programa no que se refere a sua perspectiva produtivista.

Nesse sentido, a produção fomentada pelo programa se dá diretamente ligada ao processo de controle do trabalho e do território. A partir das ações do PRONAF, as estruturas econômicas e produtivas redefinidas afetam não só as estruturas econômicas da unidade familiar, mas, também, as estruturas sociais, visto o alto nível de endividamento, representa uma das formas de controle exercido pelo capital sobre o processo produtivo e sobre o território.

No que se refere aos camponeses que estão adimplentes, podemos conferir nos resultados da pesquisa que esse grupo é representado por 14,6% dos assentados

entrevistados. O que não significa dizer que apresentam capacidade de pagamento adquirida a partir dos empreendimentos financiados com recursos do PRONAF.

Os camponeses que saldaram suas dívidas, em sua maioria, o fizeram a partir de um conjunto de estratégias no interior do seu próprio cotidiano que possibilitam seu processo de recriação e pagamento dos financiamentos. Colocamos nesse contexto, algumas das situações pelas quais os camponeses estão conseguindo saldar suas dívidas: a) quando redirecionam os recursos do PRONAF a atividades mais eficientes do ponto de vista produtivo, ou das habilidades adquiridas, na intenção de gerar um excedente que possa ser vertido para o banco na forma de reembolso; b) quando contraem empréstimos consignados as suas aposentadorias e saldaram as dívidas e c) quando relocalizam as outras formas de renda, a exemplo a renda da venda de sua força de trabalho para cumprir com os compromissos com o banco.

Nessas perspectivas, o capital financeiro pela sua lógica e condução de sua própria valorização, tanto exerce o monopólio sobre a produção e sobre o território, como se apropria da renda trabalho e da renda da terra gerada pelos camponeses no seu processo de reprodução.

Nesse sentido, o PRONAF torna-se um dos mecanismos de acumulação do capital. Compreendemos essa afirmativa a partir da seguinte reflexão: No momento que camponeses assentados conquistaram a terra como um meio de produção, para nela produzir conforme sua lógica, confrontam-se com os interesses da classe dominante. Nesse sentido o próprio Estado cria dispositivos estratégicos para a reprodução do capitalismo, capitaneadas pelo crédito.

Desse modo, a implantação do PRONAF nos territórios se instrumentaliza como veículo de expansão do capital, tendo em vista que a continuidade do processo de acumulação capitalista, além da extração da mais valia do trabalho assalariado, necessita, também, de subordinar os territórios de produção e reprodução não capitalista, incluindo os territórios camponeses.

Nesse contexto, as relações capitalistas não se estabelecem de forma homogênea no tempo e no espaço. Ou seja, na medida em que o capital expropria o camponês em determinados lugares, contraditoriamente, a partir dos assentamentos ele cria condições para sua recriação, mas garantindo que haja a subjugação da renda da terra ao capital.

Por esse prisma, e com base na pesquisa, que compreendemos os processos de reprodução camponesa nos assentados. Nessas frações do território, a reprodução

camponesa se dá tanto de maneira subordinada ao capital, quanto de maneira não tão subordinada à lógica dominante.

O processo de reprodução camponesa preconizado pelo PRONAF, conforme já verificamos na pesquisa se dá de maneira a inserir os camponeses em um mercado, onde os pactos existentes entre o capital financeiro e os diversos ramos do capital sejam eles comercial ou industrial, mais fragiliza e compromete do que garante sua reprodução.

Nesse contexto, dentre o conjunto de estratégias de reprodução camponesa, não podemos deixar de colocar a importância que tem a venda da força de trabalho no processo de recriação camponesa, que ocorre de forma expressiva nos três assentamentos pesquisados.

Do total das sessenta e oito famílias pesquisadas, 70% complementam seus rendimentos com a venda da força de trabalho em atividades realizadas tanto no interior dos próprios assentamentos, quanto nas fazendas e usinas circunvinhas, em diversas atividades que vão desde o trabalho fichado/formal realizado nas usinas na época do corte da cana de açúcar, quanto em atividades alugadas na condição de diarista no campo e na cidade.

Os dados levantados mostram que a venda da força de trabalho se dá eminentemente em períodos de estiagem, de agosto a fevereiro, ou seja, quando a unidade de produção familiar tem seu processo produtivo reduzido dado a falta de chuvas, visto que a maioria dos assentados pesquisados (95%), não dispõe de equipamento de irrigação. Contudo, o processo da venda da força de trabalho guarda características peculiares quanto sua importância no processo de reprodução camponesa.

Primeiramente colocamos que a venda da força de trabalho, e seu processo de mobilidade, apesar de subordinada aos interesses capitalistas, são desempenhadas no sentido de contribuir para a recriação do grupo familiar na terra, tendo em vista que os rendimentos recebidos pela venda da força de trabalho são vertidos tanto para o incremento do consumo interno, quanto na incorporação do processo de produção camponesa. Dessa maneira, caracteriza-se como um processo de manutenção e reprodução do próprio campesinato, mesmo que subordinado.

Em continuidade aos processos de recriação e reprodução, verificamos na pesquisa que os próprios camponeses, lançam mão de outras estratégias não tão subordinadas ao controle capitalistas, aqui personificadas nas resistências cotidianas a partir dos desvios dos créditos, e na agroecologia.

Referente aos desvios do crédito do PRONAF, esses ocorrem de forma a redirecionar os recursos às atividades e culturas que no cotidiano camponês apresentam maior autonomia e proximidade com o atendimento de suas necessidades, ou que representem uma melhor eficiência produtiva.

Apesar de ser considerado pelo agente de crédito um desvio, uma infração à lógica do mercado financeiro, a relocação dos recursos em atividades do habitário, e das necessidades dos camponeses assentados, apresentam um melhor resultado do ponto de vista produtivo.

Referente à produção agroecológica, verificamos que os camponeses exercem um maior controle sobre o processo produtivo, social e sobre o território, contradizendo o modo operante da agricultura convencional e fazendo uso mais eficiente dos recursos naturais. A produção agroecológica recusa por sua vez o processo de dependência ao uso dos agrotóxicos, herbicidas, fungicidas, tão incentivados pelos programas e políticas de Estado, a exemplo do PRONAF.

Na agroecologia, tanto o trabalho é redimensionado, quanto o controle territorial. Temos como exemplo as feiras agroecológicas, que são realizadas por grupo composto por 17 assentados que produzem sob essa perspectiva. A partir da organização das feiras, os assentados conseguem sair do julgo do atravessador, pois sua produção é diretamente levada ao consumidor.

Outro aspecto refere-se às relações de reciprocidade existente entre os membros do grupo que se recriam a partir da agroecologia. A partir das relações de reciprocidade, os camponeses colaboram com fundo de reserva, onde juntos assumem possíveis prejuízos e fatalidades sofridas pelos camponeses integrantes da ECOVARZEA.

Nessa perspectiva, as relações de reciprocidade se constituem como um processo de recondução societária que se coloca a partir dos reais problemas do povo, não procurando se esquematizar a partir da vida econômica, mas reconduzindo a vida social pautada na solidariedade do grupo.

Desse modo, compreendemos que não há fronteiras uniformes segregando-as, mas frações do território em que imperam as relações tipicamente capitalistas, lado a lado com aquelas sob o controle camponês. Ou seja, os assentamentos nesse sentido, são compreendidos como um mosaico, em que ambas as formas de produzir e se reproduzir no campo se sucedem consecutivamente.

Diante do exposto e tomando como base os resultados da pesquisa foi possível aferir que a dialética existente no processo de produção, incentivada pelo PRONAF, bem como os usos que fazem os camponeses desses recursos, tanto suscitam o incremento no processo de reprodução material e do autoconsumo, como também, garantem o processo de reprodução do capital, uma vez que, mesmo subordinadas, constituem-se como estratégias de reprodução material e se assinalam como possibilidades de permanência e sobrevivência do homem do campo. E é nessa lógica, desigual e contraditória, que o campesinato, apesar de subordinado ao capitalismo, consegue se reproduzir em sua própria diferença, a partir do conjunto de estratégias, que vão desde resistir, avançar, recuar e se redesenhar como tecido social que se reconstrói a partir da sua própria essência, a essência do ser camponês. Apesar das limitações e das contradições verificadas, não podemos negar que esses territórios situam-se na senda de uma perspectiva de esperança, como sinal concreto de que é possível pensar a organização social e econômica para além dos ditames da organização capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

_____, VEIGA, Eli da. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Texto para discussão nº 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília. Abril, 1999.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**. Trabalho de campo. Nº 84. São Paulo, Julho de 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado. In: **Geografia**, Londrina, V. 9, N. 1, p. 83-87, jan/jun.2000.

_____. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n 21, p 73-88, jul./dez.2003.

ALMEIDA, L.M. ; et al. Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 14, p. 205-235, 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

BACEN. **Manual de Crédito Rural (MCR)**. 2015. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>> Acesso em 20 maio de 2015.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis- Campinas: CERES-Centro de Estudos Rurais do IFCH- UNICAMP, 2006.

BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino, 2012, Santiago, Chile. **Fórum de especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe**, 2012.

BRAGA, José Carlos de S. Economia política da dinâmica capitalista. Observações para uma proposta de organização teórica. In: **Estudos Econômicos**, vol. 26 (nº especial), 1996, p. 83-133.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- Anexo de Metas Fiscais- **Lei de Diretrizes Orçamentárias**- 2007- Nota de Avaliação Financeira do Fundo do Amparo do Trabalhador (FAT). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 20 de maio de 2015.

BENKO, H. A recomposição dos espaços. In: **INTERAÇÕES** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, Nº 2, p. 7-12. Campo Grande, 2001.

BORDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Discutindo o paradigma da questão agrária: O movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. In: **Entre-Lugar**, ano 2, nº 3, p. 17-34, 1º semestre de 2011

CARVALHO, Horário Martins de. **A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba, 1999.

_____. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: Boletim **DATALUTA**. Artigo do mês de maio, 2012.

CARVALHO, Maria Lúcia G. de. A cultura do abacaxi no município de Sapé: um exemplo de modernização. In: **Geonordeste**, Ano II, 1985.

CHAYNOV, Alexamder V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, José Graziano da Silva. A questão agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CHESNAIS F, et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Artigo: A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. La preeminence de la finance au sein du 'capital in general', le capital fictif et le mouvement contemporain de mondialisation du capital. In: BRUNHOFF, S.; CHESNAIS, F.; DUMÉIL, G.; LÉVY, D; HUSSON, M. (orgs) **La finance capitaliste**. Paris, PUF, (2006), pp. 65-130.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. Resistência e formas de (re) criação camponesa no semiárido paraibano. João Pessoa, 2011. (Dissertação de Mestrado)- Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa.

COUTO, Alberto Ilha. Endividamento dos agricultores assentados pela reforma agrária no Estado da Paraíba no período 1990 a 2004. João Pessoa: [s.n], 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

DE CERTEAU. M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DELGADO, G. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. ICONE/UNICAMP, São Paulo, 1985.

ETXEZARRETA et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitárias**. Madri: MAPA, 1998.

FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 6(4): 1990, p. 361-373.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GASQUES, José G.; VERDE, Carlos M. V. **Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural**. Brasília: IPEA, (Texto para discussão, 392), 1995.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), XLIII, 2005 – Ribeirão Preto-SP. **Anais...** Ribeirão Preto-SP, 2005. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos_para_discussao.php?cod=0>. Acesso em 01/10/2013.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira, SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GIRARD, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira- Presidente Prudente: [s.n], 2008. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. Resistir, Resistir, Resistir: considerações acerca do Futuro do Camponato no Brasil. In. **O Novo Rural Brasileiro**, Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUSMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. **Sobre evolução do conceito de camponato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HEGEDÜS, András. **A questão agrária**. In: HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo* IV: O marxismo na época da Segunda Internacional. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico, V. 56) p. 149-172.

HILFERDING, Rudolf. **Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural. Col: Os economistas, 1985.

INCRA. Relação das Áreas de Assentamento da Paraíba. João Pessoa: Relatório do Incra, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOUZMINOV, I. Capitalismo monopolista de Estado. Tradução: Fernando A. S. Araújo, 2007. **Revista mensal de cultura política**. Nº 12. Julho de 1948. Rio de Janeiro. Partido.

LAPYDA, Ilan. A financeirização no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. São Paulo: [s.n], 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

_____. **Espaço e Política**; tradução: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste, o Vietinã que não houve. Ligas camponesas e o golpe de 64.** Londrina/PR: editora da UEL, 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LIMA, Edvaldo C. de. **Espaço, território e conflitos no campo: o movimento de luta pela terra.** In: Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina: Editora CRV, Curitiba, 2103.

_____. Movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica.** DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EM EL MUNDO, EM LA GEOGRAFÍA Y EM LAS CIENCIAS SOCIALES, 1999-2008, p. 01-14. Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Universidade de Barcelona. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/212.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2014.

LIMA, Nilo Américo. **Geografia e redes de conhecimento, e saberes, pró-meridionais.** (texto). Recife, 2013.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

MAC MICHAEL, P. Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question. Canadian journal of development studies. v.XXVII, n.4, dez.2006. Ottawa: CASID/ACEDI, 2006. p.471-483.

MAIA, Sabiniano. **Sapé sua História suas memórias 1883-1985.** João Pessoa: UNIGRAF, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta.** São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. V. II. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1968.

MASSUQUETTI, Angélica. O novo padrão de financiamento da agricultura brasileira. Artigo n. 3, 1998. Disponível <<http://www.agrobrasil.com.br/agroartigos/artigo3/indez.html>> Acessado em 29 de abril de 2015.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da Luta pela Terra no Brasil: São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo.

_____. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo.

_____. **Reforma Agrária no Brasil: Algumas Contribuições Sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais**. Anais da XII Jornada do Trabalho. Curitiba, 2011.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Capitalismo geografia e meio ambiente. 2000. 174 f. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

MOREIRA, Emília. Evolution et transformations recentes de l'organisation agrarie de la Paraíba. França, 1988 (Tese de Doutorado). Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França.

_____. Evolução do processo de produção do espaço paraibano. João pessoa, **Cadernos do NDIHR**, nº 23, 1990.

_____. Processo de ocupação do Espaço Agrário paraibano. João Pessoa, Textos UFPB/**Cadernos do NDIHR** nº 24 set/1990.

_____. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

_____; TARGINO, Ivam. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

_____, et al. Organização interna dos Assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. In: **Revista do Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária- Nera**. Volume 1. Nº 3, 2000. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppge/?secao=5&subsecao=44&p=75>. Acesso em 01 de jul. de 2014.

_____; TARGINO, Ivan; SILVA, Richarde M. da; et al. Zona da Mata Paraibana: Reestruturação do setor sucro-alcooleiro, Reforma Agrária e paisagem rural. João Pessoa. In: **Cadernos do Logepa**. Vol. 2, nº 1. Jan/Jun-2003

_____. Estruturação do território municipal paraibano: na busca das origens. João Pessoa. In: **Cadernos do Logepa**. Vol. 2, n. 1. Jul-Dez-2003

_____. **Território(s) de Esperança**. Projeto de pesquisa: JoãoPessoa, CNPq, 2006

_____. TARGINO. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. In: **Revista da ANPEGE**, v.7, nº 1. Número especial, p. 147-160, out. 2011.

_____. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Texto Didático, 2013.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª Edição- Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MONSMA, Karl. James C Scott e resistência cotidiana no campo: Uma avaliação Crítica. IN **BIB RJ**, nº 49, 1º. Semestre, 2000, (p.95 - 121).

NEVES. D. P. **Agricultura Familiar: Quantos Acoradours!** In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M., SUZUKI, J. C. Geografia Agrária: Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 58, set., 1981.

_____. Na prática a teoria é outra. **Seleção de Textos: Teoria e Método** n. 11, AGB. São Paulo, ago. 1985.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2 Ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. **Território e Migração**: discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP (mimeo), 1999.

_____. **Agricultura brasileira transformações recentes**. Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A longa marcha do capitalismo brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 nº 43. São Paulo, Set/Dez, 2001. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttest.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo. Ed. Contexto. 2002.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

PAULINO, Eliana Tomiasi. **Geografia Agrária e Questão Agrária**. In: FERNANDES, Bernardo M; MARQUES, Marta Inez M; SUZUKI, Júlio César (Org). *Geografia Agrária teoria e poder*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PEREIRA DA SILVA, D. B. et al. Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares. **Anais**. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraguara, 2013.

PRONAF. **Decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996** (cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF e dá outras providências). Brasília: 1996.

POLANYI, Karl. **El sustento Del hombre**, Barcelona: Mondadori, 1994.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XXI: do fordismo à acumulação flexível. In: **Para Onde? Revista Eletrônica**. Programa de Pós- Graduação em Geografia- UFRGS, v.4, n.2, 2010.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas: espaços colonizadores. In: CARLOS, A.F.A e CARRERAS, C. (orgs). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 101-122.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Jose Alves dos. **Sapé**. Fortaleza: Edição BNB-DEPAD/Divisão de Mecanografia, 1985.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, et. al. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SERVILHA, Valdemar. O financiamento da agricultura brasileira. Campinas, 1994. (Tese de Doutorado). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec. 1981.

SILVA, Fernanda Faria. Distribuição de crédito para agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. Uberlândia, 2006 (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

SILVA, Elton O. da; RODRIGUES, Lidiane C. et al. Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas recentes do Espaço Agrário. In: **Anais...** 14º Encontro de Geógrafos de América Latina. Peru, 2013.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 2000.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução de Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In: **Raízes**, vol. 21, nº 01. Campina Grande: UFCG, 2002.

STEDILE. **A Questão Agrária no Brasil. Programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 21, 2002.

_____, MOREIRA, Emília. Desenpenho da Agricultura Paraibana na Década de 1990. In Economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

_____. **O Setor Industrial Paraibano**. João Pessoa: Texto didático, 2014

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. O (Des) envolvimento do PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013.

(Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul. 2009.

VARELA, Francisco. **A Questão Agrária Nacional e Assentamos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Editora Idéia, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, 1996.

WILDMANN, Igor Pantuzza. **Aspectos jurídicos da securitização de dívidas rurais como medida de subvenção econômica**. Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 1997.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA AUXILIAR

<http://www.bcb.gov.br/pre/bcatende/port/PRONAF> <Acesso em 24 de maio de 2015>

<http://www3.bcb.gov.br/mcr> <Acesso em 20 de maio de 2015>

<http://www.bnb.gov.br/33> <Acesso em 02 de junho de 2015>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/>. <Acesso em 20 de junho de 2014>.

www.ibge.gov.br. <Acesso em 20 de julho de 2014>.

www.mapstore.com.br. <Acesso em 15 de junho de 2014>.

<http://www.mte.gov.br>. <Acesso em 20 de maio de 2015>.

<http://www.planalto.gov.br>. <Acesso em 04 de junho de 2015>.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES ASSENTADOS REFERENTE A PESQUISA DE MESTRADO INTITULADA “ O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL FINANCEIRO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SAPÉ-PB REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
AUTORIA: ROMULO LUIZ SILVA PANTA
ORIENTAÇÃO: DR. IVAN TARGINO MOREIRA

ASSENTAMENTO: _____ DATA DA APLICAÇÃO: _____

I- DADOS DO ENTREVISTADO

Agricultor(a) pesquisado(a): _____

Apelido: _____

Idade: _____ local de nascimento: _____

Morou toda vida aqui: sim ☐ não ☐

Há quanto tempo neste local: _____ onde morava antes: _____

Em você trabalho hoje: _____ por quanto tempo: _____

Em que você já trabalhou: _____ por quanto tempo: _____

Você estudou: sim ☐ não ☐ até que série/ano: _____

II- CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO ASSENTADO(A)

RESIDENTES

Nome	Grau de Parentesco	Idade	Trabalha no lote	Trabalha fora do lote

1. Todos os filhos moram aqui: ☐ Sim ☐ Não

2. Quantos filhos moram fora: _____

3. Trabalham em: _____

4. Para onde foram quando saíram daqui: _____

5. Quando saíram: _____

6. Onde moram agora: _____

7. A saída do filho(a) prejudicou o andamento dos trabalhos na atividade agrícola:

() Sim () Não

8. Se _____ prejudicou, _____ por _____ que prejudicou?: _____

9.	Alguém da família é aposentado?_____
10.	Qual o valor da aposentadoria?_____
11.	Recebe bolsa família?_____ Quantas?_____ Valor?_____
12.	Recebe outro benefício social?_____
13.	Se sim, qual?_____ Valores:_____

III- CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

1.	Morou em acampamento :_____ Por quanto tempo:_____
2.	Você era ou é sindicalizado:_____ Desde quando:_____
3.	Qual entidade apoio a ocupação:_____
4.	Quando esse Assentamento foi criado:_____
5.	Qual o motivo de criação do Assentamento:_____
6.	Qual o tamanho do Lote:_____
7.	Você considera o tamanho do Lote suficiente para suas necessidades: () Sim () Não
8.	Se não, qual seria sua necessidade?_____
9.	Você está Assentado desde o princípio: () Sim () Não
10.	Se não, veio por substituição:_____ Desde quando:_____
11.	Sabe informar por que houve a substituição:_____
12.	Você considera a terra de boa qualidade: () Sim () Não
13.	Por que?_____
14.	Você considera a localização boa:_____
15.	Existe alguma parte da terra que não pode ser aproveitada: () Sim () Não
16.	Por que não pode ser aproveitada:_____
17.	O que significa a terra para você:_____

IV- ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1.	Quantos hectares da terra são destinados ao cultivo de lavouras/roças:_____
2.	Quantos hectares são destinados à criação?_____
3.	Quais lavouras você cultiva?_____
4.	Qual a mais importante?_____
5.	Por que?_____
6.	Qual a que rende mais?_____
7.	Em que período do ano você prepara a terra para plantio?:_____
8.	Quantos hectares plantou ano passado?:_____
9.	Quantos hectares colheu?_____
10.	Teve alguma parca em alguma lavoura ano passado:_____
11.	Se sim, em que produto:_____
12.	Qual foi a causa:_____
13.	Recebeu algum benefício do governo?_____ Qual?_____

14. Quantos hectares plantou esse ano?:_____
15. Guarda sementes de ano para outro ? () Sim () Não
16. Já ouviu falar em sementes crioulas e bancos de sementes?_____
17. Como é feita a preparação do solo?
- () broca e derrubada () queimada (coivara) () destocamento
() gradagem () enterrio e preparo de covas
() plantio de mudas () Outros
18. Qual foi o destino da produção passada:
() toda para o consumo () parte para o consumo e parte para a venda
() toda para a venda
19. O clima foi favorável à agricultura ano passado ? _____
20. E esse ano? _____
21. Se houve prejuízo como se deu? _____
22. Qual é a dificuldade existente nessa atividade? _____
23. Cria animais? () Sim () Não
24. Quais? _____
25. Quantas cabeças possui? _____
26. Como foram adquiridos:
() recursos próprios () financiamento () permuta
27. Qual o destino:
() consumo da família () criatório () abate () venda da carne na feira () outros.
Especificar: _____
28. Qual é a dificuldade encontrada por você nesse atividade? _____
29. Quais equipamentos utiliza na produção da agricultura e pecuária:
() trator () colheitadeira () bomba de irrigação () aspersor de irrigação () caminhão () carroça () triturador
() outro. Qual? _____
30. Os equipamentos são próprios () ou alugados ().
31. Se alugado, de quem aluga _____
32. Sobre adubos/ intesivos. Qual o tipo:
() químico () orgânico
33. Em que usa? _____
34. Onde compra? _____
35. Como compra? _____ Quem orienta? _____
36. Usa veneno para combater pragas? () Sim () Não
37. Se sim, que veneno? _____
38. Para que tipos de pragas? _____
39. Usa herbicida para limpar o mato? () Sim () Não
40. Se sim, qual herbicida usa? _____
41. Onde compra? _____
42. Quem orienta o uso dos adubos, veneno, herbicidas? _____
43. Tem Assistência técnica? () Sim () Não
44. Se sim, de quem? _____
45. Como é:
() permanente () esporádica
46. Se esporádica como ocorre? _____

47. Planta cana-de-açúcar? () Sim () Não
48. Se sim, por que? _____
49. A produção é própria ou é arrendada? _____
50. Se sim, para quem é arrendada? _____
51. Quem prepara do solo () Você () Arrendador
52. Os defensivos são recebidos ou comprados: _____
53. Quem trabalha na safra? _____
54. Quem faz o plantio? _____
55. Quem faz a colheita? _____

V- COMERCIALIZAÇÃO

1. Como foi comercializada a produção:
 () Vende diretamente ao consumidor na feira livre
 () Vende ao atravessador
 () Para alguma empresa ou instituição
 Qual? _____
2. Qual a dificuldade encontrada por você pra comercialização? _____
3. Qual foi o rendimento médio conseguido na ultima comercialização? _____

VI- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Trabalha na terra com ajuda da família () Sim () Não
2. Se sim, quem são os membros da família que trabalham? _____
3. Existe divisão de tarefas? () Sim () Não
4. Se sim, como é a divisão das tarefas? _____
5. Faz mutirão () Sim () Não
6. Se sim, quem participa? _____
7. Contrata trabalhadores () Sim () Não Quantos? _____
8. Quando contrata? _____
9. Para que atividade? _____
10. De onde vêm os trabalhadores? _____
11. Como é a forma de pagamento:
 () por produção () por diária () por empreitada () por tarefa
 () outro
12. Qual o valor da diária? _____
13. Você trabalha em outro terra ou outro lugar () Sim () Não
14. () Permanente () Alugado
15. Se sim, em qual terra ou atividade? _____
16. O que levou a trabalhar em outra atividade? _____
17. Por que se assalariaria? _____
18. Em qual época do ano trabalha alugado: _____
19. Onde trabalha alugado? _____
20. Alguma pessoa da família trabalha em outra terra () Sim () Não
21. Se sim, em qual condição? _____
22. Além da atividade agrícola tem outra atividade? () Sim () Não

23.	Se sim, qual é essa atividade?	_____
24.	Por que tem essa outra atividade?	_____
25.	Qual seu rendimento nessa outra atividade?	_____
26.	Outra pessoa da família tem outro trabalho	() Sim () Não
27.	Se sim, qual?	Onde? _____ Quanto ganha _____
28.	Arrenda sua terra?	() Sim () Não. Por que? _____
29.	A renda do trabalho na terra permite a sobrevivência da família?	() Sim () Não
30.	Se não, o que faz para complementar a renda?	_____

VII-	CALCULO DA RENDA POR DESPESAS
1.	Quanto paga de energia elétrica por mês? _____
2.	Quanto paga de água por mês? _____
3.	Se tem fogão a gás, quanto tempo passa com o fogão: _____
4.	Quanto é botijão de gás: _____
5.	Se tem fogão a lenha, compra a lenha () Sim () Não . Se sim, por quanto por semana? _____
6.	Usa carvão () Sim () Não. Se sim, quanto gasta por semana? _____
7.	Quanto gasta na feira semanal? Esta semana _____ Anterior _____
8.	Quais outras fontes de renda: () aposentadoria () salário regular () trabalho alugado () serviço prestado () atividade comercial () remessa familiar ausente () outras _____
9.	Outros gastos por você realizado constantemente? _____

VIII-	PROGRAMAS E POLÍTICAS
1.	É beneficiado com algum programa social do estado: () bolsa família () programa do leite () programa do pão () um milhão de cisternas () outro _____
2.	Para que é utilizado? _____
3.	Produce para PAA () Sim () Não
4.	Quanto recebe e quando recebe? _____
5.	Tem alguma dificuldade no fornecimento? _____
6.	Produce para PNAE () Sim () Não
7.	Quanto recebe e quando recebe? _____
8.	Tem alguma dificuldade no fornecimento? _____

IX-	CRÉDITO E FINANCIAMENTO
1.	Teve acesso ao crédito () Sim () Não
2.	Qual tipo? () Habitação () Fomento () Investimento () Custeio () outro _____
3.	Tem PRONAF? () Sim () Não
4.	Qual tipo –categoria do PRONAF? _____
5.	Acho difícil conseguir financiamento do PRONAF? () Sim () Não
6.	Se sim, quais as dificuldades? _____
7.	Quais os tipos de financiamento contraídos: () Custeio. Em que anos: _____ () Investimento. Em que anos: _____
8.	Quais os valores dos recursos: Custeio: _____ Aponte os resultados positivos ou negativos: _____
9.	Os recursos foram suficientes? _____ Investimento: _____ Os recursos foram suficientes? _____

Aponte negativos:	os	resultados	positivos	ou
10. Você precisou complementar com recursos próprios? () Sim () Não				
11. Em quanto? _____				
12. Que	culturas	atividades	foram	financiadas pelos
custeios _____				
13. Que	atividades	forma	financiadas	pelos
investimentos: _____				
14. Quem	elaborou	os	projetos	para conseguir os
créditos? _____				
15. Na elaboração do projeto você foi consultado? () Sim () Não				
16. Se sim, lembra como foi sua participação na elaboração?				
() houve consulta sem decisão () foi decidido em reunião () foi decidido por você e sua família				
() o projeto já veio pronto () outras situações				
17. Quais	as	dificuldades		nessa
etapa? _____				
18. Na aquisição dos financiamentos, quem tomou a decisão do que iria financiar?				
() você individualmente () decisão coletiva tomada em reunião				
() decisão do técnico () outros. _____				
() o banco				
19. Os recursos saíram conforme o que foi solicitados? () Sim () Não				
20. Se não, mesmo assim você aceitou? () Sim () Não.				
21. Se sim, por que? _____				
22. Os recursos foram liberados no tempo da necessidade? () Sim () Não				
23. Se não, por que? _____				
24. Você sabe qual é a taxa de juros dos financiamentos? () Sim () Não				
25. Se sim, quais? Especificar: _____				
26. Você tem conhecimento do seu saldo devedor? () Sim () Não				
27. Se sim, de quanto é: _____				
Sobre as liberações dos recursos				
1. Quais foram às exigências:				
() abertura de contas e poupanças () Aquisição de título de capitalização				
() Adesão e pagamento de tarifas () pagamentos de seguros				
() Pagamento de assistência técnica () PROAGRO () outros				
2. Quanto do valor do financiamento foi deduzido do financiamento? _____				
3. Para as liberações é exigida:				
() comprovação dos tratos culturais () Aplicação de insumos				
() Aplicação de defensivos				
4. É exigida a marca ou lugar da aquisição dos implementos? () Sim () Não				
Especificar: _____				
5. Você tem liberdade para alterar o cronograma e usar os recursos conforme sua necessidade? ()				
Sim () Não				
Os Especificar: _____				
6. Caso sim, as outras parcelas seguem normalmente: () Sim () Não				
Especificar: _____				
7. É feita vistoria técnica por cada liberação () Sim () Não				
8. Os recursos foram aplicados no que estava previsto no projeto? () Sim () Não				
9. Se	não,	em		que
foram? _____				
10. Quem resultados obtiveram () Positivos () Negativos				
Qual	foi	a	posição	do
			banco	quanto
			a	mudança
			na	aplicação
			dos	recursos?

Sobre o reembolso:				
1. Você consegue pagar os financiamentos contraídos () Sim () Não				
2. Se	sim,	quais	e	quanto
já				
pagou? _____				

3.	Se	não,	por	que	não	consegui	pagar?
Especificar: _____							
4.	O prazo oferecido pelo banco dá para ser cumprido () Sim () Não						
5.	Se não, por que? _____						
6.	O banco faz algum tipo de cobrança:						
	()	extra judicial	()	judicial			
7.	Seu nome está inserido no cadastro nacional de restrições () Sim () Não						
8.	Se	sim,	quais	os	prejuízos		
ocasionados? _____							
9.	O banco continuou ou continua a liberar financiamentos mesmo com saldo devedor expressivo? () Sim () Não						
10.	Existe uma orientação em não pagar os financiamentos () Sim () não						
11.	Se sim, que os orienta? _____						
12.	Quais	são				as	
orientações? _____							
13.	Você ainda acha possível pagar os financiamentos existentes? () Sim () Não						
14.	Se	não	conseguir	pagar	sabe	o	que acontece, especificar: _____
15.	Você dispõe de outro meio de financiamento						
	()	com vizinhos	()	com amigos	()	parentes	() crediários () outros
16.	Atende	suas	necessidades?	()	Sim	()	Não.
Especificar: _____							
17.	Sabe qual é a taxa de juros de atraso () Sim () Não. Se sim, especificar: _____						
Sobre as renegociações							
1.	Você já renegociou alguma dívida () Sim () Não						
2.	Quais foram às exigências do banco?						
	()	pagamento de parte do saldo devedor	()	pagamento de tarifas			
	()	nenhuma	()	incorporação a uma cadeia produtiva			
3.	Sabe	apontar	alguns	benefícios	trazidos	na	
renegociação: _____							
4.	Você aderiu a alguma renegociação por lei ou medida provisória? () Sim () Não						
5.	Qual? _____						
6.	Foi renegociado todo saldo devedor () Sim () Não						
7.	Se	não,	quais	financiamentos			
foram? _____							
8.	Após a renegociação está sendo possível efetuar o pagamento? () Sim () Não						
9.	Se	não,	por	quais			
motivos? _____							
10.	Você acha que seria possível desenvolver sua produção sem contrair financiamento?						
	()	Sim	()	Não			
Se sim, como se dá a produção em época que NÃO se recebe financiamento. Especificar: _____							

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES ASSENTADOS REFERENTE A PESQUISA DE MESTRADO INTITULADA “ O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL FINANCEIRO NOS ASSENTAMENETOS RURAIS EM SAPÉ-PB, REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
AUTORIA: ROMULO LUIZ SILVA PANTA
ORIENTAÇÃO: DR. IVAN TARGINO MOREIRA

BANCO: _____ DATA DA APLICAÇÃO: _____

DADOS DO ENTREVISTADO

Funcionário(a): _____

Cargo: _____

I - SOBRE O PRONAF

- 1- O que é o PRONAF? _____

- 2- Qual é o objetivo do programa? _____

- 3- Qual a prioridade do Programa?
 () produção
 () colheita
 () comercialização
 () circulação
- 4- Que público o PRONAF atende? _____

- 5- Quais são as linhas de crédito? _____

- 4.1. A agência trabalha com todas as linhas? () sim () não
- 6- Qual (is) a(s) finalidade(s) dos financiamentos? _____

- 7- Qual público mais atendido pelo PRONAF nesta agência? _____

- 8- Existe alguma prioridade quando a tipo de linha de crédito por parte do banco? () Sim () Não.
- 9- Qual? _____

- 10- Quais são os financiamentos mais procurados na

Agência? _____

11- Para elaboração dos planos de financiamentos, é a agência que procura a clientela?

() sim () não

10.1- Se sim, como se dá esse

processo? _____

10.2 Quem elabora os planos/projetos de financiamentos? _____

10.3 Como se dá a elaboração do plano de financiamento? _____

12- Existem algum tipo de dotação constante do governo federal para aplicação desses recursos?

() Sim () não

13- Se sim, qual foi o montante desse

ano? _____

14- Há aplicação se dá na íntegra () sim () não

15- Se não, qual o percentual em média de aplicação? _____

16- Qual ou quais as fontes de recursos do PRONAF? _____

17- Qual o taxa de juros contratado (PRONAF –A)? _____

18- Qual o taxa de juros de atraso? _____

19- Qual a taxa de spread do banco? _____

20- Qual é o tipo de financiamento mais contratado? _____

21- Existe alguma cadeia produtiva aqui no município? _____

22- Se sim, essa cadeia é incentivada, existe recursos específico para essa finalidade? _____

23- Quando ao objetivo das operações de crédito, quem decide são os beneficiários?

() sim () não.

24- O banco consulta as possíveis restrições de inadimplimento antes do financiamento? () sim () não

25- Se sim, o que é feito? _____

26- Há Assistência técnica nas operações do PRONAF () sim () não

27- Qual o

percentual? _____

28- Quem presta a Assistência técnica? _____

<p>29- Quem paga essa assistência técnica: <input type="checkbox"/> os próprios proponente por fora <input type="checkbox"/> o banco <input type="checkbox"/> ela é financiada nas operações</p> <p>30- Há adesão/financiamento do PROAGRO ou SEGURO SAFRA nas operações contratadas do PRONAF? _____</p> <p>31- Como se dá essa adesão? _____</p> <p>32- Como se dá o pagamento desses seguros? <input type="checkbox"/> os próprios proponente por fora <input type="checkbox"/> o banco <input type="checkbox"/> ela é financiada nas operações</p> <p>33- Existe outro tipo de seguro para as operações de crédito? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>34- Se sim, quais? _____</p> <p>35- Como se dá o pagamento? _____</p> <p>36- Qual o tempo médio entre a elaboração, contratação e liberação do crédito? _____</p> <p>37- Os financiamentos estão atrelados ou obedecendo a algum calendário agrícola? _____</p> <p>38- Quem estabelece esse calendário agrícola? _____</p> <p>39- O banco contrata operações fora do calendário? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p>
II SOBRE O PRONAF A
<p>1- Qual o público beneficiado? _____</p> <p>2- Só existe essa linha de crédito para esse público? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>3- Se não, quais as outras? _____</p> <p>4- Qual a taxa de juros? _____</p> <p>5- Existe rebate? _____ Qual o percentual? _____</p> <p>6- Qual o teto de valor financiado? _____</p> <p>7- Para esse público, qual percentual de adesão de financiamento? _____</p> <p>8- O crédito é aplicado é destinado para o desenvolvimento do empreendimento ou para o desenvolvimento do território? _____</p>
III SOBRE A LIBERAÇÃO DO CRÉDITO
<p>1- Ocorre sempre de uma única vez? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p>

2-	Se _____ não, _____ por que? _____
3-	As liberações sempre ocorrem () em relação a época de aquisição do financiamento () em relação aos calendário agrícola () em relação aos calendário das atividades do agricultura
4-	Se _____ demoram, _____ por que? _____
5-	Existe um agendamento ou são liberada livremente conforme necessidade e procura dos recursos? _____
6-	Como ocorre as liberações dos créditos? () mediante comprovação do por técnico do banco () mediante comprovação técnica externo () mediante a comprovação do emitente
7-	Se é mediante a comprovação técnica como isso se dá? () mediante laudo técnico () mediante apresentação de documentação de cumprimento dos tratos culturais
8-	A comprovação dos tratos culturais ou aquisição de implementos agrícolas é feita mediante () comprovação de recibo () comprovação de notas fiscais para aquisição de implementos
9-	Máquinas e implementos adquiridos nas liberações são alienados () sim () não
10-	Caso não ocorra a comprovação técnica : () o crédito é interpelado () as liberações futuras são suspensas () é exigido o reembolso imediato
11-	Existe _____ outra _____ requisito _____ quanto _____ a _____ liberação _____ de recursos? _____
12-	São pagos outros serviços no ato da liberação? () sim () não
13-	Se sim quais? () tarifas bancárias () seguros de vida
14-	Elas são financiadas () sim () não
15-	Elas são pagas pelo próprio emitente
16-	O PROAGRO tem adesão obrigatória () sim () não
17-	Como é pago o PROAGRO? () pelo emitente () financiada e descontada no ato da liberação do crédito
18-	Qual _____ o _____ valor _____ ou _____ percentual _____ pago _____ de PROAGRO? _____
19-	Existe fiscalização técnica após o período de liberação dos recursos? () sim () não
20-	Se sim como ocorrem? _____

21- Qual a periodicidade? _____
22- Como o pronafiano A , torna-se um pronafiano A/C?_Quais são os critérios?_____
23- O que trás essa mudança () ampliação do crédito () taxa de juros diferenciada () ampliação na finalidade do crédito
IV SOBRE O SALDO DEVEDOR E COBRANÇA
1- Quais são os dispositivos de cobrança utilizados pelo banco para as operações em atraso?_____
2- Quais as garantias oferecidas em operações de crédito do PRONAF A ()avalistas () fiadores () penhor () outras
3- Durante o inadimplemento o agricultor pode contrair mais financiamentos no banco?_____
V SOBRE O REEMBOLSO
1- O reembolso é programado: () com base no calendário agrícola () no período de safra () no período de entressafra () com base no calendário proposto no projeto de financiamento
2- Qual o percentual de reembolso do PRONAF A na agência?_____
3- A maioria dos pronafianos A: () pagam em dia () pagam em atraso () renegociam
4- Como se dá o reembolso dos financiamentos de custeio?_____
5- Como se dá o reembolso dos financiamentos de investimento?_____
6- Qual o percentual de reembolso das dívidas contraídas pelos pronafianos A?_____
7- Se o agricultor tiver passado por problemas climáticos ou pragas extermináveis, o que o banco pode fazer para eles conseguirem pagar os financiamentos?_____
8- Há algum tipo de socorro para esses financiamentos?_____

<p>_____</p> <p>9- Caso o cliente pague regularmente em dia, abre ou amplia novamente sua margem de crédito? () sim () não</p>
<p align="center">VII SOBRE A PROSPECÇÃO DE NOVOS FINANCIAMENTOS</p>
<p>1- Os agricultores renegociam com frequência () sim () não</p> <p>2- Qual o percentual de renegociação? _____</p> <p>3- As renegociações são derivadas: () da procura do agricultor () da procura do banco aos agricultores () de orientações técnicas () de orientação dos movimentos</p> <p>4- Após as renegociações os agricultores passam a cumprir o combinado/renegociado? () sim () não</p> <p>5- Quais foram as renegociações mediadas por lei ou medida provisória já ocorridas para o público assentado? _____</p> <p>_____</p> <p>6- Houve adesão? _____ Qual o percentual de adesão? _____</p> <p>7- Estando em atraso podem renegociar novamente? _____</p> <p>_____</p> <p>8- Quais são as leis de renegociação de dívida atualmente aderidas pelos pronafiamos A? _____</p> <p>_____</p> <p>9- Mudam as taxas de juros após as renegociações? () sim () não</p> <p>10- Se sim, qual a nova taxa? _____</p> <p>11- Após as renegociações são liberados mais créditos? () sim () não</p> <p>12- Se sim em qual proporção? _____</p> <p>_____</p> <p>13- O banco refinancia as dívidas () sim () não</p> <p>14- Se sim como faz isso () sim () não</p>